

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Juventude Rural e Sucessão Familiar:
O desafio da Pedagogia da Alternância
nas Casas Familiares Rurais.**

Nilton Luiz Fritz

**MARINGÁ
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Juventude Rural e Sucessão Familiar:
O desafio da Pedagogia da Alternância
nas Casas Familiares Rurais.**

Nilton Luiz Fritz

**MARINGÁ
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**JUVENTUDE RURAL E SUCESSÃO FAMILIAR: O DESAFIO DA PEDAGOGIA
DA ALTERNÂNCIA NAS CASAS FAMILIARES RURAIS**

**Dissertação apresentada por NILTON LUIZ
FRITZ, ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Estadual de
Maringá, como um dos requisitos para
obtenção do título de Mestre Profissional em
Políticas Públicas.**

Área de Concentração: Sociologia

Orientadora:

Profa. Dra. Simone Pereira da Costa Dourado

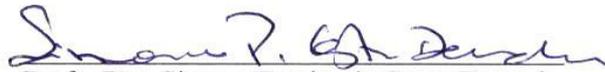
**MARINGÁ
2012**

NILTON LUIZ FRITZ

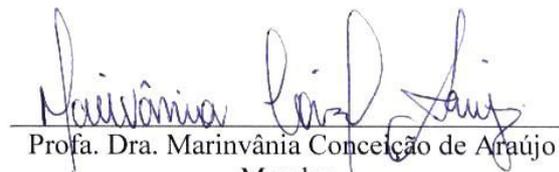
**JUVENTUDE RURAL E SUCESSÃO FAMILIAR – O DESAFIO DA PEDAGOGIA
DA ALTERNÂNCIA NAS CASAS FAMILIARES RURAIS**

Aprovada em **9 de julho de 2012.**

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Simone Pereira da Costa Dourado
Orientadora
UEM



Profª. Dra. Marinivânia Conceição de Araújo
Membro
UEM



Profª. Dra. Elisa Guaraná de Castro
Membro convidado
UFRRJ

Dedico esta Dissertação a minha esposa Íris e ao filho Rodrigo, pelo que sou grato pela compreensão e cumplicidade.

Ao meu pai Hugo e mãe Hirma (in memoriam): pela formação e por me mostrarem, desde cedo, que na simplicidade está o caminho da felicidade.

Aos meus irmãos: Ivo, Osmar, Valter, Marli e sobrinhos que, embora distantes, sempre encontramos tempo para revitalizarmos.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial a todos que contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

Pela vida. Às Forças do universo pelo equilíbrio e proteção.

Aos queridos entrevistados que dividiram, sem parcimônia, suas vivências. Desejo que estas experiências, transcritas neste trabalho, contribuam para um mundo melhor, mais solidário e subsidie um constante e necessário repensar da educação no campo.

Minha orientadora, a Professora Dra. Simone Pereira da Costa Dourado pela paciência, dedicação e apoio no decorrer desta jornada.

Aos membros da banca: Dra. Marivânia Conceição de Araújo, *Dra.* Wânia Rezende Silva e Dra. Elisa Guaraná de Castro pelas valiosas contribuições para a qualificação deste trabalho.

À Dra. Ana Lúcia Rodrigues, coordenadora do mestrado e aos demais Professores e funcionários da Universidade Estadual de Maringá e Escola de Governo do Paraná.

Aos colegas de turma, que dividimos intensos momentos de novos aprendizados, não somente pelos conteúdos acadêmicos, mas, em especial pelo espaço rico e heterogêneo pela somatória de nossas origens e profissões. Ao Sady Grisa por partilharmos viagens, angústias e desafios nestes dois últimos anos. Ao Egberto Zulian e Laura Peluso sou grato pelo apoio, tão necessário no decorrer da jornada de estudos.

Aos alunos, egressos, pais, Professores e Monitores da Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão. Ao Rosimar Marchiori, Gustavo Pessoa, Arnaldo Donatti, Carina Minetto, Marisa Picher e Mônica Dgraf Cavallin pela disponibilidade e apoio para que pudéssemos levantar as informações necessárias.

À ARCAFAR, através da Dirce Slongo, Gelson Zanella, José Luiz Schwab e Marcialene Preisler que disponibilizaram informações para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos questionamentos e reflexões do Cristophe de Lannoy. E aos posicionamentos e percepções de Almir Gnoatto, Daniela Celuppi, Diego Kohwald, João Marchi, Luiz Pirin, Neveraldo Oliboni, Sérgio Carniel, Valdir Duarte e Valter Bianchini.

Pelas informações prestadas pelos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão/ACESI/FETRAF-SUL, COOPERHAF, CRESOL e SEAB/DERAL de Francisco Beltrão.

A diretoria do Instituto Emater comandada anteriormente pelo Arnaldo Bandeira e, a atual, através de Rubens Niederheitmann, que possibilitaram a realização deste mestrado, cujos conhecimentos deverão contribuir para um trabalho mais qualificado.

A equipe regional coordenando ações estruturantes através do gerente Orley Lopes e a equipe formada pelo Amilto Delani, Carlos Alberto Wüst da Silva, Elza Barbosa, Gerci Braz, Sady Grisa, Salete Girardi, Sérgio Carniel, Simão Flores e Zélia Maffioletti. E ao Valdinei Santos e Leonardo Flach, futuros profissionais, plenamente integrados a era digital, sempre entusiastas e disponíveis.

Aos demais colegas do Instituto Emater que, no dia a dia, deparamos com novos desafios juntamente com os agricultores familiares para tornarmos o espaço rural mais digno para viver.

Meus agradecimentos a todos.

FRITZ, Nilton Luiz. **JUVENTUDE RURAL E SUCESSÃO FAMILIAR – O DESAFIO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NAS CASAS FAMILIARES RURAIS**. 153 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profa. Dra. Simone Pereira da Costa Dourado. Maringá, 2012.

RESUMO

O objeto desta dissertação é estudar a organização das casas familiares rurais e compreender como essas unidades podem contribuir para construção de mecanismos que possibilitem a sucessão familiar nas pequenas propriedades rurais. Nesta pesquisa buscamos analisar, entender e obter conhecimentos que auxiliem, em especial, às lideranças e representantes da população a proporem adequações nas políticas públicas que venham ao encontro das necessidades vividas pela população rural, diminuindo sua fragilidade, aumentando e potencializando os fatores favoráveis para o desenvolvimento da atividade rural. A discussão da sucessão das propriedades rurais é uma preocupação para os agricultores e as lideranças. Na atual conjuntura, uma parcela significativa da juventude rural elege novos espaços para viver. Concomitantemente, novos atores surgem para o desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas e, diversas políticas públicas amparam o segmento. As lideranças sindicais empenham-se para que o jovem, a mulher e o agricultor familiar sejam mais perceptíveis, considerando que são responsáveis pela produção de aproximadamente 70% dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros. A capacitação dos jovens rurais, tendo como fim a sucessão das propriedades rurais, ocupa cada vez mais espaço na agenda da sociedade; uma das políticas públicas que os prepara diretamente são as escolas que trabalham com a Pedagogia da Alternância. As casas familiares valorizam, discutem, capacitam os jovens e apontam soluções para as questões pertinentes à sua permanência no meio rural. Realizamos 42 entrevistas com alunos, egressos, pais de alunos e professores da Casa Familiar Rural localizada no município de Francisco Beltrão – PR. Por fim, apontamos sugestões que possam ser avaliadas e consideradas para a condução do processo da sucessão das propriedades rurais.

Palavras-chave: Juventude Rural, Sucessão Familiar, Pedagogia da Alternância, CFR, Casas Familiares Rurais, ARCAFAR.

FRITZ, Nilton Luiz. RURAL YOUTH AND FAMILY SUCCESSION: THE CHALLENGE OF THE PEDAGOGY ALTERNATION IN RURAL FAMILY HOMES. 153 f. Dissertation (Master in Public Policy) - State University of Maringá. Advisor: Profa. Dra. Simone Pereira da Costa Dourado. Maringá, 2012.

ABSTRACT

The object of this dissertation is to study the organization of the rural family homes and understand how these units can contribute to the construction of mechanisms that enable the family succession in small farms. In this study we analyze, understand and gain knowledge to assist, in particular, the leaders and representatives of the people to propose adjustments in public policy that meet the needs experienced by the rural population, reducing their fragility, increasing and enhancing the favorable factors for development of rural activity. The discussion of the succession of farms is a preoccupation for farmers and leaders. At this juncture, a significant portion of rural youth elects new places to live. Concomitantly, new players emerge for the development of agricultural and non-agricultural activities, and various public policies bolster the segment. The union leaders strive for the young woman and family farmers are more perceivable, considering they are responsible for producing approximately 70% of the foods that supply the tables of Brazilians. The training of rural youth, with the order of succession to farms, occupies more space in society agenda, a public policy that directly prepares schools are working with the Pedagogy of Alternation. The value family homes, discuss, empower youth and point solutions to issues pertaining to their stay in rural areas. We conducted 42 interviews with students, alumni, parents of students and teachers of the Rural Family House located in the municipality of Francisco Beltrão - Paraná. Finally, we point out suggestions that can be evaluated and considered for driving the process of succession of farms.

Key words: Rural Youth, Family Succession, Pedagogy of Alternation, CFR, Rural Family Houses, ARCAFAR.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACAMSOP	Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná
ACARES	Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo
ACESI	Associação do Centro de Educação Sindical
AIMFR	Associação Internacional das Casas Familiares Rurais
AMSOP	Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
ARCAFAR	Associação das Casas Familiares Rurais
ARCAFAR/SUL	Associação das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil
ASSEC	Associação dos Secretários Municipais de Agricultura – Região de Pato Branco
ASSEMA	Associação dos Secretários Municipais de Agricultura e Meio Ambiente - Região de Francisco Beltrão
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BT	Programa Banco da Terra
CANGO	Colônia Agrícola Nacional General Osório
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEDEJOR	Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural
<i>CEDRAF</i>	<i>Conselho Estadual</i> de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
CEFFAS	Centros Familiares de Formação por Alternância
CFM	Casas Familiar do Mar
CFR	Casa Familiar Rural
CFRM	Casa Familiar Rural e do Mar
CIAPA	Central Intermunicipal de Associações de Pequenos Agricultores
CITLA	Clevelândia Industrial e Territorial Limitada
CLAF	Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COOPAF	Cooperativas da Agricultura Familiar

COOPERIGUACU	Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços
COOPERHAF	Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRABI	Comissão Regional dos atingidos pelas Barragens do Iguaçu
CRAPA	Coordenação Regional de Associações de Pequenos Agricultores
CRESOL	Cooperativas de Crédito com Interação Solidária
DERAL	Departamento de Economia Rural
DESER	<i>Departamento</i> de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
E.F.A.	Escola Familiar Agrícola
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EXPOBEL	Exposição Feira Comercial, Industrial e Agropecuária de Francisco Beltrão
FCR	Fundo de Crédito Rotativo
FENAFE	Festa Nacional do Feijão
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FETAEP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GETSOP	Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFOCOS	<i>Instituto</i> de Formação do Cooperativismo Solidário
IPARDES	Instituto <i>Paranaense</i> de Desenvolvimento Econômico e Social
ITCG	<i>Instituto de Terras, Cartografia e Geociências</i>
JAC	<i>Juventude Agrária Católica</i>
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MEPES	Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo

MFREO	Maison Familiaes Rurales d'Education e Orientation
MISEREOR	Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para cooperação ao desenvolvimento
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NRE	Núcleo Regional de Educação
NUFED	Núcleos Familiares Educativos para el Desarrollo
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIPI	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Programas de Aquisição de Alimentos do Governo Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNAD	Plano Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PVR	Projeto Vida na Roça
SDT	Secretaria do Desenvolvimento territorial
SEAB	Secretaria Estadual de Abastecimento
SEED	Secretaria Estadual de Educação
SEFA	Secretaria da Fazenda
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETP	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
SETR	Secretaria de Estado dos Transportes
SIMFR	Solidarité International Maison Familiare Rurale
SISCLAF	Sistema das Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar
SISCOPAFI	Sistema de Cooperativas da Agricultura Familiar
STR	Sindicado dos Trabalhadores Rurais
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFFS	Universidade Federal Fronteira Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNEFAB	União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil
UNICAFES	União Nacional das Coop. da Agricultura Familiar e Economia Solidaria
UNIOESTE	Universidade do Oeste do Paraná
UPVF	Unidade de Produção e Vida Familiar
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Metodologia	21
1.2 Resumo dos capítulos	23
2. A SUCESSÃO FAMILIAR DAS PROPRIIDADES RURAIS	
2.1. Características do meio rural brasileiro.....	25
3 A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA	
3.1 A concepção do ensino agrícola no Brasil	47
3.2 Pedagogia da Alternância: origem e concepção	48
3.3 Alternância: uma pedagogia da adolescência	54
3.4 Pedagogia da Alternância no Brasil	58
3.5 A Pedagogia da Alternância no Sul do Brasil	60
3.6 Casa Familiar Rural	67
4 ESTUDO DE CASO	
4.1 Informações do município De Francisco Beltrão e do Sudoeste do Paraná.....	70
4.2 A Casa Familiar Rural (CFR) de Francisco Beltrão	80
4.3 Ajuste e caracterização da pesquisa realizada na CFR de Francisco Beltrão	84
4.4 Apresentação e discussão dos resultados da pesquisa com os alunos.....	85
4.4.1 Abrangência e Caracterização dos Entrevistados.....	86
4.4.2 A Pedagogia da Alternância na visão dos estudantes da CFR	89
4.4.3 Aprendizado e prática	90
4.4.4 Renda e consumo	92
4.4.5 Permanência da juventude nas propriedades	93
4.4.6 Vantagens e desvantagens do campo	94
4.4.7 Participações em ações comunitárias, organizativas e acesso a políticas públicas ...	96
4.4.8 Conceito e recomendação da CFR na visão dos estudantes	97
4.4.9 Atividades desenvolvidas e aquelas que proporcionam renda	98
4.5 Apresentação e discussão dos resultados da pesquisa com egressos da CFR	

4.5.1 Abrangência e Caracterização dos Egressos	99
4.5.1.1 Os Egressos com sucessão e as percepções da CFR e da permanência nas propriedades rurais.....	99
4.5.1.2 Os Egressos sem sucessão e as percepções da CFR e da permanência nas propriedades rurais	106
4.6 Apresentação e discussão dos resultados da pesquisa com familiares da CFR	
4.6.1 Abrangência e Caracterização dos Familiares	113
4.6.2 Os Familiares e as percepções da CFR e da sucessão nas propriedades rurais.....	113
4.7 Apresentação e discussão dos resultados da pesquisa com os monitores: as percepções da CFR e da sucessão nas propriedades rurais	120
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	126
REFERÊNCIAS	130
ANEXOS.....	135

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta dissertação é a experiência de organização das casas familiares rurais. Buscamos compreender como essas unidades podem contribuir para construção de mecanismos que possibilitem a sucessão familiar nas pequenas propriedades rurais e também analisar, entender e obter conhecimentos que auxiliem, em especial, as lideranças e representantes da população a proporem adequações às políticas públicas para que venham ao encontro das necessidades da população rural, diminuindo suas fragilidades, aumentando e potencializando os fatores favoráveis ao desenvolvimento da atividade rural.

Trata-se de uma oportunidade para que a Universidade possa conhecer melhor a Pedagogia da Alternância desenvolvida pela Casa Familiar Rural, que estabelece um trabalho diferenciado de ensino, especialmente quando debate a educação do campo¹, buscando um espaço que possa dar respostas de acordo com as conjunturas vivenciadas, procurando estudar, entender e produzir alternativas e ações garantindo a segurança alimentar, qualidade de vida e empregos num setor da sociedade que é constituído predominantemente por pequenas propriedades rurais, gerenciadas por agricultores familiares.

Por meio de descrição e análise da experiência de organização da Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão, município localizado na região Sudoeste do estado do Paraná, discutimos o que tem levado a agricultura familiar² a uma fragilidade quanto a sua continuidade na produção de alimentos, problema que envolve uma parcela da sociedade e os motivos que dificultam a sucessão familiar nas propriedades rurais. Passamos de um período em que as famílias tinham mais filhos, fato que dispunha alguém que continuasse o ciclo da atividade rural desenvolvida pelos familiares; hoje, no entanto, temos outra realidade, já que as famílias possuem um número reduzido de filhos.

¹ É uma educação voltada para as necessidades e demandas da realidade vivida pela população do campo. Mais informações <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%209.pdf> – Acesso em: junho/2012.

²Conforme definido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 – Mais informações http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm - Acesso em: 13 de novembro de 2011.

Já a oferta de inúmeras oportunidades de trabalho fora das propriedades, proporcionada pela conjuntura de mercado, possibilita que um grande contingente de jovens, devido ao aceno de novas oportunidades na cidade, opte por diferenciadas modalidades de emprego, com isso, interrompendo um trabalho histórico de produção de alimentos. Somente um número reduzido de jovens continua aspirando ao trabalho desenvolvido historicamente por seus familiares nas propriedades agrícolas.

A caracterização do meio rural indica que os jovens, em maior número do que as jovens, permanecem na atividade, levando, assim, a uma situação conhecida como masculinização do campo, ocorrendo um desequilíbrio na relação homem x mulher. Existe percentual maior de homens em relação ao número de mulheres, fato, identificado também no último censo demográfico³, apontando mais de 1,5 milhões a mais de homens em relação a mulheres no campo. No entanto, considerando a população total, a relação se inverte para um contingente de 5 milhões a mais de mulheres.

Vários autores (ARAMOVAY, 1999; CASTRO, 2005; SPANEVELLO, 2008), discutiram o êxodo rural sob o enfoque da masculinização⁴ e envelhecimento dos cidadãos do campo, beneficiados, em sua maioria pela previdência oficial, que assegura salário mensal aos aposentados e abordando o fato da saída acentuada da população mais jovem. A permanência em percentagem desproporcional das pessoas mais idosas no meio rural e a saída dos jovens, têm como consequência a dificuldade na execução dos trabalhos agrícolas que, em geral, são exercidos com muita penosidade pelos agricultores, apesar dos avanços disponibilizados pelas tecnologias que diminuem o trabalho árduo, embora seu alto custo, impossibilite o acesso a grande parte da população rural, especialmente aquela que apresenta maior fragilidade econômica.

As pesquisas do IBGE assinalam que, nas últimas cinco décadas, houve uma redução superior a quatro filhos por mulher. Enquanto em 1960 a média de filhos por mulher era de 6,28; 1970: 5,8; 1985: 4,3; 1991: 2,9; 2000: 2,4 e 2009 foram de 1,8 filhos por mulher. A projeção do IBGE para o período de 2028 a 2050 é de 1,5 filhos por mulher. Tal levantamento aponta, também, que o matrimônio ocorre cada vez mais tarde; dados de 2009 mostram que os homens casaram em média aos 29 anos e as mulheres com 26 anos, enquanto, em 1998, os homens se casaram aos 27 anos e as mulheres aos 23 anos. Tais

³ Informações Censo Demográfico realizado em 2010 pelo IBGE

⁴ Caracterizado pela saída em maior número de mulheres em relação aos homens, provocando predominância de homens no campo.

informações indicam que a composição de casais, com menor número de filhos e os casamentos realizados mais tardiamente, interferem no processo de sucessão nas propriedades rurais.

No entanto, ocorreram conquistas de políticas públicas para benefício e amparo da população do meio rural, especialmente a partir da década de 1980, que discutiremos doravante, mas uma em especial, que pesquisaremos com atenção particular, é a formação dos jovens para permanecerem trabalhando nas propriedades rurais. As Casas Familiares Rurais (CFRs), instituídas e acompanhadas pela Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR/SUL) e a organização das comunidades nas quais estas Escolas estão instaladas. A Pedagogia da Alternância praticado pelas CFRs, possibilita o aprendizado que motiva o aluno a estudar e continuar ao mesmo tempo o trabalho no campo, combinando estudos em tempo integral na Casa e trabalho na propriedade com acompanhamento dos professores. O ensino ocorre inicialmente com foco nas questões e problemas práticos, concretos, identificados junto às propriedades dos alunos e continua com discussão teórica, pertinente ao tema, no período de internato. Existe também o propósito da CFR de que os estudantes sejam também agentes de mudança junto à comunidade nas quais estão inseridos e não somente com aplicarem os conhecimentos nas propriedades das quais são originários.

O sistema de ensino que tem como base a Pedagogia da Alternância teve início na França em 1937, chegando ao Brasil somente em 1969, no Estado do Espírito Santo, em municípios que apresentam na sua estratificação fundiária uma predominância de pequenas propriedades agrícolas. Na região Sul do Brasil, teve início em 1989, estruturado por uma Associação, a ARCAFAR/SUL, que tem como sede o município de Barracão, região do Sudoeste do Paraná, cuja realidade regional quanto à estrutura fundiária compõe-se de pequenas propriedades, semelhante ao Estado precursor em nosso país e análogo também à região protagonista na França. Hoje a ARCAFAR/SUL desenvolve o trabalho de educação beneficiando mais de 200 municípios do Sul do Brasil.

A produção de alimentos básicos nas pequenas propriedades rurais é uma questão inquietante pelas dificuldades encontradas para sua continuidade. Muito discutida no Brasil e em outros países, encontra-se numa situação crucial neste início da segunda década do século XXI. Esta preocupação ocorre não somente pelos agricultores familiares que não conseguem realizar a sucessão de suas propriedades, mas também pelas lideranças dos agricultores e avaliamos que deveria ser da sociedade com o todo já que, de acordo com

números oficiais⁵, no Brasil, a agricultura familiar⁶ produz 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e responde por cerca de 70% dos trabalhadores que vivem no campo.

Um conjunto de pontos é posto como desencadeante desta situação de origem intra ou extrapropriedade. Alguns problemas de origem interna às propriedades aparecem, conforme pesquisas junto aos estudantes da CFR, tais como: espaço limitado da área rural (pequena área de terra) dificultando o trabalho que possibilita vida digna às famílias; área com topografia muito ondulada, acidentada; pais que não proporcionam aos filhos um espaço para aprendizado e desenvolvimento de atividades; dificuldade de acesso aos serviços públicos; falta de espaços desejados para lazer, entre outros.

A motivação para desenvolver o estudo na área de sucessão familiar deve-se ao fato desta questão preocupar vários setores da sociedade diretamente relacionados com o tema do desenvolvimento rural, especialmente, os agricultores, lideranças de movimentos sociais do campo e sindicatos ligados ao meio rural da região Sul. Todos se questionam por que menor número de jovens da agricultura familiar está optando por continuar o trabalho nas propriedades rurais. Neste aspecto, a problematização deste tema, acreditamos, possibilitará identificar novas informações e contribuições para melhor leitura desta realidade, constituindo um desafio, inclusive, para discussões acadêmicas sobre o tema.

É importante destacar o que vem sendo caracterizado como agricultura familiar. Para Stropasolas (2006, p. 39), ela é “entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Encontramos uma grande diversidade de formas sociais se considerarmos regiões e tempos diferentes na combinação de propriedade e formas de trabalho desenvolvidas.

Na percepção de Garcia Junior (2002), encontramos preocupações com a atitude que ele considera reducionista por resumir a agricultura familiar, referida por muitos autores, como um novo ator político, econômico e cultural, seja “pela sociologia rural e antropologia do campesinato”, como sitiantes, posseiros, pequenos proprietários, lavradores, parceiros, arrendatários etc., Garcia Junior (2002, p. 63) também, considera reducionista denominar todos como “sem-terra”. O termo familiar, justaposto à agricultura,

⁵ Informações do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)

⁶ Definido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006

para o autor, é aplicado à categoria de agricultores como forma de diferenciar um agente social de agricultores patronais.

O reconhecimento oficial da agricultura familiar como ator social foi, no entendimento de Wanderley (2000, p. 1 e 8), um dos dois fatos que assinalaram as alterações recentes no mundo rural brasileiro. Antes visualizados como os “pobres do campo”, “produtores de baixa renda” ou “pequenos agricultores”, agora eles são prestigiados como portadores de outro entendimento de agricultura, distinta e alternativa à agricultura latifundiária e patronal hegemônica no país. O Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), instituído no país em meados dos anos 1990, embora tivesse dificuldades iniciais de operacionalização clama esta mudança. O outro acontecimento importante foi a pressão por terras instituída pelos movimentos sociais e a posterior criação de assentamentos rurais. Para Wanderley, dois acontecimentos desencadearam consequências extremamente positivas para a agricultura familiar, a saber:

A revalorização do meio rural, percebido como espaço de trabalho e de vida. Isso encontra expressão na demanda pela permanência na zona rural ou retomo à terra. Essa ‘ruralidade’ da agricultura familiar, que povoa o campo e anima a vida social, opõe-se ao absenteísmo praticado pela agricultura latifundiária, que esvazia e depreda o meio rural. Essa nova ‘ruralidade’ opõe-se ao mesmo tempo à visão centralizada na urbanização, dominante na sociedade, e à percepção de um meio rural sem agricultores (WANDERLEY, 2000, p. 29).

Orientamos esta investigação no sentido de compreender a Pedagogia da Alternância, trabalhada pelas CFRs, pois o trabalho realizado junto aos filhos de agricultores é avaliado como de grande relevância. As discussões sobre tal pedagogia e a constituição das Casas Familiares Rurais podem possibilitar aos filhos dos agricultores a preparação para sua continuidade nas propriedades rurais. Essa política tem capacitado os filhos de agricultores, preparando-os técnica e gerencialmente para o desempenho junto às unidades de produção. Ao analisarmos a bibliografia sobre sucessão nas propriedades rurais, não encontramos estudos que relacionassem as ações das CFRs com esse fenômeno, o que garante, também, a necessidade da reflexão proposta.

1.1 METODOLOGIA:

Inicialmente realizamos um levantamento de dados junto à CFR de Francisco Beltrão e ARCAFAR - Associação Regional para melhor entendimento de toda a dinâmica e funcionamento de seu sistema educacional. Embora tivéssemos acompanhado todo o processo de implantação da Escola, cujo processo definitivo ocorreu em 1996, pareceu-nos importante esse novo levantamento agora orientado por questões pertinentes a esta pesquisa.

De posse das informações, organizamos as entrevistas com os jovens estudantes, egressos, dirigentes e monitores, totalizando 42 participações de pessoas ligadas a CFR de Francisco Beltrão. Organizamos a aplicação do questionário e desencadeamos o processo, cumprido uma agenda pré-combinada com os monitores das CFR para reunião com os alunos e posteriormente com os egressos e demais participações.

Entrevistamos os alunos das três turmas; neste ano, existem as turmas de 8ª série do Ensino Fundamental, 1º e 2º ano do Ensino Médio. A partir de 2012, esta CFR passou a ter somente as três turmas do ensino médio. Realizamos uma pesquisa escrita em sala de aula, lendo em conjunto as questões e esclarecendo as dúvidas junto aos alunos. Assim que foi esclarecido o questionário, eles passaram a responder a cada questão.

Escolhemos o momento mais oportuno para que a realização da pesquisa não prejudicasse o cronograma de aulas, por isso foi desenvolvido em sala de aula no decorrer dos meses de junho e julho de 2011. O preenchimento do questionário foi realizado de forma escrita. Composto de perguntas possibilitando respostas múltiplas, na grande maioria, de respostas abertas, discursivas, permitindo aos alunos elencar, para cada pergunta, mais de uma resposta e de acordo com a concepção dos entrevistados. Antes de responderem às questões formuladas, realizamos a leitura em conjunto de cada pergunta e esclarecemos dúvidas de interpretação e compreensão. Esclarecida cada questão e cada dúvida suscitada, foi disponibilizado tempo para resposta. Somente após todos terem respondido passávamos à questão seguinte. No final do período da entrevista, deixamos tempo livre para que retornassem às questões, possibilitando mais algum adendo, caso lembrassem alguma observação e almejassem completar as respostas.

Após essa etapa, identificamos algumas informações dúbias, necessitando de retorno junto aos alunos para melhor compreensão do posicionamento dos jovens.

Voltamos à Escola, e na oportunidade, individualmente, foram elucidados alguns pontos, quanto às respostas, dúvidas à escrita, e às ideias apresentadas.

Através do questionário obtivemos informações bem amplas dos alunos entrevistados. Embora a intenção principal fosse detectar questões relacionadas com a sucessão familiar, outras informações também foram obtidas e identificadas, possibilitando melhor caracterização dos estudantes e seus familiares. Na sequência, após as informações obtidas por meio do questionário e de conversa individual realizada com os educandos, conduzimos a tabulação e análise das informações.

A segunda etapa das entrevistas foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2011, oportunidade em que realizamos um total de 17 entrevistas; 12 com jovens egressos (10 rapazes e 2 moças) com idade de 19 a 36 anos, 4 pais de alunos (2 pais e 2 mães) que exerceram funções de direção da Associação⁷ que apoia as atividades da Escola e um monitor da CFR de Francisco Beltrão. Foi utilizado o modelo de entrevista semiestruturada, cuja gravação encontra-se disponível. Salientamos que dos 12 jovens egressos (10 rapazes e 2 moças), selecionados juntamente com a direção da CFR, de diferentes comunidades do município, escolhemos formandos de todos os períodos e existência da Escola entre, 1996 e 2011. Ativemos-nos ao detalhe de contextualizar ex-alunos oriundos de diferentes propriedades econômicas, desde aquelas com melhor rendimento econômico até as que apresentam fragilidade na sustentabilidade e obtenção de renda.

Do total de egressos entrevistados, seis deles continuam trabalhando no meio rural e seis, atualmente, trabalham em serviços urbanos. Os pais entrevistados, num total de quatro expuseram o que consideram importante na CFR, suas limitações e perspectivas para a formação de seus filhos no sentido de viabilizar a sucessão das propriedades rurais. Ouvimos, também, o que um monitor da CFR pensa desses assuntos. Durante o período do mestrado tivemos contato com seis monitores da unidade de Francisco Beltrão, mas em virtude da alta rotatividade, entrevistamos somente um, que teve exercido o trabalho por nove anos, apresentando questões relevantes para melhor compreensão da magnitude deste trabalho e as limitações que a Escola ainda enfrenta.

Acompanhamos pessoalmente o trabalho das Casas Familiares Rurais na região Sudoeste do Paraná desde sua implantação, especialmente a unidade deste estudo,

⁷ É formada pelos pais de alunos, ex-alunos, professores, monitores.

localizada no município de Francisco Beltrão. Trabalhamos no Instituto Emater, desde setembro de 1984, e nossa formação acadêmica é em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), concluída em julho de 1984. Posteriormente realizamos especializações em Administração Rural pela Universidade Federal de Viçosa – MG (UFV), em 1995, e em Agricultura Biodinâmica pelo Instituto Elo de Botucatu - SP em 1997.

1.2 RESUMO DOS CAPÍTULOS

Desenvolveremos este trabalho em três momentos distintos, a saber:

Primeiramente, abordaremos diversos conteúdos que tratam da sucessão familiar nas propriedades rurais. Deparamo-nos com algumas análises que tratam sobre o tema, apresentando vicissitudes que apontam questões relacionadas com valores que potencializam ou minimizam a permanência nas áreas rurais ou, então, que identificam o surgimento de uma nova juventude, diferenciada, mais preparada e organizada em setores sindicais e outras instituições, como apontado por Castro et al. (2009).

No segundo momento, decomporemos a Pedagogia da Alternância e sua utilização como proposta para o desenvolvimento do meio rural. Faremos uma reconstrução histórica dessa experiência pedagógica no mundo, desde sua criação até sua introdução no Brasil. Realizaremos também uma revisão bibliográfica sobre as relações da Pedagogia da Alternância com as Casas Familiares Rurais (CFRs), desde sua origem, na França.

No terceiro momento, apresentaremos nosso estudo de caso: trata-se de um espaço em que está ocorrendo a educação baseada na Pedagogia da Alternância, a Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão. O presente estudo tem como objetivo central analisar o perfil dos alunos da CFR de Francisco Beltrão, PR, bem como identificar junto aos estudantes desta instituição de ensino a percepção que eles têm dos desafios da sucessão familiar nas propriedades rurais. Nosso foco é a identificação de fatores e articulações que influenciam diretamente na decisão dos jovens estudantes de ingressarem na CFR de Francisco Beltrão e, posteriormente, permanecer ou não nas propriedades rurais das quais são originários.

Realizamos também uma pesquisa junto aos alunos egressos da CFR localizada no município de Francisco Beltrão - PR. O objetivo é identificar, após a diplomação dos

alunos na Escola, qual é a motivação para continuar na atividade rural. Quais as condicionantes que contribuíram para a decisão de trabalhar na agricultura ou a motivação que os levou a sair do campo. Ouvimos ainda um monitor, cuja opinião aqui tem o intuito de dar maior amplitude à percepção do desenvolvimento que está ocorrendo com a aplicação da Pedagogia da Alternância nesta instituição de ensino. Neste capítulo, apresentamos a perspectiva dos pais, que expuseram a importância da CFR, suas limitações e as perspectivas para a formação de seus filhos para a sucessão das propriedades rurais.

Pretendemos identificar, junto aos jovens estudantes e egressos da Casa Familiar Rural, informações em relação à sucessão familiar das propriedades rurais, apurando as características da vida no campo que os jovens alunos consideram desejáveis e as que devem ser superadas a fim de ver no meio rural um projeto de vida. Abordamos, ainda, questões referentes à utilização dos conhecimentos adquiridos na Escola bem como assuntos vinculados à renda e relacionando-as com escolaridade e tamanho da propriedade.

Apresentamos, também, o posicionamento dos alunos quanto ao desenvolvimento de atividades agregadoras de renda, quanto ao acesso a lazer e questões relacionadas à cidadania, participação em políticas públicas e engajamento em temas relacionados à coletividade na qual estão inseridos. Todos esses temas surgiram a partir da leitura de “Os jovens estão indo embora? – Juventude rural e a construção de um ator político” de Elisa Guaraná de Castro et al. (2009) que pesquisou a juventude rural brasileira, estudando as jovens lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (FETRAF) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e, com outros interlocutores, tem desenvolvido trabalhos relacionados à sucessão familiar das propriedades rurais na agricultura familiar.

2 A SUCESSÃO FAMILIAR DAS PROPRIEDADES RURAIS

2.1 CARACTERÍSTICAS DO MEIO RURAL BRASILEIRO

O Brasil tem expressiva produção agrícola baseada na monocultura⁸ de exportação. Se esta produção contribuiu para o equilíbrio da balança comercial, ela também tem deixado lacunas ambientais e sociais. Esta participação de fornecimento de alimentos para o mundo deverá crescer, conforme projeção da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com incremento substancial na participação mundial, progressivamente, nos próximos anos, conforme mostra o quadro abaixo, considerando o período de 10 anos, de 2008 a 2018. No entanto, esta produção é exportada como matéria prima, em sua maioria, sem agregação de valor. A transformação dos alimentos ainda é pouco desenvolvida no país e é um espaço para ampliar a renda dos produtores rurais e gerar empregos para a população brasileira.

Um estudo realizado por Zander Navarro e M. Pedroso, demandado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), constante na tabela 1, considera a participação do Brasil no comércio mundial de alimentos em 2008 e faz uma projeção para 2018, com expressivo fornecimento de proteína animal.

Tabela 1 - Participação das exportações brasileiras no Comércio mundial

PRODUTOS	2008	2018
Carne Bovina	31,0	60,6
Carne Suína	10,1	21,0
Carne de Aves	44,6	89,7
Soja	36,0	40,0
Óleo de Soja	63,0	73,5
Milho	13,0	21,4
Açúcar	58,4	74,3

Fonte: EMBRAPA/ NAVARRO, Z. e PEDROSO, M. T. M. (2011).

⁸ É o cultivo de um único tipo de produto agrícola em grandes extensões de terra.

Parte dos cultivos e produção que fazem parte do estudo da Embrapa é oriundo do trabalho da agricultura familiar. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)⁹, 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos suínos, 54% da bovinocultura do leite, 49% do milho, 40 % das aves e ovos, 32% da soja cultivados ou produzidos no Brasil têm sua origem na agricultura familiar. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a ocupação do país é de 84,4% dos estabelecimentos da agricultura familiar, totalizando 4.367.902 unidades de produção e empregando 74,4% da mão de obra utilizada no campo.

O Estado do Paraná tem uma produção agropecuária com significativa participação no *ranking* nacional, destacando-se como o maior produtor de grãos. Análise do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) destaca a produtividade alcançada pelo milho, soja, trigo, feijão e cana-de-açúcar, sobressaindo-se também a produção de frutas. A produtividade atualmente obtida é creditada à utilização de avançadas técnicas agronômicas. A maior da participação do Estado é com trigo em 57,0 %, enquanto a produção de milho, soja e feijão situam-se nos patamares entre 20 e 25%, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2 - PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - PARANÁ - 2010

PRODUTO	QUANTIDADE (toneladas)	PARTICIPAÇÃO PARANÁ/BRASIL (%)
Cana-de-açúcar	48.360.397	6,7
Milho	13.567.096	24,2
Soja	14.091.829	20,6
Trigo	3.442.660	57,0
Feijão	792.010	24,7
FONTE: IBGE		

Em relação à pecuária, o Estado do Paraná, conforme tabela 3, tem destaque na produção de avicultura, com 25,5% do total de abates do País. No segmento bovinos, a participação é de 4,9% e suínos 17,3%, considerando dados referente ao ano de 2010.

⁹ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/noticias/artigo-a-forca-da-agricultura-familiar-> Acesso em: 27/11/2011.

Tabela 3 - ABATE DE ANIMAIS - PARANÁ - 2010

TIPO DE ANIMAL	PESO TOTAL DAS CARCAÇAS (t)	PARTICIPAÇÃO PARANÁ/BRASIL (%)
Aves	2.725.634	25,5
Suínos	531.514	17,3
Bovinos	338.599	4,9
FONTE: IBGE		

Considerando a significativa participação do Paraná na produção agropecuária e sua contribuição para o país, todas as políticas públicas que visam interferir no setor impactam diretamente na produção e na vida dos agricultores do Estado. Aquelas políticas públicas expressivas que estão em funcionamento, entre elas o Pronaf e Habitação Rural tem um contingente expressivo de participação - dados que discutiremos na sequência - com localização principalmente nas regiões com predominância de propriedades conduzidas por agricultores familiares, também conhecidas como Unidade de Produção e Vida Familiar (UPVF)¹⁰.

Diferentemente das grandes propriedades, onde são desenvolvidos os monocultivos, é significativo o número de propriedades que têm uma diversificação da produção agrícola desenvolvida por agricultores familiares e camponeses. Estes agricultores têm, historicamente, uma cultura da diversificação na produção de alimentos, cultivada com menor dependência de insumos externos à propriedade e dependem diretamente da terra para sobreviver. Nesse sentido, analisa Bianchini em relação ao período da Revolução Verde¹¹:

Os agricultores familiares, de maneira geral, não se adaptaram à monocultura, por ocuparem menores áreas e em geral menos férteis. Predominavam sistemas diversificados, onde os agricultores familiares

¹⁰ UPVF – Unidade de Produção e Vida Familiar é a forma como é denominada a terra na sua relação como os agricultores familiares e camponeses. A denominação foi adotada porque agricultura familiar e camponesa tem sua terra como lugar de vida e produção, diferente do grande empresário rural que não mora na terra e apenas produz nela. Disponível em www.agroecologiaemrede.org.br/upload/arquivos/frm_exp_cca_ex_anexos_2_899_curso_tecnico_agroecologia.pdf - Acesso em 29 de fevereiro de 2012.

¹¹ Modelo agrícola que preconizava o cultivo de um número reduzido de espécies visando a exportação – Mais informações disponíveis no site www.mda.gov.br/o/899012 e http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_2.pdf - Acesso em junho de 2012.

podiam equilibrar os fatores de produção, reduzir o risco da atividade e aumentar a produtividade na integração pecuária lavoura. O sistema policultura versus pecuária sempre foi um traço característico da agricultura familiar e tem como função o autoconsumo familiar, geração de renda monetária constante, com pouca dependência de insumos externos e redução dos riscos para a reprodução familiar (BIANCHINI, 2005, p. 34).

Entre os diversos estágios da agricultura brasileira, um momento que marcou, de maneira contundente, foi o período conhecido como Revolução Verde. Foi um período em que o capitalismo ingressou definitivamente no campo, extraíndo boa fatia dos lucros ganhos pelos agricultores; ocasião em que ocorreu a seleção de propriedades e agricultores, em que aqueles com menores recursos ou que não tinham capacidade de gerir os negócios acabavam sucumbindo às dívidas. Sua única saída era entregar a terra para o agente financeiro de crédito. Nos períodos de frustrações de safra¹², era corriqueiro vender as terras para pagar as contas ou repassá-las ao banco para honrar as dívidas ou pagar uma ação judicial.

Devido a essas situações, a concentração das propriedades foi uma rotina, já que agricultores mais capitalizados, cujas terras estavam localizadas em áreas favoráveis à mecanização, dotados de mais recursos e maior capacidade gerencial, adquiriam mais e mais terras. Não era preciso a contratação de mão de obra em grande escala, já que as máquinas e os equipamentos existentes possibilitavam realizar o cultivo de áreas cada vez maiores, aumentando os lucros. Assim, além de desalojarem pequenos proprietários, também dispensavam trabalhadores.

A redução da população rural na década de 1970 e 1980 foi significativa, marcada como período de forte êxodo rural. Conforme Bianchini (2005), a fase da Revolução Verde “foi construída em torno de dois objetivos capitalistas que se relacionam: a maximização da produção e do lucro”. Para que tais objetivos fossem atendidos, diversas práticas agrícolas foram desenvolvidas ao longo dos anos, como:

Destoca, mecanização e cultivo intensivo do solo: introdução de novas variedades, redução da biodiversidade e especialização na monocultura (apenas seis variedades de milho respondem por mais de 70% d produção mundial desse grão); alta dependência de insumos externos à propriedade como os agroquímicos (fertilizantes solúveis, agrotóxicos e herbicidas).

¹² Perda parcial ou total da safra agrícola devido a eventos relacionados ao clima.

Agrotóxicos aplicados às lavouras são facilmente lavados e lixiviados para a água superficial e subterrânea, onde entra na cadeia alimentar, afetando populações animais em todos os níveis e, normalmente, persistindo por décadas; irrigação. A agricultura é responsável por aproximadamente dois terços do uso global da água e é uma das principais causas de sua falta em algumas regiões. Mais da metade da água aplicada nas culturas nunca é absorvida pelas plantas às quais se destina; outros efeitos: perda do controle local sobre a produção agrícola. A modernização da agricultura tem subordinado os interesses dos agricultores ao das agroindústrias, das grandes redes de mercado varejista e do capital financeiro, com perda da autonomia, de renda, acarretando exclusão e êxodo; desigualdade global. Embora a desigualdade sempre tenha existido entre países e entre grupos dentro dos países, a modernização da agricultura tendeu a acentuá-la, porque seus benefícios não são distribuídos uniformemente (BIANCHINI, 2005, p. 35).

Quando discute a questão agrária, Brandão (2007) avalia que a suposta ou real “modernização do campo brasileiro” foi bastante conservadora. Realizada mais no plano agrícola em detrimento do agrário, teve a característica de modernizar formas de apropriação e de concentração da propriedade fundiária, porém não foi contemporânea porque não realizou uma real democratização de acesso a terra e às efetivas condições sociais e tecnológicas do trabalho com a terra. “Modernizamos tecnológica e capitalisticamente a agricultura, criamos às pressas um modelo importado de agronegócio sem havermos antes procedido a uma modernização estrutural do campo” (Brandão, 2007, p. 47).

Brandão (2007, p. 41), demonstrando preocupação com o formato que está tomando a produção de alimentos, destaca que, por um lado, na cidade, somos agraciados pelo fornecimento diversificado de produtos. São grãos, frutas e folhas oriundos da multivariada de produtos da agricultura familiar, peculiar do campesinato tradicional e de um conjunto de novas alternativas de produção que avança, embora de forma lenta, como a agricultura orgânica, a permacultura, a agrossilvicultura e outras que têm como princípio o respeito à gestão do meio ambiente e da terra, valorizam a presença de pessoas, a formação da comunidade e a preservação de culturas. Por outro lado, imensas áreas de monoculturas, especialmente a soja e a criação de gado, ocupam espaços com transformações e perdas profundas da paisagem, culturas, tradições, concentração de terra e diminuição contínua da população. Como destaca Brandão:

Uma modernização insustentável que traz para o mundo rural escalas e interações de tempo-espço típicas da empresa fabril moderna. Com a diferença de que ‘lá’, na cidade, as fábricas estão ainda repletas de

trabalhadores, enquanto no campo largos espaços de produção de mercado precisam estar cada vez mais vazios de braços humanos, para dar lugar às poucas máquinas que, primeiro, substituíram famílias de camponeses e, depois, as próprias pessoas de trabalhadores volantes (BRANDÃO, 2007, p. 44).

Para Duarte (2003, p. 21), a Revolução Verde e a agroindustrialização marcou a entrada expressiva do capital no campo, tendo em seu comando um contingente considerável da população rural, período em que vários produtos passam por padronização, produzidos em larga escala e sob controle de empresas integradoras de produtos tais como carnes (suíno, aves), fumo, bicho-da-seda, leite e outros, dependendo do que o mercado consumidor demandasse.

Como forma de canalizar parte da população excluída do campo, consequência do período da Revolução Verde, o governo militar na década de 1970 desenvolveu projetos para o desenvolvimento de cidades médias, entre as quais contemplava Maringá e Londrina no Paraná, conforme corrobora Dourado (2010). Tal ação do governo funcionou como cortina de fumaça para a reforma agrária, pois não havia proposta para resolver esta dívida social.

Em relação às consequências do êxodo rural, estudando a colonização do Norte do Paraná, Araújo (2005) mostra que após o colapso da cultura cafeeira e a introdução de cultivos anuais¹³ no período coincidente com a Revolução Verde, o homem foi substituído pela máquina, ocorrendo impacto sobre as cidades em formação, tais como Maringá – PR além de outras. Segundo a autora, “com o aumento do cultivo da soja e do trigo, o trabalhador rural perdeu seu lugar na produção agroindustrial e deslocou-se para as cidades” (ARAÚJO, 2005, p. 146).

À época da implantação da Revolução Verde, surge, no Brasil, um movimento que toma corpo, especialmente com a instituição das “comunidades eclesiais de base” (CEB)¹⁴ em todo o território nacional, a Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹⁵, criada em 1975, num

¹³ É o cultivo de espécies vegetais que possuem o ciclo da cultura, período entre o plantio e a colheita, de até um ano ou menos.

¹⁴ Comunidade Eclesial de Base – São comunidades ligadas a Igreja Católica (e outras) composta principalmente por membros das classes populares e de intelectuais com o objetivo de fortalecer o movimento social.

¹⁵ Comissão Pastoral da Terra – É uma ação da Igreja Católica atuando junto a regiões onde ocorrem conflitos de terra para possibilitar o acesso à terra. Mais informações <http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=2&Itemid=4> - Acesso em Junho/2012.

trabalho metódico de mobilização e união dos camponeses num contraponto ao sistema opressivo reinante no país. Este movimento tinha também preocupação com a entrada do capital no campo e com a perda da sustentabilidade das pequenas propriedades pela erosão genética¹⁶, com a competição ente os agricultores e perda de valores tradicionais, entre outros. No Sudoeste do Paraná, identificamos diversas lideranças, atuantes em vários setores, que começaram sua atuação política nesse movimento da igreja. Este foi um espaço para que lideranças nacionais fossem cunhadas. Segundo Garcia Junior:

Foi na CPT que se formaram oposições sindicais que renovaram as lideranças do sindicalismo oficial mesmo antes do fim do regime militar, e foi também aí que foram formadas as lideranças mais importantes do MST atual (Fernandes, 1996 apud Garcia Junior, 2002, p. 61e 62). Muitas ONGs, que atuam agora no mundo rural brasileiro, tiveram também sua origem na militância de estudantes e professores universitários, de advogados, padres, freiras e agentes pastorais, junto aos grupos constituídos pelas CPTs e pelas CEBs nos anos 70 e 80 (GARCIA JUNIOR, 2002, p. 61e 62).

Nesse período de intensas mobilizações, havia a presença substancial da juventude, a participação das instituições, além das igrejas que se distinguiram com aumento de seus templos e a diversificação de suas ações institucionais; outros setores da sociedade contemplaram enorme crescimento, entre eles, o ensino, a pesquisa e a extensão rural. Conforme Garcia Júnior:

Cabe mencionar a criação de universidades públicas em todo território brasileiro e de instituições especializadas na pesquisa de biotecnologias, como a Embrapa ou em sua difusão, como a Emater. Esses organismos contribuíram para a profissionalização de cientistas das mais variadas disciplinas, nas quais as ciências sociais foram tão beneficiadas como as ‘ciências da terra’ e as biológicas, e se forjaram assim instrumentos para imprimir novos rumos às transformações do mundo rural (GARCIA JUNIOR, 2002, p. 62).

A agricultura familiar está, portanto, no centro das discussões quando lhe são atribuídas características intrínsecas, especialmente de “sustentabilidade”¹⁷, diversidade de produção e pela possibilidade de originar ocupação e renda no meio rural contrapondo-se à

¹⁶ Substituição e perda de sementes tradicionais dos agricultores por sementes adquiridas que necessitavam de alta dose de insumos, com isso onerando o custo de produção.

¹⁷ Menor dependência externa de insumos (adubos, sementes, máquinas).

agricultura patronal. Os valores éticos atribuídos ao termo abstrato *agricultura familiar* e suas generalizações simbólicas são afirmadas como paradigma, referência para o comportamento de seus membros, modelo a ser considerado pelas políticas (STROPASOLAS, 2006, p. 18). O processo sucessório na propriedade agrícola familiar envolve valores e tradições familiares, além dos elementos conjunturais externos que afetam sua dinâmica. Trata-se de um espaço em constante conflito, especialmente nas relações de gênero e geração (STROPASOLAS, 2006, p. 21).

Pela importância que a agricultura familiar tem no cenário de produção de alimentos e as dificuldades existentes em relação à sucessão das propriedades rurais, deparamo-nos com poucas pesquisas em relação ao posicionamento e perspectivas que os jovens visualizam para o desenvolvimento das propriedades (STROPASOLAS, 2006, p. 23), julgamos urgente a implementação de novos apoios estratégicos para o setor. Embora grande número de políticas públicas e programas tenham sido conquistados e destinados para esse setor, há necessidade de desenvolver suas potencialidades e produzir alimentos com qualidade visando, entre outras metas, a segurança alimentar da população. Na perspectiva, Stropasolas destaca:

No momento atual da sociedade, em que o modelo urbano-industrial está sendo questionado, o rural adquire importância enquanto maneira de se pensar desenvolvimento, de refletir sobre a sociedade. Assim, as questões da ruralidade voltam, a galope, para o cerne das ciências sociais. E as discussões em torno das noções de juventude, agricultura familiar, exclusão, desemprego, modo de vida, espaço, meio ambiente, entre outras temáticas, se encontram nas encruzilhadas do rural (STROPASOLAS, 2006, p. 29).

As políticas públicas para a agricultura desconsideram a diversidade existente no meio rural e sempre focalizaram basicamente o setor produtivo, vinculando o desenvolvimento rural às potencialidades do setor agrícola, o que gerou um grave problema de exclusão, tanto de territórios como de grupos sociais, marginalizados deste processo (STROPASOLAS, 2006, p. 31). Outros valores não foram contemplados tais como: capital cultural das populações rurais, seu patrimônio histórico, os recursos naturais e a rede de relações sociais existentes no espaço rural (STROPASOLAS, 2006, p. 36). Há, ainda, um questionamento sobre os “contratos” realizados entre empresas agroindustriais e agricultores familiares, por se fundamentarem somente na questão econômica. Considerado sempre como o patinho feio, esculpido como o espaço do atraso ou fonte de

problemas sociais, o meio rural, como o êxodo e a miséria, passa a ser visto como o lugar de onde podem emergir soluções, por exemplo, para o desemprego. Em relação às dificuldades encontradas, a potencialidade do espaço rural é identificada também com a pluralidade de soluções na qual a sociedade pode se inspirar. Segundo Stropasolas:

As pesquisas realizadas recentemente na área de ciências humanas no espaço rural indicam que as relações de sociabilidade, interconhecimento, confiança e cooperação gerada pelos grupos sociais podem se constituir num fator essencial para o sucesso das iniciativas e experiências de desenvolvimento. Pessoas, instituições, a sociedade e o Estado podem realizar uma intervenção efetiva nos mecanismos que provocam o esvaziamento demográfico, econômico, cultural e político das regiões de predomínio da agricultura familiar e que ocasionam, também, a degradação dos ecossistemas ainda remanescentes nas pequenas localidades (STROPASOLAS, 2006, p. 317).

Spanevello (2008) assinala que há um diferencial no preparo da sucessão nas propriedades pelos pais, em se tratando de filhos homens ou mulheres. Desde cedo, aos filhos homens cabe o acompanhamento das atividades agropecuárias¹⁸ em companhia dos pais e irmãos mais velhos. Já para as filhas fica o papel de serviços da alimentação, na horta e pomar, considerados de maior facilidade. As filhas também são mais estimuladas ao estudo. Já que a atividade rural, em geral, é mais dura, árdua, deixam para os filhos homens esta função. No entanto, com a disponibilidade cada vez maior de equipamentos e máquinas que tornam os trabalhos mais brandos em muitos setores, ocorrem mudanças significativas que facilitam o ingresso das mulheres na realização de muitas atividades.

Contradições na sociedade e que envolvem constantes conflitos também são identificadas no meio rural, especialmente a discriminação da mulher em relação ao acesso à terra e demais benefícios historicamente legados aos homens, no entanto, “começam a ser questionadas pelas filhas dos agricultores, seja repensando o casamento e seus valores, seja reformulando estratégias vinculadas ao estudo e à migração para a cidade” (STROPASOLAS, 2006, p.317). A predominância da saída de moças das áreas rurais, devido ao reduzido espaço concedido, tem conduzido à masculinização do campo discutida por Brumer:

¹⁸ Atividades agropecuárias ou atividades agrícolas são criações de animais e/ou cultivo de plantas desenvolvidas nas propriedades rurais com o objetivo de subsistência da família e/ou obtenção de renda dos agricultores (as).

Assim como existem diferenças nos processos de socialização e nas oportunidades de inserção na atividade agrícola para rapazes e moças (Freire, 1984; Woortman, 1995; Brumer, 2004; Paulilo, 2004), eles e elas diferenciam-se também nas representações sobre a vida no meio rural, sendo as moças mais críticas e com posições mais negativas do que os rapazes. A posição mais crítica das mulheres decorre da desvalorização das atividades que desempenham na agricultura familiar e pela invisibilidade de seu trabalho (Paulilo, 2004), mas também pelo pouco espaço a elas destinado na atividade agrícola comercial, onde atuam apenas como auxiliares (BRUMER, 2004) (BRUMER, 2007, p. 5).

Na percepção de Brumer (2007, p. 2), quando enfocamos a juventude rural, pelo menos dois tópicos são recorrentes: a tendência migratória dos jovens, explicada pela negatividade da atividade agrícola e seus ganhos e os problemas em decorrência da passagem dos estabelecimentos agrícolas familiares aos sucessores, à nova geração. A continuidade da ação migratória campo-cidade - apontada nos dados demográficos referentes à população brasileira, nas últimas décadas, apresentados na sequência - tem como principal fator de atração a possibilidade de trabalho remunerado. É importante atentar para a citação que Brumer faz de Champagne, no que tange a sua percepção em relação aos filhos dos agricultores que apresentam crise de identidade social e terminam por viver uma crise de reprodução:

Champagne constatou que, ao fazer a sua avaliação do modo de vida rural, os jovens comparam-no com o modo de vida urbano, o que os leva a considerar a agricultura de maneira mais negativa do que positiva. Entre os aspectos negativos, eles destacam a ausência de férias, de fins de semana livres e de horários regulares de trabalho. Eles mencionam ainda a atividade agrícola penosa, dura e difícil, que submete os trabalhadores ao calor e ao frio e a posições de trabalho pouco confortáveis, assim como os rendimentos baixos, irregulares e aleatórios. Como aspecto positivo os jovens salientam a relativa autonomia do agricultor, que não depende de um patrão (BRUMER, 2007, p. 3).

Conforme relato de entrevistas realizadas por Brumer (2007) com jovens filhos de agricultores familiares no sul do Brasil, as reivindicações abrangem especialmente duas feições: 1) o acesso à renda própria, condicionando o uso conforme decisão deles, o que é de difícil equacionamento em função da indivisibilidade dos recursos, por estarem sob o controle do pai. Normalmente, a saída para os jovens é o assalariamento urbano para dar vazão a essa aspiração e 2) a não dependência de seus pais, conduz a uma mudança profunda na forma de relacionamento familiar, com espaço participativo, em especial para

os jovens. Entre estes também são apontadas diferenças entre rapazes e moças conforme anuncia Brumer, amparado nas pesquisas de Castro et al.:

A falta de renda e de autonomia age de maneira diferenciada sobre rapazes e moças, decorrente da socialização a que são submetidos. Como mostra Castro, numa pesquisa num assentamento no Rio de Janeiro, os rapazes envolvem-se nas atividades desenvolvidas pelos pais, seja na construção ou reforma da casa, seja nas tarefas agrícolas; enquanto que as moças restringem-se ao apoio às atividades desempenhadas pelas mães, predominantemente no espaço doméstico, que inclui os trabalhos da casa, cozinha, roupa, cuidado de crianças menores e da horta e animais domésticos. Ao mesmo tempo, a família mantém maior controle sobre as mulheres, 'principalmente 'jovens', que são 'proibidas' ou sofrem muitas restrições quanto à circulação dentro e fora do assentamento' (BRUMER, 2007, p. 5 e 6).

No caso analisado por Castro et al. (2005: p.332 apud BRUMER, p. 6), há obtenção de renda e autonomia fora do assentamento, quando os jovens ingressam nas forças armadas por meio do alistamento militar obrigatório, concebendo um artifício de conquista de liberdade, apesar de não deixar de sair da casa dos pais. Já com relação às moças, o acesso à escola no meio urbano representa um primeiro passo na procura de alternativas que poderão desencadear uma segunda etapa com o casamento ou emprego.

Em estudo realizado por Carneiro (1998), numa comunidade do interior do Rio Grande do Sul e noutra no interior do Rio de Janeiro, muitos jovens tinham como projeto terminar um curso superior e voltar ao município de origem para desenvolver a atividade profissional na qual se qualificaram, o que indica que muitos jovens desejam retornar e valorizam questões relacionadas com o espaço em que nasceram, querem estar próximos aos seus familiares e conjugar o desenvolvimento de um trabalho profissional com o convívio familiar no local de origem. Segundo Carneiro:

Não vislumbram mais um rompimento definitivo com o universo cultural de origem, mas a possibilidade de combinar os dois mundos: a realização de um projeto próprio e a segurança (afetiva e econômica) oferecida pelos laços familiares, valorizados por todos os jovens entrevistados de ambas as comunidades estudadas. Para eles, seria a possibilidade de conjugar o melhor dos dois mundos: a 'tradição' – representada pela família, altamente valorizada como universo afetivo além de expressão e condição do pertencimento à localidade e à cultura de origem – e a 'modernidade', que se traduz na realização de um projeto profissional individualizante, autônomo, representado na figura de um profissional liberal ou de um pequeno empresário (CARNEIRO, 1998, p. 17).

Para Carneiro (1998), tais jovens foram aqueles filhos que romperam com a reprodução da chamada “cultura camponesa”, que tinha o viés do relacionamento familiar e a exploração agrícola cada vez mais presente na sociedade e não pertencem mais culturalmente ao mundo de seus pais. Na situação estudada, contribuiu para o redirecionamento das famílias, o avanço da mecanização, a ampliação do comércio para os produtos agrícolas e a criação de novas oportunidades de trabalho no meio urbano. Com este novo quadro que se apresenta nos dois mundos, coube aos jovens um espaço de escolhas, de liberdade, superando períodos em que reinava a impossibilidade de decidir sobre seu futuro:

Se no passado recente a saída significava uma necessidade, que muitas vezes implicava grandes esforços e mesmo períodos de privação, atualmente, ‘sair’ se coloca como uma opção estimulada pelos pais e favorecida pela diminuição do número de filhos. Nesse novo contexto, a ‘liberdade de escolha’ é o novo valor que orienta essa ‘opção’. Todos os jovens são unânimes em reconhecer que os pais não interferiram na construção de seu projeto profissional, da mesma maneira que os pais enfatizam a autonomia dos filhos, ainda que reconheçam a imposição de determinados limites. Como valor da sociedade pós-tradicional, na expressão de Giddens (1997), a ‘escolha tornou-se obrigatória’, mesmo que ela vá de encontro aos interesses familiares e engendre novas crises (CARNEIRO, 1998, p. 17-18).

Algumas características do meio urbano tiveram mudanças substanciais, afetando o desenho do espaço ideal para viver. O aumento da violência nas cidades e o desemprego em alguns setores fizeram com que os grandes centros deixassem de ser atraentes. Há, também, melhoria na comunicação entre o campo e a cidade, acessibilidade a bens e valores urbanos e, mais recentemente, acesso facilitado aos meios de locomoção (motocicleta, automóvel). Segundo Carneiro:

As dificuldades enfrentadas nos centros urbanos por um jovem de origem rural, com qualificação profissional e nível educacional normalmente mais baixo que os da cidade, a inexistência de uma rede de parentela de apoio, a obrigação de pagar caro pela moradia, pelo transporte e pela alimentação, têm levado os jovens a ‘descobrirem’ que podem ter um padrão de vida bem satisfatório no campo onde contam com um conjunto de facilidades inexistentes na cidade, sobretudo a da moradia. O Estabelecimento da residência na localidade de origem passa a ser valorizado não só por motivos econômicos, mas também em decorrência da idealização da vida rural pelos moradores da cidade. Abrir novas alternativas de trabalho no campo é um projeto que surge em função da

perspectiva de estreitamento dos laços com a cidade, favorecido pelas facilidades dos meios de comunicação. É nesse contexto que os ideais da juventude rural apontam para uma síntese, que definimos como projeto de vida rurbano (CARNEIRO, 1998, p. 18).

A menção à facilidade de transporte, e às condições favoráveis das estradas, também foram listadas pelos jovens egressos da Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão. Embora eles trabalhem no meio urbano, utilizam-se diariamente do meio de transporte individual (moto, veículo) entre a casa de seus pais e a cidade. A opção pelo trabalho na cidade é justificada por eles com argumentos econômicos. Já quanto ao deslocamento, devido ao trabalho em agroindústria do município, que necessita de trabalhadores em três turnos, sua saída dá-se no período da madrugada, aproximadamente às quatro horas da manhã, para início de seu compromisso diário. Com as mudanças que ocorrem no meio ambiente, os jovens estão realizando um novo desenho frente à constante valorização do meio rural como espaço apropriado para viver.

Com as constantes mudanças na relação campo x cidade, as novas oportunidades de emprego e renda estão cada vez mais disponíveis no meio rural e permanecer no campo não implica, necessariamente, ostentar a profissão de agricultor, o que traz consequências para o processo sucessório no interior da família camponesa (CARNEIRO, 1998, p. 19). Tais mudanças podem significar a continuidade ou ruptura da associação entre ‘terra-família-agricultura’. Em caso de ruptura, ela produzirá uma nova realidade, identidades diferenciadas e tornará a terra um bem de consumo.

No Sudoeste do Paraná, vivenciamos algumas mudanças no perfil de algumas propriedades familiares, todavia sob o ponto de vista da abrangência ainda incipiente, considerando a totalidade das propriedades existentes. Com o apoio do Instituto Emater e das prefeituras, elas transformaram-se em espaços integrados aos circuitos de turismo rural, com áreas de lazer, de beleza natural, espaços para eventos, gastronomia, pratos típicos, agroecologia, cantinas para produção de vinhos e sucos, além de agroindústrias familiares. São espaços que agregam renda e geram empregos para agricultores familiares, além de proporcionarem ocupações para as famílias vizinhas a essas propriedades. Diferentemente do que é apontado por Carneiro (1998), nas propriedades do Sudoeste do Paraná, as atividades são desenvolvidas, em sua maioria, por agricultores familiares na faixa de 40 a 50 anos, que herdaram de seus pais uma tradição de produção essencialmente agrícola. Esta situação está motivando muitos jovens a continuarem o novo projeto, com

boas perspectivas, alcançando qualidade de vida e gerando renda para os agricultores e seus filhos, favorecendo o processo de sucessão familiar nas propriedades rurais.

A saída do campo e a redução do percentual da população rural têm sido constante, porém tem apresentado características diferenciadas. Conforme aponta o IBGE, se na década de 1980, a saída era de toda a família; na década de 1990, ela é majoritariamente de jovens do sexo feminino. Porém, este fluxo migratório, após 2000, dá lugar a uma nova realidade, conforme destaca Castro et al. (2009, p. 19): “ocorre um número significativo de iniciativas organizativas no interior dos movimentos sociais rurais identificadas como de juventude”. E, pesquisa realizada nos anos de 2006 a 2008 possibilitou observar a existência da “atuação de jovens de movimentos sociais rurais identificados como de agricultura familiar, como trabalhadores rurais e camponeses” (CASTRO ET AL., 2009, p. 19).

A pesquisa realizada por Castro et al. (2009) revela o potencial que os jovens do campo têm - na conjuntura brasileira, especialmente aqueles ligados aos movimentos sindicais - deixando a invisibilidade a que historicamente eram fadados para tornarem-se atores, protagonistas de seu futuro. Esse avanço é devido a fatores diversos, entre os quais, os espaços conquistados dentro das bases sindicais e a percepção estratégica de lideranças quanto à renovação de seus quadros. A nova geração contribui com participação e mobilização, ocupando cargos e projetando-se como lideranças com atuação local, regional e nacional.

Castro et al. (2009, p. 37) assinala que o “perfil de uma juventude hoje organizada nos movimentos sociais rurais revelou o elevado índice de escolaridade, se comparado aos índices, das mesmas faixas etárias, de residentes em áreas rurais, segundo o Pnad”. Há, também, um equilíbrio na participação de homens e mulheres com percentual de 50% para cada. Índice semelhante de participação foi detectado em relação à participação das jovens mulheres na condição de dirigentes das organizações, quando se trata de juventude. Foi detectada, ainda, uma forte identificação de novos atores como jovem camponês, jovem agricultor familiar e jovem assentado.

A imagem do jovem rural vem-se modificando devido a pesquisas recentes, no entanto na imagem que existia, conforme Castro et al.:

O jovem seria aquele que vive um período da vida de aprendizado, de preparação para suceder aos pais, por meio da transmissão de bens e da terra, mas também de poderes entre as gerações (Champagne, 1979). O

jovem agricultor ou camponês, como membro da unidade familiar da produção, estava associado à reprodução da mesma, cujo processo de trabalho era indissociável da construção simbólica das hierarquias familiares entre gêneros e gerações (Woortman & Woortman, 1997). Contudo, a imagem do jovem rural vem sendo modificada a partir da percepção das transformações das estratégias de reprodução das famílias dos agricultores, que trazem à tona questões vinculadas à juventude rural como o êxodo rural, a crise dos processos sucessórios e a tensa relação entre campo e cidade (Martins, 2008). Os jovens rurais saem da condição de apenas filhos de agricultores e tornam-se categoria significativa nos estudos rurais, associada a algumas problemáticas específicas, tais como o êxodo rural e a migração (CASTRO ET AL., 2009, p. 55-56).

Os jovens conhecidos historicamente pela irreverência, também são precursores de lutas, inovações, produzindo um mundo que tem um pouco de sua faceta, de seu jeito de ser e de pensar. Numa experiência local, foi com esse ímpeto que um grupo de jovens, ligados à Juventude da Agrária Católica (JAC), em 1966, com o apoio de padres belgas, fundou a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) (DUARTE 2003, p. 11-12). Essa associação tem sede em Francisco Beltrão - PR. A ASSESOAR desempenha um papel importante em diversos momentos, constituindo-se num espaço de resistência à ditadura militar, questionando as agressões produzidas pela Revolução Verde ao meio ambiente e desestruturação de parte da cultura campestre e propondo alternativas. Pondo-se à frente das discussões do sindicalismo no final da década de 1970, propondo uma adequação do ensino à realidade dos alunos, entre outras lutas incorporadas pela ONG, de acordo com a leitura realizada por seus sócios.

A forma de organização da juventude rural está se multiplicando, seja pela participação e conquista da juventude ou viabilizadas pelas organizações governamentais e não governamentais. Tivemos a oportunidade de participarmos do 1º Salão Estadual da Juventude Rural do Paraná¹⁹, quando foram abordados os seguintes temas: educação de jovens do campo, inclusão digital, infraestrutura e serviços, acesso à terra e demais meios

¹⁹ Ocorreu no período de 30/11/10 a 02/12/2010, no município de Bocaiúva do Sul, região Metropolitana de Curitiba. Uma promoção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF), Sistema Seab/Emater, Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), com participação também de jovens das Casas Familiares Rurais do Paraná, Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR/SUL), Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS), Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Instituto Souza Cruz.

de produção e de vida e protagonismo juvenil, na família, comunidade, economia, espaços de (re)produção e representação (sindicatos, fóruns e conselhos, partidos políticos e estruturas sociais de cooperação). Entre os debatedores estavam presentes Rosani Spanevello da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Valmir Stropasolas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Houve espaço para apresentação das organizações promotoras e participantes sobre o que estão desenvolvendo junto ao público jovem. Para continuidade do trabalho pós-evento, formou-se uma comissão integrada por representantes das organizações presentes com o objetivo de programar a realização do II Salão da Juventude Rural e outras ações definidas no 1º Salão da Juventude.

Outro espaço conquistado foi o III Acampamento da Juventude da FETRAF-SUL²⁰, no qual se reuniram em torno de 1.800 jovens dos três Estados do Sul. No documento²¹ final do evento (p.1) foram expressas as convicções dos jovens presentes. Inicialmente afirmam serem integrantes da continuidade de diversos movimentos históricos sociais, com atuação desde o embate contra a ditadura até o momento da construção de espaços na busca de uma vida melhor para todos. Nesse encontro, eles afirmam querer ser o que são: juventude. Querem viver o seu tempo e tudo aquilo que é próprio dos jovens. Querem sentir e vivenciar os momentos, as realidades, passando por todos os sentimentos que são próprios da idade. No entanto, querem continuar agricultores familiares.

Também discutiram neste evento a preocupação com questões gerais da sociedade e que afetam a população, entre elas: a desigualdade na distribuição de renda, a dificuldade de acesso a alimentos e água para a população mais empobrecida do planeta, a qualidade do alimento, a contaminação por agrotóxicos, o consumismo desenfreado estimulado pelo sistema capitalista, exposição do jovem à violência entre outros assuntos (Documento do III Acampamento da FETRAF, p.2). Para a juventude da FETRAF-SUL “ainda há muito por fazer” ou, então, projetando estrategicamente a caminhada da organização, “o futuro não é algo dado ao acaso, se constrói”. Lembra alguns programas que deram amparo aos agricultores familiares, tais como o Pronaf, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), seguro da agricultura familiar,

²⁰ Evento realizado em Concórdia - SC, nos dias 27 a 29 de abril de 2011.

²¹ <http://unaic.blogspot.com.br/2011/05/iii-acampamento-da-juventude-da.html> - Acesso em: 30 de setembro de 2011.

garantias de preços, assistência técnica (Documento do III Acampamento da FETRAF, p. 3).

Entre as proposições (Documento do III Acampamento da FETRAF, p. 5-10), o documento defende um rural com gente, com sucessão das propriedades e, para conter o êxodo rural e possibilitar a permanência da juventude no meio rural, o documento enumera diferentes apoios para a juventude: acesso à terra, habitação, produção e industrialização. Necessidade de ‘valorizar a cultura e o modo de vida rural’, ‘valorização da atividade agrícola e não agrícola’ pelo complemento que existe entre as ações.

Esse novo perfil do jovem do campo permite que eles respondam aos desafios recorrentes nesse espaço bem como novas opções que a sociedade oferece em termos de emprego e condições de vida. As políticas públicas tiveram um avanço significativo na última década, contudo, aponta-se que novas e adequadas ações duradouras necessitarão ser implantadas, possibilitando que um contingente significativo de jovens escolha o campo como espaço para seu projeto de vida.

Por meio do trabalho de extensão rural detectamos que algumas propriedades mais estruturadas, nas quais há maior ganho de recursos, possibilitam que a juventude realize alguns sonhos. Já nas propriedades que não conseguem promover a sucessão, há certa decepção dos pais por não haver continuidade da atividade rural pela família. O apego à terra e a impossibilidade de repassá-la aos descendentes deixa um sentimento de frustração aos proprietários que estão na iminência de não realizar a sucessão familiar nas propriedades, interrompendo uma trajetória desenvolvida pelos antecessores.

Nas propriedades em que os potenciais sucessores encontram-se fora da propriedade desenvolvendo outras atividades, porém com possibilidades remotas de atuar na atividade rural, há certa contrariedade pela possível venda da terra pelos pais.

Nessa situação, há certo apego dos filhos à terra em que seus pais vivem, porém ela terá outro objetivo que não o sustento da família, será somente para o lazer.

Outro fator perturbador na sucessão das propriedades é em relação à herança das terras que, historicamente, desconsiderava as filhas dos proprietários:

Uma vez as mulheres não tinham direito à herança, só os homens. As mulheres não tinham valor [...] Elas ganhavam enxoval, uma máquina de costura e uma vaca de leite. E isso dependia de cada agricultor, tinha gente que nem isso davam. E os guris ganhavam a terra, isso nas famílias que tinham condições. Então, hoje é diferente, porque os guris também saem e trabalham pouco na agricultura, vão estudar, então por que não dar terra

para elas também? Se todos trabalharam igual. Filho é filho, não tem essa de que as gurias valem menos (AGRICULTOR 115 apud SPAVENELLO, 2008, p.186).

Era senso comum nas famílias, já que o homem herdava a terra e, ao casar-se, a mulher a herdaria automaticamente, juntamente com o futuro companheiro. Com isso a questão do acesso das mulheres à terra estava resolvido. O acesso constituía problema quando o marido era oriundo de uma família com pouca ou nenhuma terra e que não podia repassar uma área suficiente para propiciar uma vida digna.

A sustentabilidade das propriedades familiares e camponesas passa, não só pela produção agrícola diversificada realizada nas propriedades, mas pela pluriatividade de trabalho em toda a cadeia produtiva, como forma de agregação de valor. Envolve também atividades não agrícolas, conforme considera Bianchini (2005, p. 47), “pela proteção do meio ambiente, da paisagem e da cultura para as gerações atuais e futuras, além da geração de postos de trabalho e renda no interior do país”. Atividades estas alavancadas normalmente pelo Turismo Rural que se caracteriza pela valorização dos espaços rurais, as comidas típicas e hábitos locais, além de ser uma oportunidade para desenvolver parcerias entre os agricultores das comunidades para produção de alimentos diferenciados, processados e semi-processados que satisfazem o gosto da população que busca alimentos de origem artesanal ou semi-artesanal.

Quanto a este novo rural, Perondi (2004) assinala que novas dinâmicas e iniciativas empreendedoras revalorizam os espaços rurais. E, em relação ao consumo, abrem-se novos recintos de repouso, lazer e de afinidade no relacionamento com o meio ambiente. As mudanças no mundo rural não devem ser correlacionadas somente ao processo de globalização, mas também devem ser consideradas as dinâmicas sociais e econômicas de determinado território.

A Agricultura Familiar distingue-se por suas características diferenciadas das demais propriedades rurais: tamanho da propriedade, utilização da mão de obra e, ainda, em relação à renda e gestão do estabelecimento. Conforme definido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a Agricultura Familiar é aquela que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: a) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais²²; b) utilize predominantemente mão de obra

²² Cada módulo fiscal oscila, no Sudoeste do PR, de 18 a 22 ha, conforme definição do INCRA.

da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; c) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e d) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O tamanho do módulo fiscal, observados alguns critérios, regionalmente, é assim definido:

O módulo fiscal de cada Município, expresso em hectares, será determinado levando-se em conta os seguintes fatores: a) o tipo de exploração predominante no Município: I - hortifrutigranjeira; II - cultura permanente; III - cultura temporária; IV - pecuária; V - florestal; b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; c) outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; d) o conceito de 'propriedade familiar', definido no item II do artigo 4º desta Lei (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm - Acesso em 24/11/2011).

A Agricultura Familiar passa a ter mais espaço devido a constantes lutas através de suas organizações, principalmente via sindicatos que, em meados da década de 1990, viabilizaram junto ao governo federal um programa de custeio e investimento agropecuário que atendesse melhor as especificidades do setor.

Vivenciamos, no Sudoeste do Paraná, uma luta muito forte do movimento sindical na década de 1990, que tomou corpo ao se institucionalizar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Constatamos desenvolvimento marcante e progressivo do Programa, após o ano de 2003, com incremento substancial de recursos para o atendimento das demandas dos agricultores, cujos recursos inicialmente destinavam-se somente ao custeio da produção e, posteriormente, para investimento. Os valores disponibilizados foram gradativamente aumentando e, assim, ampliando o número de beneficiários, cujas conquistas tiveram o vigilante monitoramento e a combativa ação das lideranças sindicais para que as demandas dos agricultores familiares fossem atendidas.

Anteriormente, os agricultores menos capitalizados não acessavam aos recursos nos Bancos, principalmente pelo fato de não disporem de garantias ou porque os próprios bancos preferiam trabalhar com clientes com maior retorno, já que o volume de recursos era limitado. Tal fato ocorreu até o surgimento da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), pois através desta, o crédito teve distribuição mais socializada já que disponibilizava recursos aos agricultores familiares de forma mais

desburocratizada, contribuindo assim para estruturação de inúmeras propriedades, principalmente aquelas mais fragilizadas economicamente. Esta Cooperativa teve seu início no Sudoeste do Paraná e, hoje, encontra-se instalada em toda a região Sul do Brasil e seu formato serviu de referência para outras iniciativas no país e exterior.

Cristophe de Lannoy (2006), um dos articuladores pela formação do Sistema Cresol, relata que os agricultores familiares se deram conta que, ao formar um novo capital humano e social, a partir do próprio quadro de lideranças do sistema, não era imperioso contratar gerentes com formação bancária. Muitos dos novos dirigentes, anteriormente, sequer eram atendidos pelos bancos que privilegiavam os agricultores que dispunham de terras e conta bancária “polpuda”. Podemos inferir que ocorreu um empoderamento de pessoas anteriormente excluídas do sistema bancário. E estas pessoas juntamente com o Sistema Cresol passaram a desempenhar serviços relevantes para milhares de agricultores.

Em 1990, o período do governo Collor foi difícil para os agricultores familiares, pois, conforme Lannoy (2006), além de perderem suas terras, tiveram suas poupanças confiscadas pelo Plano Collor. Na época, devido às dificuldades existia uma máxima que era utilizada continuamente, desestimulando o financiamento: ‘banco só é bom para sentar’, diziam os pequenos agricultores que não visualizavam um parceiro nas agências bancárias, mas um risco potencial para perder seus bens, perder a terra conseguida com muito trabalho e dedicação de toda família. Na época, restava uma única alternativa aos agricultores para desenvolver suas lavouras: recorrer a um sistema comandado pelas empresas agropecuárias que emprestavam os insumos para realizar o cultivo com pagamento após a colheita, conhecido por troca-troca, porém os juros desta operação eram significativos, resultando em reduzida margem de lucro para os camponeses.

A criação da CRESOL vincula-se à luta de agricultores familiares que se sentiam excluídos do acesso de recursos para desenvolver as atividades agrícolas. De acordo com parecer da própria Cooperativa, quanto ao seu início e sua caminhada:

O Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária é fruto da luta dos agricultores familiares por acesso ao crédito e por uma vida digna e sustentável no campo. As cooperativas nasceram das experiências do Fundo de Crédito Rotativo (FCR). Esse fundo, financiado pela cooperação internacional (MISEREOR), foi criado na década de 80 e início dos anos 90, no Sudoeste do Paraná, por um conselho de entidades populares da região. Dessa experiência com o crédito rotativo e com o propósito de ampliar o raio de ação do crédito surge em 1996 as primeiras Cooperativas Cresol, sendo três no Sudoeste

do estado do Paraná (Dois Vizinhos, Marmeleiro e Capanema) e duas no Centro-Oeste (Pinhão e Laranjeiras do Sul). Na mesma época do nascimento do Sistema Cresol, foi criado pelo Governo Federal o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, importante ferramenta para estruturação das cooperativas e das famílias agricultoras. A criação das primeiras cooperativas Cresol e o crescimento registrado logo nos primeiros anos de funcionamento até os dias de hoje, evidenciam a força da Agricultura Familiar, até então excluída do sistema financeiro tradicional (Site CRESOL: www.cresol.com.br – Acesso em 22 de julho de 2011).

Atualmente, devido a sua ampliação pela região sul do Brasil, visando a uma melhor administração, o Sistema Cresol está dividido em duas bases regionais. Uma em Francisco Beltrão, coordenando 82 Cooperativas singulares e outra em Chapecó, que coordena 60 Cooperativas. Portanto, o sistema totaliza atualmente 142 Cooperativas. São os associados da Cooperativa quem faz a gestão, ou seja, os agricultores familiares. Eles são os responsáveis pelas cooperativas, garantindo, assim, o controle social. Mesmo com a expansão e crescimento das cooperativas, a gestão está sempre nas mãos dos agricultores.

Referindo-se à credibilidade e ao papel de inclusão de agricultores familiares, atemo-nos ao depoimento de Junqueira e Abramovay (2005) sobre o Sistema Cresol:

Desfruta da admiração de grande parte das organizações governamentais e de organizações da cooperação internacional da Europa por estar construindo uma estrutura sólida, que consegue ampliar a oferta de serviços financeiros a uma população historicamente excluída do acesso aos bancos. A experiência do Sistema Cresol vem demonstrando claramente que é possível combater a exclusão financeira e social por meio de organizações financeiras não bancárias, representando um dos mais vivos exemplos de inovação institucional no meio rural brasileiro. Dentro desse contexto, o objetivo principal deste trabalho é entender quais são e como se formam os mecanismos sociais promotores e indutores da sustentabilidade de uma organização de microfinanças de proximidade solidária, geradora de impacto positivo na vida dos seus beneficiários (JUNQUEIRA e ABRAMOVAY, 2005, p. 2-3).

Após o arranjo do acesso ao crédito, os agricultores familiares da região organizaram-se em cooperativa de leite, criando a Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF), localizada em 17 municípios, tendo como coordenação regional o Sistema da Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (SISCLAF) e, mais recentemente, foi organizado o Sistema de Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar (SISCOOPAFI), com o objetivo de abrir espaço para comercialização de alimentos

originários da agricultura familiar, disponibilizando-os ao público consumidor em espaços semelhantes às atuais redes de Supermercados. Em 2005, foi fundada a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES)²³, organização de âmbito nacional que tem o objetivo de dar suporte às organizações cooperativadas da agricultura familiar.

A importância e reconhecimento da agricultura familiar nesta região foi reconhecida pelo governo federal que lançou o plano safra 2011/2012, em 12/07/2011, na cidade de Francisco Beltrão. Nessa oportunidade, estiveram reunidas mais de 8.000 pessoas e contaram com a presença da Presidenta da República Dilma Rousseff e ministros.

²³ Disponível em: <http://www.unicafes.org.br/unicafes.php> - Acesso em: 16 de março de 2011.

3 A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

3.1 CONCEPÇÃO DO ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL

Há uma concordância de que o ensino agrícola no Brasil sempre teve uma orientação para o mercado exportador, para as grandes culturas e criações em detrimento dos cultivos de subsistência (GNOATTO, 2000). Caminho semelhante ao trilhado pelo trabalho de pesquisa e de extensão rural, que privilegiaram a grande produção, os produtos de exportação e os monocultivos²⁴, conhecidos como commodities²⁵. A pequena produção, aquela que abastece diretamente a grande maioria dos brasileiros, ficou à margem das políticas públicas. O mesmo destino acompanhou os agricultores e seus filhos em relação à educação, não havendo ensino específico para prepará-los para trabalhar nas atividades do meio rural.

A existência de uma educação única, tanto para os estudantes originários do meio rural, quanto da cidade, focado unicamente no estilo urbano de viver, faz com que o estudante do meio rural sintam-se diferente, diminuído e seu meio desvalorizado devido a valorização do mundo urbano. Esse padrão de vida urbano é transferido para os alunos do meio rural, fazendo com que ocorra a incorporação dos valores culturais e dos costumes urbanos, criando conflitos com aqueles vivenciados pelos jovens e suas famílias nas áreas rurais. A característica do ensino direcionado aos estudantes do meio rural denota um desconhecimento da realidade e das necessidades daqueles estudantes que desejam continuar a desenvolver a atividade agrícola.

Considerando a importância do meio rural para a produção de alimentos e observando as dificuldades do setor, faz-se necessário discutir e buscar compreender as necessidades daqueles jovens que desejam continuar a atividade rural, adotando um sistema de ensino que valorize o setor de produção de alimentos, especialmente os agricultores familiares. Um diferencial muito grande do estudante do meio urbano em relação ao jovem oriundo do meio rural é o fato do segundo ser um trabalhador-estudante; conforme descreve Gnoatto (2000), ele tem compromissos, tarefas e responsabilidades

²⁴ É a produção ou cultura agrícola de apenas um único produto agrícola.

²⁵ Mercadorias em estado bruto ou produtos primários, básicos, com grande importância comercial, como, por exemplo, milho, soja, café, algodão, cobre, petróleo etc., cotados em bolsas internacionais.

compartilhados com sua família. Alguns são decisivos para a sobrevivência e bem-estar da família; alguns jovens de aproximadamente 14 anos contribuem positivamente nos trabalhos no meio rural. Eles e seu trabalho são necessários para a economia familiar. Outro dado a ser considerado é o fato de, atualmente, as famílias serem menores, não podendo dispensar, em muitas situações, a mão de obra dos jovens. Assim, eles têm dificuldade de cursar normalmente as escolas que exigem tempo integral. O conteúdo dificilmente atende às demandas e necessidades das atividades que desenvolvem no meio rural.

A Pedagogia da Alternância está assentada na ideia de que é preciso garantir aos jovens rurais possibilidades concretas de continuarem trabalhando no campo e estudarem. Ela baseia-se num currículo que atende as precisões e realidades vivenciadas pelos alternantes e são implantadas nas chamadas Casas Familiares Rurais (CFRs).

3.2 PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: ORIGEM E CONCEPÇÃO

A Pedagogia da Alternância teve início na França, em 1935²⁶, numa iniciativa do padre Abbé Granerau, que propunha aos filhos dos agricultores capacitação para desenvolver atividades no meio rural e ter um projeto de vida na comunidade de origem. Advogava ser necessária uma educação que respondesse às necessidades vividas no campo. O que sensibilizou este padre para estruturar a Casa Familiar Rural foram as distâncias que separavam os alunos e as escolas, além da valorização única do urbano nos conteúdos escolares, nascendo aí a *Maison Familiale Rurale*²⁷, para atender as necessidades dos jovens rurais daquela paróquia do interior da França, dando a eles oportunidade real de desenvolver estudos para melhor enfrentamento da realidade da agricultura local.

²⁶ Informações no site <http://www.arcafarsul.org.br/novo/?content=conteudos&id=3> - Acesso em: 27 de agosto de 2011.

²⁷ Maison Familiale Rurale - Casa Familiar Rural

Jean-Claude Gimonet, ex-diretor do Centro Nacional Pedagógico das *Maisons Familiales Rurales*, é atual Assessor Pedagógico da SIMFR²⁸ – Bélgica e assessora também os Centros Familiares de Formação em Alternância (CEFFA's)²⁹ no mundo. Gimonet (1999) relata que o início deste trabalho está vinculado ao caso de um adolescente francês, filho de agricultores, que, em 1935, recusou-se a estudar nos moldes em que a educação era praticada. Em função dessa recusa, seus pais, outros agricultores e o vigário da aldeia juntaram-se e idealizaram um novo formato de escola, com características que não fossem recusadas por seus filhos e que permitissem o estudo, a formação e a preparação para desempenhar a futura profissão de agricultores. Uma escola que respondesse “às suas necessidades fundamentais nessa idade da adolescência, ou seja, agir, crescer, ser reconhecido, assumir um lugar no mundo dos adultos, adquirir *status* e papéis”, argumenta Gimonet (1999, p. 40).

A primeira Casa Familiar Rural (CFR) na França, em 1935, iniciou com apenas quatro jovens adolescentes, filhos de agricultores. No ano subsequente, 17 jovens participaram da escola. Em dois anos, com a divulgação da proposta, passou para 40 estudantes. A partir daí foi necessário maior organização. Os pais viram a necessidade de formar uma associação. Através de financiamento adquiriram uma casa. Foi dado o nome de "A Casa Familiar de Lauzum", devido ao nome da pequena cidade francesa na qual ela foi implantada. Nasceu assim a primeira Casa Familiar, em 1937 (GIMONET, 1999, p. 40).

Após a fase inicial, a proposta da alternância foi divulgada por toda a França, no entanto só se desenvolveram no pós-guerra, contribuindo magistralmente na formação geral e aprendizado de técnicas agrícolas. Quanto a importância dos CEFFA's assim se manifestou Gimonet (1999), destacando que os Centros contribuíram nas décadas de 1950 e 1960 com “extraordinária transformação da agricultura francesa”, pois as Escolas, além de proporcionarem formação aos jovens estudantes possibilitavam a difusão das técnicas agrícolas.

Desde sua formação, a escola considerava a participação de rapazes e moças, as filhas dos agricultores, que deveriam especializar-se nas ciências da economia familiar e

²⁸ SIMFR (Solidarité International Maison Familiale Rurale) - Solidariedade Internacional Casa Familiar Rural.

²⁹ CEFFAs – Assim são conhecidos os Centros Familiares de Formação em Alternância pelo mundo.

social. Já para os rapazes grande parte do aprendizado estava assentado na produção agrícola, a principal necessidade dos filhos dos agricultores.

Além do ensino agrícola na França, lideranças do movimento identificaram, na década de 1970, outras demandas e necessidades dos agricultores. Para satisfazer as novas necessidades e contribuir com a vida rural, os Centros avançaram nas propostas que partiam dos atores locais. Como pontua Gimonet:

Assim foram criados os CEFFA's para as profissões da construção, da mecânica, da alimentação, do comércio, dos serviços ao público (educação, saúde, etc.). [...] Atualmente são os quatrocentos e cinquenta CEFFA's da França comportam mais de cento e vinte profissões divididas em vários níveis de formação (do primeiro grau ao nível superior universitário). Elas estão inteiramente inseridas no sistema educativo francês, contribuindo assim para suprir a necessária pluralidade de formas de formação, e são reconhecidas e financiadas pelo Estado (GIMONET, 1999. p. 41).

A ascensão e desenvolvimento para o além França ocorreu nos anos de 1960 e 1970; além de atingir outros países europeus, entre eles Espanha, Itália e Portugal, as casas foram instaladas em outros continentes. Segundo Calvo (2006), são contabilizadas 531 CEFFA's localizadas em países europeus de língua latina (França, Itália, Espanha e Portugal). Fala-se em, aproximadamente, mil CEFFA's no mundo. Eles recebem diferentes denominações conforme os países (M.F.R.E.O. – E.F.A. – C.F.R. – N.U.F.E.D.)³⁰ (GIMONET, 1999. p. 41). Em todas, o ensino é direcionado para as realidades e necessidades locais, porém, em comum possuem o que é fundamental: colaborar para a formação dos jovens e adultos que vão desenvolver as atividades no meio rural.

Em relação à pedagogia utilizada, assim pontua Gimonet (1999):

Os CEFFA's elaboraram, com o decorrer do tempo, a sua própria pedagogia. Essa elaboração foi progressiva e se optou por uma permanente pesquisa-ação unindo a experimentação no ambiente interno e a pesquisa de práticas e teorias no ambiente externo. [...] O diretor da União Nacional dos CEFFA's da época, André Fuffaure, com um sentido pedagógico agudo e com o apoio do Centro de Formação e Pesquisa Pedagógica que ele mesmo criou, foi o grande artesão da Pedagogia da Alternância. Na sequência, uma parceria com os meios universitários e a

³⁰ Os CEFFAs pelo mundo apresentam nomenclaturas diferenciadas: M.F.R.E.O. – Maison Familiales Rurales d'Education e Orientation; E.F.A. – Escola Familiar Agrícola; C.F.R. – Casa Familiar Rural; N.U.F.E.D. - Núcleos Familiares Educativos Para el Desarrollo .

Universidade François Rabelais de TOUR permitiu uma nova fase de conceitualização das práticas (GIMONET, 1999, p. 42-43).

Gimonet (1999) frisa que outras abordagens conceituais foram incorporadas com o decorrer do tempo, sublinhando os seguintes pensadores: Jean Piaget, Carl Rogers, Edgar Morin e, entre eles, também é citado o brasileiro Paulo Freire.

A escola está em concordância com as características e demandas da região onde se origina, criada e gerida por pessoas daquela determinada comunidade, território, sendo que para Gimonet:

Um CEFFA é uma pequena estrutura escolar, próxima das pessoas, na qual cada um é valorizado e que baseia seu funcionamento na densidade e na qualidade das relações humanas. Estrutura-se numa Associação de pais e outros agentes do meio. A Associação constitui um lugar de intercâmbio, reflexão exercício da responsabilidade, poder, formação e engajamento (GIMONET, 1999, 43-44).

Gimonet mostra que a Pedagogia da Alternância alterna espaços de estudo, cuja reflexão parte da realidade vivida pelos estudantes:

Alternância de tempo e local de formação, ou seja, de períodos em situação sócio-profissional e em situação escolar. Mas a alternância significa, sobretudo, uma maneira de aprender, de se formar, associando teoria e prática, ação e reflexão, o empreender e o aprender dentro de um mesmo processo. A Alternância significa uma maneira de aprender pela vida, partindo da própria vida cotidiana, dos momentos experienciais, colocando assim a experiência antes do conceito (GIMONET, 1999, p. 44-45).

Tal Pedagogia, para Gimonet, está na lógica explicada por Piaget de “praticar e compreender”, em que prática é ação, a experiência que temos das coisas, enquanto compreender é a teorização, conceitualização, explicação e a abstração que se pode extrair da prática ou podendo resultar dela.

O egresso das escolas que se baseiam na Pedagogia da Alternância vivencia um processo de escolarização que prioriza a pessoa que aprende, considerando sua bagagem e depois o programa, que deve possibilitar a formação de um profissional diferenciado. Não é um aluno que apenas recebe saber, “mas um ator sócio-profissional que busca e que constrói seu próprio saber. Ele é sujeito de sua formação, ele é produtor de seu próprio saber” (GIMONET, 1999, p. 45).

Quanto ao perfil do monitor³¹, Gimonet (1999) apresenta uma preocupação: para que a Pedagogia da Alternância possa concretizar seus objetivos, deve ocorrer, de forma imprescindível, um ensino pautado na visão sistêmica da realidade, que atenda o indivíduo nas distintas características, na sua caminhada, no seu atributo local, valorizando a heterogeneidade de saberes e sua interação com o meio em que vive, enfatizando que o aprendiz possa se desenvolver “como sujeito de sua formação; que concede ao formador um estatuto e funções de acompanhador, de facilitador, de animador mais que de um professor que executa o programa” (GIMONET, 1999, p. 47). Pela oportunidade de acompanhar os monitores há mais 15 anos, observamos que este trabalho, devido aos seus desafios, não exige somente competência técnica, mas, muito além, é indispensável militância e muita dedicação à função.

Ainda quanto ao modelo pedagógico, Gimonet é enfático ao mostrar as diferenças em relação ao modelo a que estamos habituados, que desconsidera a realidade e as necessidades dos educandos, especialmente dos filhos de agricultores:

O modelo pedagógico que prioriza o mestre e o programa e que obriga a criança ou o adolescente a se adaptar a ele está ultrapassado. Ele dá resultados, mas somente para um pequeno número de dotados de faculdades abstratas, ou seja, 35% da população escolar. Ele conduz a várias formas de reprovações e de exclusões. Este modelo não é mais apropriado ao nosso contexto de sociedade. O modelo da Pedagogia Ativa³² centrado na pessoa representa um forte avanço para a aprovação escolar e para o desabrochar das potencialidades. Mas, na maioria das vezes, esse modelo permanece dentro dos limites da escola e não enfrenta a realidade da vida, a complexidade de toda a situação educativa (GIMONET, 1999, p. 47-48).

O modelo de ensino das CFRs busca a interação com o meio em que vivem os filhos dos agricultores, obtendo junto aos pais e a sociedade melhor eficácia e eficiência nas questões que precisam ser trabalhadas pelos monitores; assim, há maior interesse e participação com melhores resultados para os próprios jovens e para a sociedade como um todo.

³¹ Denominação do educador que atua nas Casas Familiares Rurais.

³² Para Gimonet é a união entre teoria e prática. É a educação pela ação, do aprender fazendo.

Há um movimento de professores e de setores da sociedade que, historicamente, lutam para que a educação praticada, especialmente com os jovens oriundos do meio rural, tenha um caráter diferenciado, uma educação que venha ao encontro das necessidades do estudante que deseja continuar trabalhando nas atividades agrícolas.

Dentro das propostas de estudo mais voltadas às necessidades dos estudantes do meio rural, a Pedagogia da Alternância situa-se atualmente entre as poucas propostas de educação que tem sintonia com o desenvolvimento integral do educando, possibilitando a formação escolar dos jovens e dando condições para o desenvolvimento da atividade agrícola. Dessa forma, é possível perceber uma melhoria da qualidade de vida das famílias e das comunidades nas quais as escolas e os alunos estão inseridos.

Portanto, a ARCAFAR avalia que a Pedagogia da Alternância é uma alternativa para a Educação no campo. Tal forma de ensino-aprendizagem consiste em mesclar períodos de uma semana em regime integral na Casa Familiar e duas semanas de aplicação supervisionada dos conhecimentos na propriedade familiar. Esse processo permite que o aluno aprenda técnicas que serão úteis para a vida no campo e as coloque em prática no convívio familiar. A escola volta-se para a realidade local, adequando-se às demandas dos alunos de ficarem na propriedade com sua família para trabalhar. Com a Pedagogia da Alternância, os jovens transformam-se em agentes multiplicadores, mudando sua realidade e a do seu entorno. Cada jovem exerce sua condição de protagonista, liderando e exercendo forte papel em suas associações rurais.

Este método permite que os filhos dos agricultores debatam a realidade com a família e com os monitores. A discussão provoca reflexões e novas formas de pensar e agir na propriedade e na comunidade. Para buscar a formação personalizada e reforçar a formação integral existe a tutoria, que consiste no acompanhamento personalizado do aluno. O curso tem a duração mínima de 03 anos.

3.3 ALTERNÂNCIA: UMA PEDAGOGIA DA ADOLESCÊNCIA

Gimonet (2005) cita que a afirmação Alternância: uma Pedagogia da Adolescência é de André Duffaure, assim entendida pelo fato de que os comportamentos e premências do adolescente encontram espaço para se manifestarem na alternância.

Segundo Gimonet, na Pedagogia da Alternância, trabalha-se o significado da adolescência nas fases da vida humana e constata-se que, embora corresponda a um período maravilhoso, também é uma fase considerada difícil. Representa uma passagem, um espaço entre a vida da criança e o adulto. Uma idade “entre - dois”. É um espaço no tempo em que há o desprendimento da fase anterior, mas, ao mesmo tempo, depende desta, projetando-se na outra. Para esta fase ser bem vivida, para que não ocorram traumas que possam influenciar no futuro, Gimonet (2005) faz uma analogia com o ciclo da borboleta: “A borboleta será tão bela, vigorosa e resplandecente de cores e de formas quanto a crisálida e a lagarta o é, contanto que suas fases de vida respectivas não sejam por demais perturbadas” (GIMONET, 2005, p.7).

Sobre as características do jovem, as transformações, o jeito irrequieto de ser, o constante questionamento e seu posicionamento perante as questões corriqueiras, descreve Gimonet:

Os transtornos que acontecem nessa fase da vida são, antes de tudo, de ordem física e psicológica. Devem-se ao sistema hormonal, que entra em ação, que provoca o crescimento, a ativação das funções sexuais toda efervescência decorrente disso. Na adolescência, se ganha em altura, em peso, em forma, em beleza, mesmo que, às vezes, alguma crise de acne juvenil traga certa contrariedade. [...] Quer se desprender das tutorias, tomar distância, ser ele por conta. Essa evolução, assaz normal, provoca conflitos porque o meio (familiar, entre outros) resiste. É a idade das crises, como se diz geralmente, e muitos adjetivos, cada qual mais negativo que o outro, são utilizados para qualificar os comportamentos. A adolescência, com efeito, não é algo fácil de viver. Antes de tudo, para os próprios jovens, porque se encontram na mais total ambivalência: querem mais liberdade por parte dos pais, no tempo em que precisam deles no plano material, mas principalmente afetivo. [...] Também para os pais esse período não é simples porque não é fácil ver os filhos crescerem, escaparem, voarem com as próprias asas (GIMONET, 2005, p. 7).

Devido à energia e vontade de empreender do adolescente, a alternância põe a sua disposição “uma pedagogia da ação”. Para Gimonet, “o processo pedagógico baseado na

alternância torna o jovem ator e não mero espectador de sua formação, sujeito ativo e não um simples objeto de ensino” (GIMONET, 2005, p. 9). A característica da busca, da descoberta, do encontro, de viver uma aventura necessita da contribuição da família, de profissionais e da escola.

Sobre esse aspecto, Mânfrío, citando Freire, elenca semelhanças entre o legado do educador brasileiro e a Pedagogia da Alternância, entre elas:

i) Ambas nasceram fora da academia ou do sistema oficial de ensino para responder problemas específicos da comunidade; ii) ambas florescem dentro do contexto de intensa mobilização popular; iii) ambas apontam para a formação integral do homem. Paulo Freire dirige-se ao homem-massa, oprimido, de consciência ingênua, bestializado pela opressão colonial. A Pedagogia da Alternância se dirige ao jovem agricultor e sua família e à micro-organização cooperativa de famílias que também se sentiam excluídas da escola oficial francesa; iv) ambas perseguem a utopia da vida melhor e futuro novo, contra as fórmulas prontas da burocracia; ambas se inspiram na ética cristã; ambos demandam máxima competência e dedicação de seus interlocutores – Paulo Freire – competência política e a Alternância com ênfase na competência profissional; ambos afirmam que não se aprende fora da realidade em que se vive; o compromisso é com a mudança e a transformação da realidade; ambos partem do contexto existencial dos alunos, respeitando seus saberes originais, enfatizando a curiosidade inata, a capacidade de perguntar, investigar e comunicar-se; ambas fazem da aula Círculo de Cultura e lócus de comunicação daquilo que se aprende fazendo; ambas apontam para a necessidade de organização e autogestão responsável; fazem da educação processo permanente de construção cultural e de desenvolvimento da comunidade; ambas originam novo ator social- a pessoa responsável e comprometida com a mudança do meio; em ambos os casos – Conscientização e Alternância – não há receitas prontas (MÂNFRIO, 1999, p. 52-54).

Os jovens historicamente passam por uma situação quase imperceptível para amplos setores da sociedade, inclusive para quem trabalha com o setor rural brasileiro, umbilicalmente relacionados àqueles. Estão ocorrendo mudanças intensas no meio ambiente relacionado com os jovens. Para Carneiro (1998) esta categoria vem ocupando espaços e conquistando a atenção, sendo visíveis para os setores ligados às questões rurais. Atualmente temos um rural que se apresenta com um diferencial “mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural salta aos olhos como a faixa demográfica que é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos” (CARNEIRO, 1998, p.1).

A transitoriedade do jovem para a idade adulta é travada com muita ansiedade, pois somente ao atingir a maioridade começa ter visibilidade, ser respeitado e considerado como integrante da sociedade. Quando está no campo, ao realizar sua capacitação, o jovem é relacionado somente como aprendiz de agricultor, sendo visto somente pela ótica do trabalho. Nas palavras de Carneiro:

Os jovens figuram em categorias intermediárias que não recebem uma qualificação específica por parte dos classificadores: são os ‘estudantes’, no caso dos de origem urbana ou os ‘filhos de agricultores’ (ou *aide familial*, para os franceses) no caso dos de origem rural. Preenchendo apenas o vazio estatístico formado pelos que ainda não ingressaram na vida ativa, esse contingente da população fica como que na espera de atingir a maioridade para se tornar visível e qualificado como objeto de estudo (CARNEIRO, 1998, p. 1).

Definição até quando vai a fase compreendida como juventude e quando começa a velhice é arbitrária, além de envolver interesses por parte dos mais velhos. Bourdieu (1983) ao analisar esse tema revela interesses e manipulações constantes na sociedade. Para ele, “a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas em todas as sociedades”. Menciona também que, no século XVI, os velhos sugeriam aos jovens um sistema de ideias da virilidade, da violência, como forma de manter a sabedoria e o poder. De maneira semelhante, na Idade Média, a fronteira da juventude foi manipulada, especialmente pelos detentores de patrimônio, prolongando o período de juventude aos jovens nobres passíveis de ascender à sucessão.

Cada campo possui leis próprias que regem determinado setor da sociedade. É imperioso conhecer essas leis e, em relação à idade, Bourdieu (1983) explana:

A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes [...] comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos "jovens" que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado, as coerções do universo econômico real, apenas atenuada pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido [...] os garotos mal vestidos, de cabelos longos demais,

que nos sábados à noite passeiam com a namorada numa motocicleta em mau estado são os que a polícia pára (BOURDIEU, 1983, p. 112-113).

Sob este enfoque, em função das responsabilidades que assumem precocemente, parcela dos jovens é de adultos prematuros, não vivenciando devidamente o período da adolescência enquanto outra facção de jovens, mais privilegiados economicamente, procura acentuar demasiadamente este período pela situação privilegiada que sua família tem e podem desfrutar. De maneira geral ocorre um desejo incontido dos jovens de abandonar os estudos e iniciar a trabalhar e ter seu dinheiro. Atropelando fases da vida, entrando definitivamente no mundo dos adultos. Para Bourdieu (1983, p. 115), o dinheiro tem um significado para o adolescente, especialmente oriundo das classes populares, muito importante, pois produz sua afirmação em relação aos colegas, em relação às meninas. Produz reconhecimento e afirmação como "homem". Situação análoga é identificada pelos sindicalistas e lideranças em relação aos jovens, filhos de agricultores, que se veem sem uma renda mensal nas propriedades rurais, o que tem motivado muitos adolescentes a migrarem para a cidade. Para fazer frente a esta situação que dificulta sobremaneira o processo da sucessão familiar, os sindicatos representantes dos agricultores, especialmente organizados na FETRAF, debatem uma forma de compensação por meio de recurso financeiro mensal, possibilitando a continuidade dos jovens no campo.

Quando se trata de sucessão das propriedades na agricultura familiar, encontramos muitas situações em que ocorrem conflitos de gerações. Devido a diferentes concepções geracionais e pela falta de diálogo, perde-se a possibilidade da continuidade e da sucessão em muitas propriedades. Tal situação também é apontada por parte dos estudantes da CFR de Francisco Beltrão, que, mesmo ao cursar o ensino em uma CFR não encontram oportunidade de desenvolver o conhecimento nas propriedades de seus pais. Para Bourdieu (1983, p.118), considerando a vivência na Europa, observa que “as aspirações das sucessivas gerações, de pais e filhos, são constituídas em relação a estados diferentes da estrutura da distribuição de bens e de oportunidades de acesso aos diferentes bens”. O acesso aos bens de consumo, na juventude de seus pais ocorria de maneira muito limitada. Adquirir um automóvel, por exemplo, era quase um projeto de vida; atualmente, existe certa facilidade para obtê-lo. Portanto, como pontua Bourdieu, “muitos conflitos de gerações são conflitos entre sistemas de aspirações constituídos em épocas diferentes”. Nosso estudo revela que, nas famílias mais humildes, de renda familiar reduzida ocorre

acentuada tensão e desestímulo de seguir adiante com o projeto da atividade rural devido aos precários recursos financeiros disponíveis.

Nas famílias em declínio, aquelas que possuem, hoje, menos do que possuíam há 20 anos, Bourdieu (1983, p.119) lembra que “nem todos os velhos são antijovens, mas a velhice também é um declínio social, uma perda de poder social e através deste viés, os velhos têm, no que se refere aos jovens, uma relação que também é característica das classes em declínio”.

Em diferentes situações, encontramos conflitos que nem sempre ocorrem somente em função da idade. É o caso de disputas por cargos - já que os recém-formados buscam espaços - em instituições em que os titulares defendem proposições inadequadas à realidade atual. Para Bourdieu (1983, p. 119), “não podendo dizer que são chefes porque são antigos, os velhos invocarão a experiência associada à antiguidade, enquanto os jovens invocarão a competência garantida pelos títulos”. Tal quadro também é encontrado em diversas categorias e no terreno sindical, conforme o autor, com a militância de novos quadros, trazendo novas ideias e contrapondo-se aos velhos militantes, os quais não abrem mão de concepções e ideias arraigadas.

Tensão também existe na sucessão familiar nas propriedades rurais, quando os filhos não encontram espaço para tratar do assunto ou o encaminhamento é realizado tardiamente, não havendo todo processo de aprendizagem necessário que a situação exige.

O objetivo das CFRs é fazer com que os jovens do meio rural tenham uma educação que focalize a realidade vivenciada por eles, seus familiares e a comunidade de origem. A Pedagogia da Alternância proporciona um espaço para o desenvolvimento do meio rural, sempre partindo da realidade para o aspecto teórico, do concreto para o abstrato. O princípio da escola (MÂNFRIO, 1999) não é só desenvolver e transformar os alunos e as famílias, mas também ser um instrumento de transformação da sociedade.

3.4 PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO BRASIL

No Brasil, de acordo com Gnoatto (2000), a história da Pedagogia da Alternância teve início no Estado do Espírito Santo, por meio de um trabalho comunitário de ação pastoral, que envolveu outras forças sociais. Trabalho este iniciado em 1965/1966, por

meio de uma ação dinâmica e persistente de um jesuíta, o padre italiano Humberto Pietrogrande, que viera para o Brasil, em janeiro de 1945, com o objetivo de exercer o sacerdócio no município de Anchieta-ES. O sacerdote constatou que a realidade vivida pelos agricultores imigrantes italianos e alemães era de muita pobreza e miséria.

No ano de 1966, regressando a Itália, o sacerdote obteve ajuda financeira com entidades daquele país, ligadas à igreja, e com o recurso financeiro foi possível implantar o projeto das Escolas Familiares Agrícolas (EFA). Na opinião do reverendo, a situação econômico-social daqueles habitantes só seria equacionada por meio da educação e da organização. Fruto dessa luta, no ano de 1968, no município de Anchieta – ES, criava-se uma entidade jurídica com finalidade e poderes para representar e defender os interesses e aspirações coletivas dos agricultores daquela região: criou-se o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), organização não governamental - cuja diretoria era composta por representantes de diversas entidades, entre elas a Igreja, a Associação dos Amigos Italianos, padres locais, prefeitos municipais e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES) - que visava ao desenvolvimento socioeconômico dos agricultores de distintas configurações. Contudo, os atos da instituição tiveram como foco principal as questões educacionais, devido à grande defasagem identificada pelo movimento. Iniciado em março de 1969, nas comunidades de Alfredo Chaves e Olivânia, município de Anchieta, no Estado do Espírito Santo, o projeto das duas primeiras Escolas Familiares Agrícolas (EFAs), no Brasil, fruto do trabalho e ações comunitárias do MEPES, foi expandido para outros Estados brasileiros.

As denominações dadas às experiências educativas que utilizam a Pedagogia da Alternância no Brasil são várias, entre elas Escola da Família Agrícola, Escola Família Rural e Casa Familiar Rural. Sua implantação teve ajuda direta e indireta (principalmente no Espírito Santo) do MEPES, que tem algumas raízes de origem italiana (GNOATTO, 2000, p. 75).

No aspecto organizacional interno, cada EFA tem uma associação que é a mantenedora da escola. Externamente, as EFAs estão organizadas por uma associação regional e, no Brasil, foi montada a União Nacional das Escolas Familiares Agrícolas do Brasil (UNEFAB), cuja sede é em Brasília – DF. A organização mundial das EFAs dá-se com a Associação Internacional das *Maisons Familiales Rurales* (AIMFR). Seu objetivo é representar as EFAs junto a estruturas supranacionais bem como estimular a Pedagogia da Alternância.

Dados de 31/03/2012 da ARCAFAR registram que existem 263 Escolas com base na Pedagogia da Alternância funcionando atualmente no Brasil, por meio do sistema CEFFAs, contabilizando as CFRs e as EFAs, localizadas em 23 estados da federação.

3.5 A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO SUL DO BRASIL

Na região Sul do Brasil, a UNEFAB está regionalmente organizada pela ARCAFAR/SUL, englobando os três Estados, beneficiando filhos de agricultores de mais de 200 municípios. A Pedagogia da Alternância teve início no município de Barracão, Sudoeste do Paraná, no ano de 1989, com expansão para os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul a partir de 1991, formando neste ano a ARCAFAR/SUL que passou a coordenar as CFRs na região Sul.

O trabalho de formação da primeira CFR do Sul do Brasil ocorreu por ocasião da administração do então prefeito do município de Barracão, Antônio Leonel Poloni. Este ao ser indagado quanto aos motivos da implantação desta primeira CFR, assim respondeu para Gnoatto (2000):

O município de Barracão é constituído por pequenas propriedades e quando entrei lá na área política, prometi para os agricultores que eu iria encontrar um projeto para a profissionalização agrícola, tentei lá implantar um colégio agrícola, o Ministério da Educação não viabilizou o colégio, porque queria instalar um colégio numa área plana, diferente da topografia daquele município. Então o ex-deputado federal Euclides Scalco, leva isso para mim. O que você quer é uma formação mais realista, voltada para a realidade do agricultor, isso existe na Europa, na França e me deu o nome de duas pessoas da França que faziam parte dessa formação da Pedagogia da Alternância na Europa, que era o Pierre Gylli e o Daniel Chartie que é o autor do primeiro livro da Pedagogia da Alternância. Convidei os dois para que viessem para o Brasil e em Barracão em 1987, eles nos deram um curso sobre a Pedagogia da Alternância, baseado nisto nós começamos a criar um grupo de trabalho e montamos a primeira Casa Familiar Rural do Sul (POLONI apud GNOATTO, 2000, p. 108-109).

O ex-prefeito avalia que o objetivo da CFR é propiciar a formação dos filhos dos pequenos e médios agricultores. Enfatiza que a CFR “não forma técnicos, forma agricultores”. Lembra, ainda, que nunca “os agricultores tiveram a oportunidade de ter uma

escola para se formarem na profissão”, no entanto, esta oportunidade sempre foi dada às demais profissões, tais como aos médicos, advogados, professores, cabendo também, agora aos filhos dos agricultores aprenderem sobre sua profissão, a de agricultor.

O ex-prefeito empenhou-se pessoalmente, depois da implantação da casa em Barracão, contribuindo para que esta proposta de educação pudesse beneficiar outros municípios da região, realizando uma interlocução com Europa e vendo pessoalmente o funcionamento das Casas Familiares Rurais.

Fazendo referência ao papel e à importância que a comunidade tem no período da implantação e, posteriormente, na manutenção da CFR, o ex-prefeito foi enfático:

Somente implantando através de uma discussão com a sociedade. Se a sociedade, a comunidade assumir a responsabilidade, ela tem que querer este projeto, aí ela assume, pode trocar prefeito, vereador, governador, presidente da República que não cai mais o projeto, então onde foi bem discutido, eu inclusive criei e estabeleci critérios de como implantar corretamente uma CFR [...], passa por várias etapas: a primeira delas é unir as lideranças do município, lideranças urbanas e rurais para entender o projeto, depois discutir com os agricultores, com os técnicos e montar um currículo realista (POLONI apud GNOATTO, 2000, p. 110).

As melhorias e benefícios para os agricultores e para os filhos de agricultores, conforme o ex-prefeito, é visível, pois “começam aparecer focos de desenvolvimento, de inovação, de reversão de culturas” na região. Referindo-se ao educando, à postura e capacidade após cursar a CFR, assim se pronuncia:

O jovem que estudou dentro de uma Casa é outro jovem, você vai conversar com ele, ele tem outra visão, ele já conversa contigo de outra forma, ele começa a ser um líder, mas um líder positivo, discutindo, brigando contigo, vai ao banco junto com o pai para ver se o financiamento tem viabilidade econômica, isso nas escolas onde são boas (POLONI apud GNOATTO, 2000, p. 110).

O político enfatiza que “a necessidade de profissionalização, o resgate da profissão e da autoestima de agricultor foram decisivos para a implantação do projeto da CFR”, no seu município e na região (GNOATTO, 2000, p. 110). Este projeto, segundo o ex-prefeito, pioneiro na implantação das CFRs no Sul do Brasil, necessita de um engajamento de toda a sociedade para que tenha sustentabilidade.

Além das questões relevantes apontadas anteriormente, Gimonet (1999) também ressalta a premência de que o monitor esteja convenientemente preparado para o desempenho de seu papel, possibilitando, assim, que os objetivos do sistema de ensino sejam alcançados.

Na concepção de Bianchini (2005, p. 48), se as CFRs “integrarem a escola, a família, a educação e o trabalho em um projeto de desenvolvimento sustentável da unidade familiar, podem semear muitas unidades de referências e formar agentes de desenvolvimento rural”. Se esta agregação realmente acontecer, haverá possibilidade do desenvolvimento rural sustentado nas mais diversas instâncias em que tais unidades de ensino estiverem inseridas e estiverem influenciando, concretizando o sonho de “um mundo mais sustentável e solidário” e melhor para todos.

A escola de Pedagogia da Alternância tem uma preocupação em relação ao acompanhamento dos filhos dos agricultores e seus familiares, dos mais necessitados, dos mais fragilizados, pela importância que possuem para a produção de alimentos, Zamberlan citado por Gnoatto, destaca:

A EFA recusa o elitismo porque entende que é a maioria da população que produz a maior riqueza do país. Enfim a EFA aceita alunos que correm o risco de não passarem nos exames tradicionais, porque a diversidade dos indivíduos, sua heterogeneidade são frutos de vida social. As famílias responsáveis se preocupam com todos os filhos, com cada um individualmente e não só com alguns deles. Portanto a EFA em seu seio procura criar um ambiente educativo familiar, onde todos educam e são educados. Independentemente de suas capacidades (ZAMBERLAN, 1996, apud GNOATTO, 2000, p. 80).

A Pedagogia da Alternância no Sul do Brasil através das CFRs teve início em 08 de Junho de 1991, em Barracão, no extremo Sudoeste do Estado do Paraná, na divisa com a vizinha Argentina e o Estado de Santa Catarina, formando a ARCAFAR/SUL - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil.

Em seu Estatuto A ARCAFAR/SUL define, no artigo 2º que a associação:

Tem como objetivo a coordenação de um trabalho filantrópico a fim de promover, desenvolver e oportunizar aos jovens, de ambos os sexos, a permanência no meio em que vivem, proporcionando uma formação

integrada as suas realidades, oferecendo condições para sua inserção na comunidade, e com isto proporcionar novas oportunidades, geração de renda, inclusão social, qualidade de vida, cidadania e dignidade.

Ainda no artigo 2º de seu Estatuto, a ARCAFAR tem como objetivo possibilitar aos alunos:

A melhoria dos conhecimentos técnicos, econômicos, sociais e ambientais, visando formar as pessoas, e com isto estimulando sua formação integral e profissional, além de viabilizar cursos de formação para monitores, dirigentes de Associações de Associações, jovens formados e em formação, profissionais e instituições de áreas diversas.

Também está em seu propósito:

Apoiar e estimular as iniciativas quanto à criação e formação de Casas Familiares Rurais, propiciar e efetuar a integração entre elas, fortalecendo a união regional, além de coordenar e apoiar o funcionamento das Associações das Casas Familiares Rurais, mantendo uma estrutura necessária ao cumprimento dos objetivos e funções da ARCAFAR/SUL.

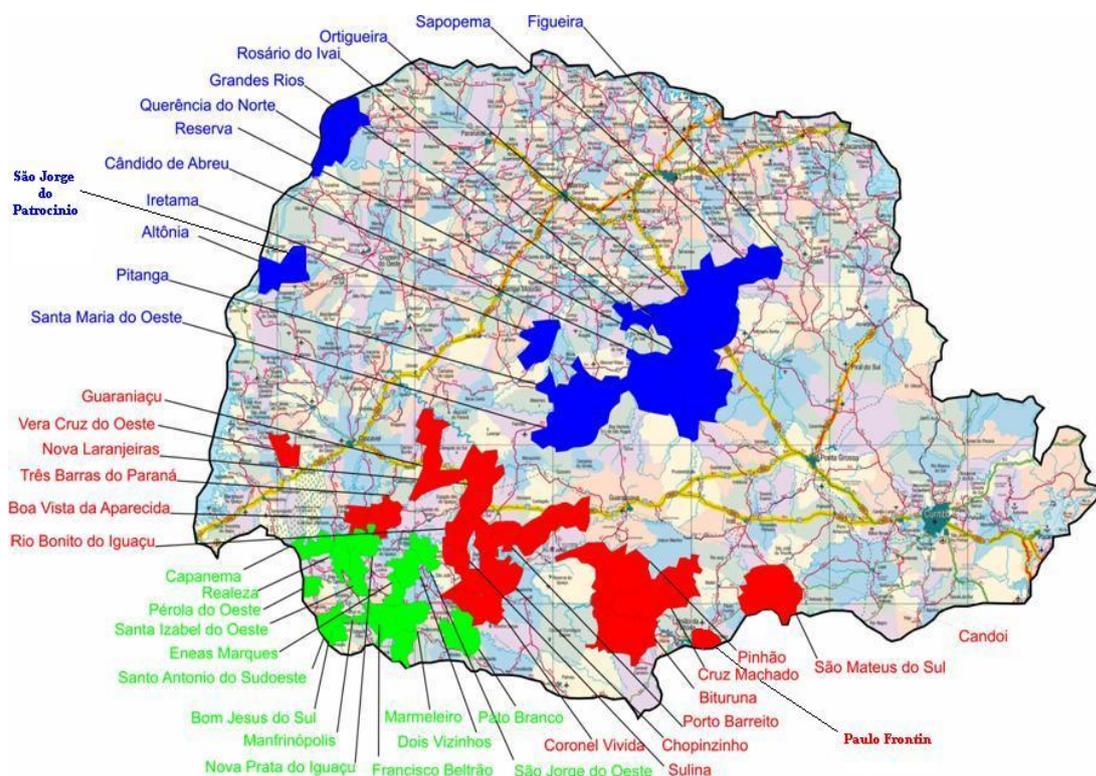
No que tange à estabilidade e sustentabilidade, ainda no artigo 2º, § 9º, orienta sobre a obtenção de recursos econômicos, materiais e humanos, cabendo a ARCAFAR:

Celebrar convênios de Cooperação Técnica e/ou financeira com outras Associações Nacionais e Internacionais, Cooperativas, Empresas, Órgãos Municipais, Estaduais, Federais Públicos e Privados, além de ser uma instância de defesa da organização para representar os interesses dos filiados nos diferentes níveis, na busca e defesa dos interesses do movimento.

Quanto ao critério para ser associado, de acordo com o Estatuto da ARCAFAR-SUL, em seu artigo 5º, serão associados as “Associações de Casas *Familiares Rurais* constituídas, que adotem e pratiquem a Pedagogia da Alternância”. A Administração da ARCAFAR, de acordo com o artigo 9º do Estatuto da organização, é de responsabilidade da “diretoria, composta por 13 (treze) membros”, cargos estes distribuídos entre o presidente, secretário, tesoureiro e conselho fiscal, cujo mandato tem duração de dois anos, não cabendo remuneração à diretoria e ao conselho fiscal.

Conforme convencionado no artigo 25, § 1º e 2º da instituição, a ARCAFAR/SUL está qualificada nos termos da Lei Federal 9.790/90, que rege as Organizações da

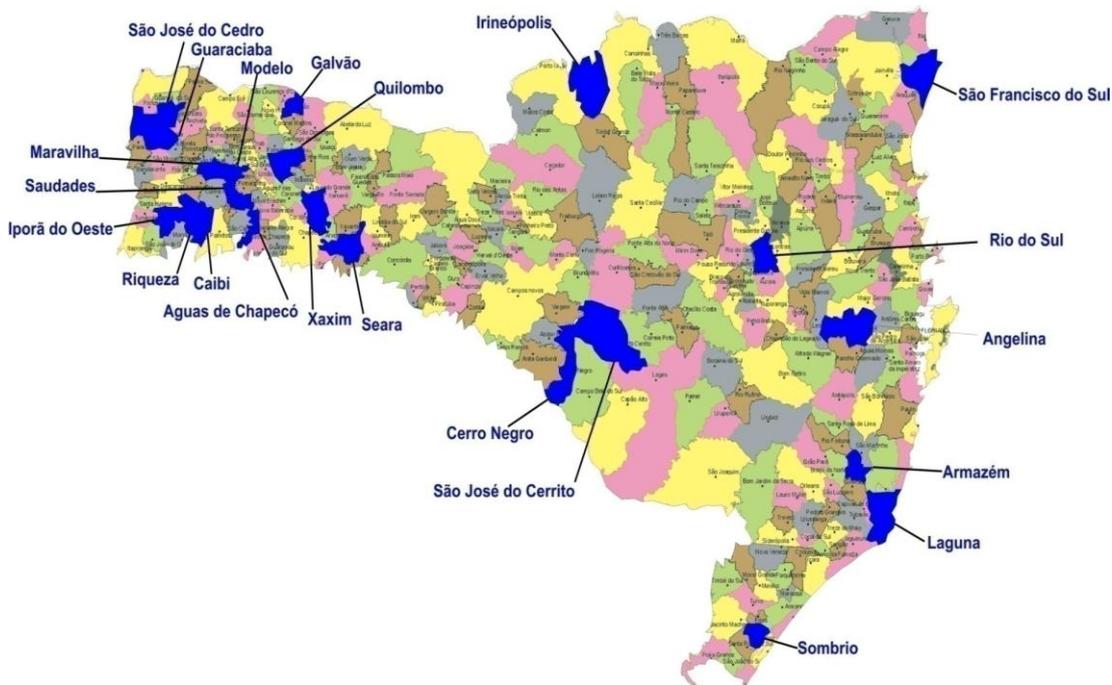
Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Atualmente, a ARCAFAR/SUL possui uma abrangência de 204 municípios da região Sul do Brasil. Têm na base da associação 69 Casas Familiares Rurais (CFRs) e 02 Casas Familiares do Mar (CFMs), totalizando 71 CFRMs. Cada CFR atende alunos de aproximadamente três municípios. Na região Sul, está assim distribuído: no Paraná, 43 CFRs; em Santa Catarina, 22; e, no Rio Grande Sul, total 06 CFRs. As CFRs do Paraná estão localizadas nos municípios de acordo com o mapa Abaixo:



Fonte: ARCAFAR/SUL – Out/2011

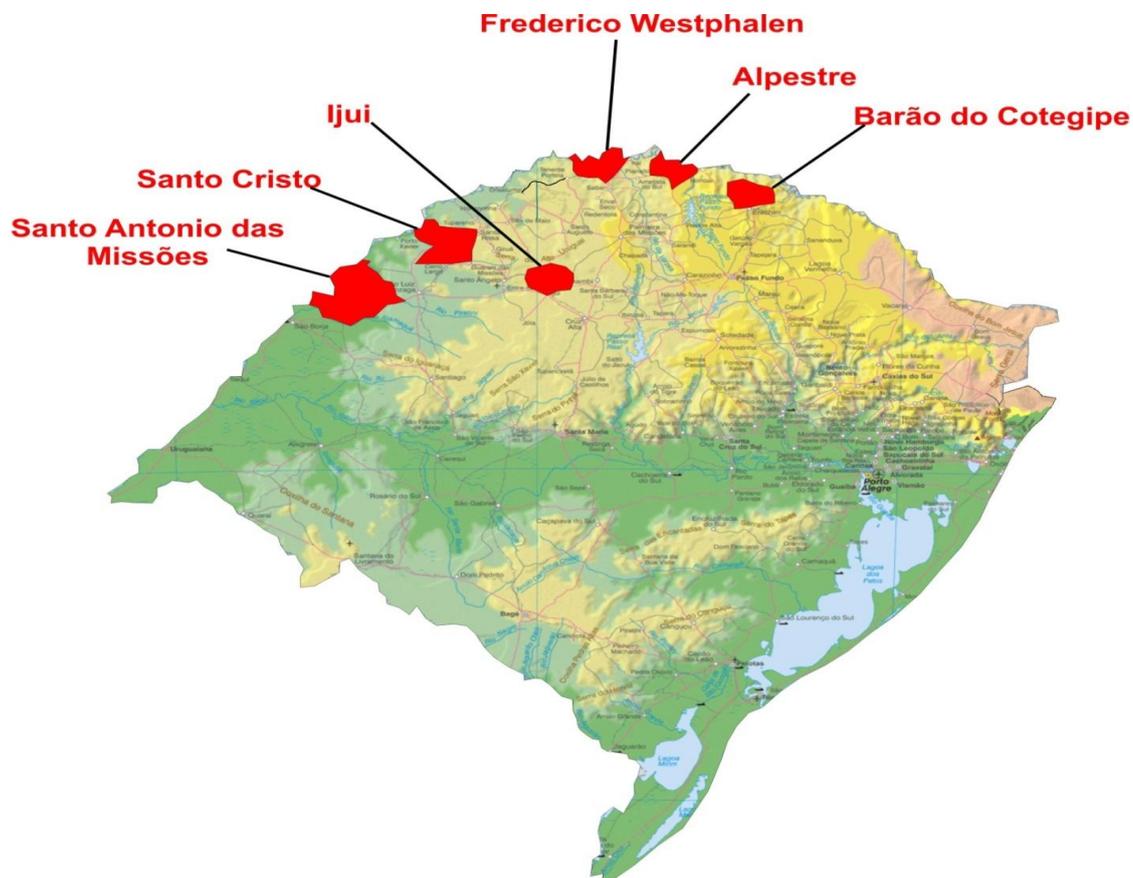
No Estado do Paraná, que possui 60% das CFRs da região Sul do Brasil, estão localizadas em sua maioria na região Sudoeste, onde há predomínio da agricultura familiar, região de pequenas propriedades rurais e com diversidade de produção e grande demanda de mão de obra. Das atuais 43 CFRs no Paraná, destas, 17 unidades, ou 29,5% estão localizadas na região Sudoeste, berço desta instituição de ensino.

No Estado de Santa Catarina totalizam 22 CEFFAs, distribuídas em 20 CFRs e 02 Casa Familiar do Mar (CFM), com localização de acordo com o mapa a seguir:



Fonte: ARCAFAR/SUL - Out/2011

No Rio Grande do Sul estão situadas seis CFRs de conformidade com o mapa.



Fonte: ARCAFAR/SUL - Out/2011

A ARCAFAR/SUL tem como missão³³:

A representação, assessoramento e qualificação das Associações das Casas Familiares Rurais e do Mar, buscando o desenvolvimento sustentável e solidário da agricultura familiar e da pesca artesanal, pela Pedagogia da Alternância, para a Educação do Campo, em benefício da sociedade.

Segundo o Relatório Anual da ARCAFAR/SUL, de 2006, o Governo do Estado do Paraná, através do decreto 3106/94 de 14/03/94, aprovou o Programa das Casas Familiares Rurais, de acordo com o qual ficaram autorizadas as Secretarias de Estado a praticar os atos necessários a implantação e continuidade do Projeto.

Já na instância federal, há o Parecer nº 1/2006 do CNE (Conselho Nacional de Educação), aprovado em 01.02.2006, legitimando e solicitando que as instâncias estaduais e municipais deem total apoio para o desenvolvimento da Pedagogia da Alternância nas CFRs e afins. De acordo com os monitores, isso vem ocorrendo na CFR de Francisco Beltrão. Dessa maneira, o município participa com recursos para o custeio dos monitores, funcionários, parte da alimentação e transporte dos alunos. Já a participação do Governo do Estado dá-se com a alocação de cinco professores que desenvolvem um programa de Educação Geral junto aos alunos. De acordo com a ARCAFAR, os resultados alcançados com os egressos das CFRs têm propiciado: melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas, integração do jovem com a família e com a comunidade, aumento da autoestima do jovem e da família, novas oportunidades de trabalho e renda no próprio meio, qualificação e formação do jovem e de sua família, criação de um projeto profissional de vida para os jovens e sua permanência no próprio meio, atuando de forma empreendedora.

Atualmente, de acordo com a ARCAFAR/SUL, nas 71 CFRMs, 11.300 famílias estão envolvidas, 4.200 jovens em formação e 8.100 jovens formados. Destes, 86% permanecem no meio rural desenvolvendo suas atividades conforme princípios desenvolvidos pelas CFRs.

³³ Disponível <http://www.arcafarsul.org.br/novo/?content=conteudos&id=3> – Acesso em: 27 de agosto de 2011

3.6 CASA FAMILIAR RURAL

A Casa Familiar Rural é um espaço, num município ou numa região, destinado à formação técnica, gerencial e humana de jovens oriundos do meio rural e pesqueiro. A CFR possibilita a qualificação dos jovens, preparando-os para o trabalho e para desenvolver atividades com sua família, exercitando o caráter associativo, contribuindo também com a comunidade de origem.

O modelo de educação implantado nas Casas Familiares Rurais, conforme a ARCAFAR, oportuniza ao jovem capacitar-se para desenvolver atividades e vencer desafios encontrados na realidade do campo, possibilitando um trabalho com qualidade de vida e renda, permanecendo no meio rural, em sua comunidade, região, numa expectativa de desenvolver diversas ações sob a ótica da economia solidária. No Programa da Casa Familiar Rural, em substituição ao boletim escolar e ao diário do professor, entra em cena o Caderno de Acompanhamento ou da Alternância³⁴. Tal instrumento:

Tem como objetivo registrar, através das fichas específicas, os dados obtidos com as famílias, nas sessões escolares, de modo a permitir uma participação mais efetiva no processo de avaliação de habilidade e convivência. Para buscar a formação personalizada e reforçar a formação integral existe a tutoria. É uma estratégia que consiste no acompanhamento personalizado do aluno. Cada monitor acompanha um grupo de alunos e o assiste dando a cada aluno a oportunidade de um momento a sós para tratar do Plano de Estudo, do Caderno da Realidade, da convivência em casa, na CFR (**ARCAFAR:** www.arcafarsul.org.br/novo/?content=conteudos&id=3 - Acesso em 27 de agosto de 2011).

Cabe ao monitor o acompanhamento do aluno em toda a trajetória na CFR. A administração³⁵ é realizada pelos familiares e egressos das Casas Familiares via constituição de uma “Associação formada pelas famílias que tem seus filhos estudando na Casa Familiar, por jovens formados e por representantes de entidades que apoiam o projeto”. As entidades apoiadoras podem ter diferentes concepções, de acordo com as

³⁴ É um meio de comunicação que permite o relacionamento entre a CFR, alunos, familiares, monitores e professores. Mais informações estão disponíveis em <http://www.arcafarsul.org.br/novo/images/publicacoes/30Artigo%2011.pdf> - Acesso em: 13 de junho de 2012.

³⁵ Conteúdo disponível no site www.arcafarsul.org.br/novo/?content=conteudos&id=3 - Acesso em: 27 de agosto de 2011.

peculiaridades do município em que estão instaladas, no entanto quase sempre com o apoio do governo municipal, estadual, federal, organizações dos agricultores, igreja, ONGs.

As famílias participam e contribuem “trazendo alimentos que produzem em suas propriedades. Esta participação permite fornecer a alimentação para os jovens durante a semana. Órgãos públicos e privados nos diferentes níveis na forma de parcerias ajudam a manter o programa”, especialmente as prefeituras dos municípios onde as Casas Familiares Rurais estão instaladas e governo do estado, que realiza o pagamento dos salários dos monitores. Os professores são cedidos pela Secretaria Estadual de Educação (SEED) e trabalham nas Casas Familiares Rurais com dedicação exclusiva. Eles, pelo fato de as turmas serem pequenas, têm a possibilidade de oferecer um acompanhamento individualizado aos alunos, tanto no período escolar, quanto no período em que estão nas propriedades rurais. Caracteriza-se de alguma forma um privilégio para os alunos terem professores com dedicação exclusiva, além de ter um acompanhamento integral, indo à propriedade, nos períodos que os estudantes lá se encontram.

A articuladora nacional dos CEFFA's, a Engenheira Agrônoma Marcialene Preisler, elucida que é imperioso conhecermos os quatro pilares que fundamentam a Pedagogia da Alternância, e que dão sustentabilidade ao desenvolvimento da proposta de trabalho:

A associação formada pelos pais dos jovens e que tem a missão de gerenciar o Ceffa, entidades parceiras e jovens formados; a alternância como uma metodologia apropriada; o meio socioprofissional; e a formação integral dos jovens em conjunto com a família e a comunidade onde vivem (<http://www.red-ler.org/redes-formacao-perspectiva.pdf>- Acesso em 23/11/2011).

De acordo com os monitores e professores da CFR de Francisco Beltrão, esta recebe o apoio de diferentes instituições, com participação maior ou menor, dependendo do período, no entanto, principalmente pela Prefeitura Municipal (Secretaria da Agricultura, Educação, Interior), Governo do Estado através da SEED, além das participações dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que coordenou a implantação da casa no município, além de Emater, Sindicato Rural/Senar e Assesoar.

No sistema de ensino por alternância, são trabalhadas simultaneamente três turmas de alunos; isso significa que, quando uma turma está sendo trabalhada na Casa Familiar, as outras duas estarão convivendo com a família e aplicando os conhecimentos em suas

propriedades. As turmas “não devem exceder a 25 jovens” devido à elevada precisão de acompanhamento aos alunos na escola e também diretamente nas propriedades dos alunos.

Ainda de acordo com posicionamento da ARCAFAR:

O projeto educativo de cada CFR contribui, assim, para a constituição de um novo tecido social e econômico no contexto local. Ocorre a inserção no próprio meio de origem com a geração de emprego, de renda e de riquezas. A relação entre teoria e prática desenvolve as pessoas e estas, por sua vez, desenvolvem seu meio. É a educação do campo em seu conceito mais atual com a realidade. Uma equipe de monitores é responsável pela organização, dinamização das atividades docentes e pela elaboração, conjuntamente com a Associação de Pais, Jovens Formados e Entidades Parceiras, do Plano de Formação, sempre respeitando o calendário agrícola da região em que a unidade educativa está situada e com apoio e assessoramento técnico e pedagógico de entidades locais, regionais e nacionais (www.arcafarsul.org.br/novo/%3Fcontent%3Dconteudos%26id%3D3 - Acesso em 27/08/2011).

No tocante a diminuir o êxodo rural e desenvolver o jovem para que possa criar alternativas de trabalho e renda no meio rural, a Escola tem o intuito de prepará-lo para ter condições de empreender, ampliar as atividades já desenvolvidas na propriedade, possibilitando assim a criação de espaço de trabalho para o jovem egresso da CFR e seus familiares. A ARCAFAR ressalta que:

O projeto é um meio de buscar inserção no mundo do trabalho, ou seja, de implementar um empreendimento que gere emprego e renda para o jovem e sua família. Com este instrumento é possível proporcionar aos jovens uma alternativa de futuro no campo. Por isso, os Planos de Estudo se orientam nesta linha, da Orientação Profissional de Jovens Empreendedores Rurais (www.arcafarsul.org.br/novo/%3Fcontent%3Dconteudos%26id%3D3- Acesso em 27/08/2011).

Avaliando as duas práticas de Pedagogia buscam a base epistemológica, "aprender fazendo e o pensar agindo", aqui o prático e o teórico estão articulados. Segundo Gimonet (1999): “Nas duas Pedagogias, a pesquisa participante e o contato com o objeto a ser trabalhado, é a metodologia de cada um na aprendizagem”. A afirmativa ancora-se, ainda, em Paulo Freire, quando afirma que: “A educação é um ato político e prática de liberdade” (FREIRE apud MÂNFRIO, 1999, p. 52).

4. ESTUDO DE CASO

4.1 INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO E DO SUDOESTE DO PARANÁ

O nome do município³⁶ é uma homenagem ao paranaense Francisco Gutierrez Beltrão que desenvolveu atividades públicas no Paraná como engenheiro, secretário de estado e colonizador.

O município de Francisco Beltrão teve como primeiro nome "Vila Marrecas". Foi emancipado em 14 de novembro de 1951, através da Lei estadual 790, assinada pelo então governador Bento Munhoz da Rocha Neto. O povoado começou a se formar em 1947, quando Damásio Gonçalves construía a primeira pensão (em frente à atual Praça da Liberdade) e abriram-se as primeiras “bodegas”, como de Otávio Araújo, quase em frente à pensão. A motivação inicial é dada pela instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) - criada em 12 de maio de 1943 pelo Decreto nº 12.417, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas - estabelecida em Pato Branco e vindo se instalar no município em 1948, na margem esquerda do rio Marrecas, em pavilhões até hoje preservados, atualmente cedidos à unidade do Exército Nacional.

A economia era impulsionada pela extração da madeira e pela agricultura, logo freada pela disputa de terras entre posseiros e as companhias colonizadoras (CITLA e COMERCIAL) que envolveu quase todo o Sudoeste e teve o ponto culminante em Francisco Beltrão, dia 10 de outubro de 1957, movimento conhecido como Revolta dos Posseiros ou Revolta dos Colonos, quando milhares de pessoas tomaram a cidade e, no dia seguinte, expulsaram as companhias e seus funcionários. Vejamos este relato:

No dia 10 de outubro de 1957, cerca de seis mil colonos tomaram a sede do município de Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná. Vinham em caminhões, carroças, a cavalo ou a pé. Todos armados. Com foices,

³⁶ Disponível no site <http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/omunicipio/historia> - Acesso em: 31 de janeiro de 2012

velhos revólveres, espingardas de caça e pedaços de pau. Concentraram-se na Praça da Matriz, onde, numa casa de esquina, ficava a estação de rádio local, transformada em centro de operações. A delegacia e a prefeitura foram tomadas – o prefeito e o delegado fugiram. O Juiz de Direito foi colocado em prisão domiciliar e o Promotor Público ficou sob custódia do Exército até receber autorização para sair da cidade. [...] Numa reação em cadeia, outros municípios foram tomados. Em Pato Branco, já no dia 9 de outubro, foi constituída uma comissão de representantes de todas as facções políticas, denominada Junta Governativa, pela imprensa. Os colonos foram chamados para a cidade, cujos pontos estratégicos foram guarnecidos [...] No dia 10 chegava a essa cidade o Major Reinaldo Machado com o encargo de fechar os escritórios das companhias de terra responsáveis pelo clima de tensão na região, enquanto em Francisco Beltrão, a evacuação dos jagunços e funcionários das companhias era feita pelo exército [...] Realizada a evacuação, já no dia 11, pela manhã, os colonos invadiram os escritórios das companhias. O que havia dentro foi destruído. Os papéis e notas promissórias, assinados sob coação, foram espalhados pela avenida principal da cidade, rasgados, pisoteados (GOMES, 1987, p. 9 apud ESCHER, 2010).

O movimento, além dos colonos, agregou outros setores da sociedade contra a opressão realizada pelas empresas colonizadoras, tanto que entre as lideranças teve destaque o médico Walter Pécoits, considerado o principal líder da Revolta dos Posseiros, que, posteriormente, foi eleito prefeito do município, deputado estadual ocupando também o cargo de secretário de Estado.

No ano de 1962, com o objetivo de legalizar as terras, foi criado pelo governo federal o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), com sede em Francisco Beltrão. Considerando que sua missão foi cumprida, o Getsop foi extinto no ano de 1974.

A tabela 4 mostra que a região Sudoeste tem significativa perda populacional da década de 1980 até 2000, motivada pela saída de agricultores em busca de terra na nova fronteira agrícola, principalmente o Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Também buscava emprego a população mais jovem nos Estados de Santa Catarina (tecelagem) e Rio Grande do Sul (setor calçadista), embora a população do município de Francisco Beltrão tenha crescido neste período. Foi um período que coincidiu também com o fim do ciclo do feijão que anteriormente trouxe renda aos agricultores, inclusive esse produto agrícola deu origem ao maior evento de ocorrência bianual na região, a Exposição Feira Comercial, Industrial e Agropecuária de Francisco Beltrão (EXPOBEL)³⁷ que, em

³⁷ Disponível no site <http://www.expobel.com.br/2012/historico.php> - Acesso em: 06 de março de 2012

março de 2012, teve sua 25ª edição. Inicialmente surgiu como Festa Nacional do Feijão (FENAFE) e teve a primeira edição no ano de 1967.

Tabela 4 - Evolução da População de Francisco Beltrão e Sudoeste do PR:

Ano	População de Francisco Beltrão	População do Sudoeste do PR
1960	55.496	-
1970	36.807 (*)	-
1980	48.762	590.070
1991	61.272	557.049
1996	65.730	549.097
2000	67.132	557.443
2007	72.409	565.392
2010	78.943	587.505

(*) perda de população por desmembramento de novos municípios

Fonte: Prefeitura de Francisco Beltrão, IBGE e AMSOP.

Dados do IBGE³⁸, conforme tabela nº 1, apontam que o município de Francisco Beltrão possui uma população total de 78.943 habitantes, destas, 11.494 vivem no meio rural, isto é, 14,57% da população do município. No Sudoeste do Paraná, região que abrange 42 municípios, residem no meio rural 174.881 pessoas que representam 29,77% da população da região, enquanto no Estado do Paraná apenas 14,67% que ainda vive no meio rural.

Estudos apontam que está ocorrendo uma diminuição do número de mulheres em relação ao número de homens no meio rural, tema abordado como a masculinização no campo (Abramovay, 1999). Fato este também detectado com o Censo de 2010, quando foi apurado que, no município de Francisco Beltrão, a população rural era de 11.494, sendo 6.315 homens e 5.179 mulheres, portanto os homens representam 54,94%, enquanto as mulheres representam 45,06%. A relação desigual entre a população masculina e feminina no meio rural também afeta a sucessão familiar das propriedades rurais.

³⁸ Referente ao Censo Demográfico 2010, através do site <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pr> - Acesso em: 21 de novembro de 2011

Na tabela 5, os dados do IBGE sinalizam que a população rural do país restringe-se a 15,6% e, no município de Francisco Beltrão, o índice é menor, de 14,6%. Em relação à questão de gênero, a população feminina, em Francisco Beltrão, também apresenta percentagem menor em relação às demais informações, sendo de 45,1%, superados pelo Estado do Paraná e o Brasil que possuem um índice de 47,4% e a população rural feminina da região Sul, que apresenta taxa ligeiramente superior de 47,6%. Portanto, o município em que estamos focando este estudo mostra que, além de ter a população rural ligeiramente menor do que a dos demais territórios estudados, apresenta um percentual de 2,3% de mulheres a menos do que o Estado e o país que é de 2,5% a menos em relação à região Sul, informação que poderá influir negativamente sobre a sucessão das propriedades rurais, reforçando a masculinização do campo, conforme abordado anteriormente.

Tabela 5 – População Total, Rural e por Gênero

Espaço Geográfico / População	Brasil	Região Sul	Paraná	Francisco Beltrão
População Total	190.755.799	27.386.891	10.444.526	78.943
População Rural	29.830.007	4.125.995	1.531.834	11.494
%	15,6	15,1	14,7	14,6
População Rural Masculina	15.696.816	2.161.121	805.009	6.315
%	52,6	54,4	52,6	54,9
População Rural Feminina	14.133.191	1.964.874	726.825	5.179
%	47,4	47,6	47,4	45,1

Fonte: IBGE Censo 2010 – Compilação Nilton L. Fritz

No entanto, ao analisarmos a qualidade de vida e conforto no meio rural, houve várias conquistas e melhorias foram implantadas. Podemos sinalizar que, na década de 1980, ocorreu, especialmente no Estado do Paraná, um programa massivo de eletrificação rural que proporcionou a aquisição de rede de energia elétrica a custos subsidiados, com ação direta da Extensão Rural oficial do Estado, por meio do Instituto Emater em parceria com a Copel e outras instituições.

Em meados da década de noventa, iniciou-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), possibilitando que maior número de agricultores pudesse acessar recursos para custeio e investimento em suas propriedades. O programa disponibilizou recursos para o custeio agrícola na safra agrícola 2010/11³⁹, um volume de recursos de R\$ 8.486.528,00 acessados pelo contingente de 1.073 agricultores, já os recursos para investimento nas propriedades foram acessados por 155 agricultores, totalizando R\$ 7.399.802,00. Portanto, os recursos do Pronaf disponibilizados no período foram de R\$ 15.886.330,00 para o município de Francisco Beltrão.

Já no início deste século, teve início o programa Banco da Terra (BT), posteriormente substituído pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCNF) que possibilita acesso à terra pelos pequenos proprietários, seus filhos ou aqueles que não dispõem de terra. No BT, durante a sua vigência até 2002, tiveram acesso 56 famílias do município de Francisco Beltrão e no PCNF, que teve início em 2003, foram beneficiadas 30 famílias do município até 2011, conforme informações Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (SEAB) e Instituto Emater.

Também o acesso à moradia, por meio da construção subsidiada de residências, pelos agricultores teve início nesta última década - o acesso a esta política pública ocorria anteriormente exclusivamente pela população urbana. Começou no ano de 2005 e até 2011 foram beneficiadas 391 famílias⁴⁰ de Francisco Beltrão; 323 casas foram construídas (ou reformadas) para os agricultores familiares por intermediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e 68 residências novas via CRESOL.

³⁹ Período referente a julho de 2010 a junho de 2011.

⁴⁰ Informações do STR e Cresol de Francisco Beltrão

Embora não seja o foco de nossa pesquisa, registramos aqui algumas informações sobre o município de Francisco Beltrão. De acordo com o IparDES⁴¹, houve o desmembramento do município de Clevelândia, quando da emancipação política de Francisco Beltrão em 14/12/1952. Apresenta altitude de 600 metros, com uma área territorial (ITCG) de 731,731 km² e distância da Capital (SETR) de 474,41 km, com posição geográfica (IBGE): latitude 26°04'52"S e longitude 53°03'18"W. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 2010 foi de R\$ 17.528.719,05 (Fonte DMF) e o ICMS por município de Origem do Contribuinte, também em 2010 foi de R\$ 32.132.193,21 (SEFA-PR). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) – 2000 é de 0,791, distribuído entre Longevidade (IDHM-L) de 0,727; Educação (IDHM-E) de 0,918 e Renda (IDHM-R) situado em 0,791.

Tabela 6 – Dados de Francisco Beltrão de acordo com o IPARDES⁴²

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATISTICA	
População Censitária – Total	IBGE	2010	78.943	Habitantes
Número de Eleitores	TSE	2010	56.030	Pessoas
População – Estimada	IBGE	2011	79.850	Habitantes
Número de Domicílios – Total	IBGE	2010	27.909	-
Produção de Soja	IBGE	2010	46.080	Toneladas
Produção de Milho	IBGE	2010	77.500	Toneladas
Produção de Mandioca	IBGE	2010	12.100	Toneladas
Bovinos	IBGE	2010	52.888	Cabeças
Equinos	IBGE	2010	850	Cabeças
Galináceos	IBGE	2010	5.180.000	Cabeças

⁴¹ <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85600&btOk=ok> – Acesso em: 06 de março de 2012.

⁴² Disponível no site http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85600&btOk=ok – Acesso em 06 de março de 2012.

Ovinos	IBGE	2010	4.115	Cabeças
Suínos	IBGE	2010	120.250	Cabeças
Valor Adicionado Bruto (VAB) a Preços Básicos – Total	IBGE/IPARDES	2008	885.885	R\$ 1.000,00
VAB a Preços Básicos – Agropecuária	IBGE/IPARDES	2008	75.014	R\$ 1.000,00
VAB a Preços Básicos – Indústria	IBGE/IPARDES	2008	266.312	R\$ 1.000,00
VAB a Preços Básicos – Serviços	IBGE/IPARDES	2008	544.559	R\$ 1.000,00
Receitas Municipais	Prefeitura	2010	107.067.034,6 1	R\$ 1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2010	106.365.010,5 7	R\$ 1,00
Densidade Demográfica	IPARDES	2011	109,12	hab/km ²
Grau de Urbanização	IBGE	2010	85,44	%
PIB <i>Per Capita</i>	IBGE/IPARDES	2008	12.872	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,580	-
Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária	DERAL	2010	476.731.486,7 6	R\$ 1,00

Considerando a importância da produção de leite tanto para a agricultura familiar quanto para a composição da renda de 20 das 25 famílias dos atuais alunos da CFR, analisaremos algumas informações deste setor e sua importância para o município e a região. Os dados do período de 2000 a 2010 (tabela 7) confirmam a evolução constante da produção leiteira, tanto no município de Francisco Beltrão como da microrregião de Francisco Beltrão, que abrange 27 municípios, com 550,5 milhões de litros. Realizando um comparativo com as demais regiões do Estado do Paraná, o Sudoeste (microrregião de Francisco Beltrão e Pato Branco) atinge o primeiro lugar em produção em 2010 no Estado, com 912,3 milhões de litros, mostrando que a evolução na produção leiteira tem permeabilidade ampla na região.

Tabela 7 – Evolução da produção de leite no Município e Microrregião de Francisco Beltrão (em milhões de litros).

Área /Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Muni- cípio	23	26	31	33	33	34	35	39	40	42	43
Micror- região	244	274	310	335	361	364	386	433	480	532	550

Fonte: SEAB / DERAL

A pesquisa⁴³ do IPARDES/EMATER teve abrangência maior de informações, todavia extraímos aqueles elementos que mais diretamente interessam à presente análise. Ela confirma a região Sudoeste do PR como de pequenas propriedades, com área média de 19,1 ha e com grande quantidade de agricultores que trabalham na atividade leiteira, representando 24,18% do Estado do Paraná. Quanto à ordenha mecânica, atualmente, os técnicos do Instituto Emater informam que esse índice deverá ser superior a 80 %. Esta mudança deve-se à melhoria do preço do leite possibilitando maior investimento, disponibilidade de crédito via PRONAF, aumento de rendimento disponível e prevenção de doenças por Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT)⁴⁴ que tem aparecido nos componentes das famílias que realizam a ordenha manual, conforme técnicos do Instituto Emater que atendem diretamente aos agricultores da região.

⁴³ http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/sumario_executivo_atividade_leiteira_parana.pdf - Acesso em: 31 de janeiro de 2012.

⁴⁴ LER e DORT são doenças relacionadas pela execução de trabalhos que exigem movimentos repetitivos. Mais informações disponíveis http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_ler_dort.pdf - Acesso em: 03 de março de 2012.

Tabela 8 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DA PESQUISA - PARANÁ E REGIÕES DO ESTADO - OUTUBRO 2006- NOVEMBRO 2007

VARIÁVEL	TOTAL PARANÁ	CENTRO-ORIENTAL	OESTE	SUDOESTE	DEMAIS REGIÕES
Área média terra (ha)	33,4	48,1	25,1	19,1	41,2
Número de produtores (un.)	114.488	2.440	21.876	27.691	62.481
Produtores c/ ordenha manual (%)	64,2	31,0	48,8	57,3	75,5
Produtores c/ ordenha mecânica (%)	35,8	69,0	51,5	42,7	24,5

FONTE: Pesquisa de campo: IPARDES-EMATER

Na tabela 9, constatamos a evolução dos preços recebidos pelos agricultores do Paraná, num período de 15 anos, mostrando uma evolução monetária muito atrativa, pagando R\$ 0,24/litro de leite em meados da década de 1990 e chegando a R\$ 0,67/litro em 2010, o que tem impulsionado significativamente a produção e o número de agricultores, especialmente familiares, que passaram a produzir leite em escala comercial em suas propriedades. No entanto, embora seja uma atividade relativamente nova na região, já se constata a premência de aumentar volume e qualidade de produção por UPVF para poder permanecer no ofício.

Tabela 9 – Evolução dos preços médios recebidos pelos agricultores do Paraná

Período: 1995 a 2010

ANO	Valor (R\$)
1995, 1996, 1997	0,24
1998	0,21

1999	0,24
2000, 2001	0,28
2002	0,30
2003	0,41
2004	0,45
2005	0,46
2006	0,43
2007	0,55
2008	0,60
2009	0,62
2010	0,67

Fonte: SEAB/DERAL

No Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)⁴⁵ 2011-14 que engloba o trabalho de 25 organizações⁴⁶ do Sudoeste do Paraná, aprovado pelo Colegiado Territorial em 11 de agosto de 2011, foram contempladas as preocupações quanto à sucessão nas propriedades rurais da região, expressando preocupação quanto ao futuro da juventude do meio rural, propondo políticas públicas para que o jovem tenha possibilidade para escolher o meio rural como opção para desenvolver seu projeto de vida, elaborando propostas para permanência no meio rural.

⁴⁵ Plano de desenvolvimento regional a ser desenvolvido até 2014 na região Sudoeste do Paraná. Disponível em http://assesoar.org.br/wp-content/uploads/2011/10/PTDRS_2011.pdf - Acesso em: 13 de fevereiro de 2012.

⁴⁶ Governamentais: ACAMSOP: Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná; AMSOP: Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná; ASSEC: Associação dos Secretários Municipais de Agricultura - Reg. Pato Branco; ASSEMA: Associação dos Secretários Municipais de Agricultura e Meio Ambiente – Região de F. Beltrão; EMATER: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural; SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social; IAPAR: Instituto Agrônômico do Paraná; INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; SEAB: Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento; UNIOESTE: Universidade Estadual do Oeste do Paraná; UTFPR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná; NRE: Núcleo Regional de Educação; UFFS: Universidade Federal Fronteira Sul e Não Governamentais: ACESI/FETRAF: Associação do Centro de Educação Sindical/Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; CMDR: Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – Região de Pato Branco; CMDR: Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – Região de Francisco Beltrão; ARCAFAR: Associação das Casas Familiares Rurais; ASSESOAR: Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural; CAPA: Centro Apoio ao Pequeno Agricultor; COOPAFI: Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar; COOPERIGUAÇÚ: Cooperativa Iguazu de Prestação de Serviços; CRESOL/BASER: Cooperativa de Crédito com Interação Solidária; MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens; MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; SISCLAF: Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar.

O Plano Territorial⁴⁷ também apura que o fortalecimento das políticas específicas de crédito e renda para a juventude contribui muito, no entanto, não se mostrou satisfatório para resolver o problema da sucessão e da ocupação do campo, havendo necessidade de outros estudos e intervenções por meio de políticas públicas eficazes (PTDRS, 2011, p. 133).

Na versão final do PTDRS, há intensa preocupação quanto ao ensino que é trabalhado com os jovens; assim, foi proposta pelo PTDRS (2011, p. 146) a inclusão de processos de educação do campo na educação formal, seja das escolas rurais como urbanas, tornando-se necessária a inclusão de disciplinas e teores voltados para o meio rural e o meio ambiente. É mister incentivar a juventude rural em relação ao acesso a universidades públicas, através de “*bolsa primeiro emprego*” para, após o curso, retornar ao meio rural, ajudando na propriedade de origem e nas demais propriedades dos agricultores da comunidade, orientação esta que lembra o trabalho da Pedagogia da Alternância desenvolvido pelas CFRs. Ainda em relação à educação, é proposto, no PTDRS (2011, p. 147) a utilização das estruturas existentes dos Colégios Agrícolas e Casas Familiares Rurais da região para capacitação de jovens agricultores e professores que trabalham com jovens rurais, sempre com o objetivo de valorização do meio rural e capacitando os jovens, possibilitando a permanência nas propriedades rurais.

4.2 A CASA FAMILIAR RURAL (CFR) DE FRANCISCO BELTRÃO

A Casa Familiar Rural (CFR) de Francisco Beltrão iniciou suas atividades na comunidade Rio Tuna, localizada a 5 km da sede do município, no ano de 1996, e funcionou pelo período de três anos, em situação logística precária nesse endereço, com aproveitamento e adequação provisória de um Pavilhão, no qual eram realizados os encontros dos membros da comunidade. Posteriormente, em 1999, foi instalada na comunidade de Vila Lobos, localizada a 10 km da sede do município, com construções mais adequadas a partir do ano de 2005, sendo esse seu atual endereço.

⁴⁷ É um Programa desenvolvido pela MDA através Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) que teve início em 2003 agrupando as instituições que diretamente ou indiretamente desenvolvem atividades no meio rural.

Tabela 10 – Localização de Francisco Beltrão e da CFR



Elaboração: Ericson Fagundes Marx

A comunidade de Vila Lobos, onde está inserida a CFR de Francisco Beltrão, é povoada por descendentes italianos em sua maioria. As famílias pioneiras⁴⁸ que residiram na comunidade são: Flores, Santolin, Predebom, Casalli, Fieira, Navarini, entre outras, que se instalaram desde os anos 1947/1948. Além da estrutura da CFR, a comunidade possui também um campo de futebol, pavilhão (para missa e outros eventos) e uma sala ampla para reuniões. A comunidade é atendida por telefonia fixa, celular (duas operadoras) e acesso por asfalto. A interação com outras comunidades, ocorre através de festas. A Festa do Peixe, neste ano, terá a 4ª edição. Possui localização estratégica em termos de circulação, estando a cerca de 3 a 5 km de outras cinco comunidades. A área média das propriedades rurais é de 15,0 ha com cultivos de milho, soja e criação de aves de corte e produção de leite. As famílias têm, em média, 2 a 3 filhos. Em função da facilidade de acesso à sede do município, alguns empregos, tais como doméstica e construção civil são exercidas por seus moradores, com retorno diário para suas residências.

A estrutura física da CFR de Francisco Beltrão é composta por área própria, construída, de 520 m²⁴⁹, abrigando duas salas de aula, uma biblioteca com sala de informática, cinco dormitórios contendo 40 leitos, cozinha, refeitório, sala de professores, sala da coordenação, almoxarifado para depósito de alimentos, horta para fins didáticos e veículo para os monitores realizarem as visitas às propriedades dos alunos e seus familiares. O campo de futebol utilizado, que tem localização anexa, é de propriedade da Associação de Moradores da comunidade Vila Lobos.

A rotina semanal nesta CFR, de acordo com os monitores e professores, desenvolve-se de maneira que, na segunda-feira, os alunos chegam entre 9h e 10horas em ônibus da Prefeitura Municipal, transportados desde a Rodoviária Municipal. Chegam, tomam café, guardam seus pertences e depois é realizado o contato individual entre alunos, monitores e professores. Estes são responsáveis por um grupo estipulado de estudantes durante três meses, com acompanhamento direcionado que também ocorre na propriedade dos alunos. São analisadas as tarefas constantes no Caderno de Alternância: do lado esquerdo está posicionado o aprendizado da semana e do lado direito estão registrados as tarefas que realizaram em suas casas. A partir dessas considerações, é efetivada uma

⁴⁸ Informações do casal Nelson e Salete Santolin, filhos de pioneiros.

⁴⁹ Existe um projeto para ampliação em mais 120 m².

avaliação, uma conversa individual, tendo como tema as questões vivenciadas pelos alunos e uma nota⁵⁰ é atribuída ao que ele produziu naquele período.

Nos demais dias relacionamos, o roteiro levado a efeito na CFR com despertar: 06h30 min; café: 07h e, posteriormente, limpeza realizada pelos alunos em todas as dependências da Escola, ação que se repete após o almoço e jantar, obedecendo a uma escala, fazendo com que o estudante desenvolva a cada semana uma atividade diferente. O horário das aulas⁵¹ do período da manhã ocorre das 08 às 12h, com intervalo das 10 às 10h e 15min para lanche; o horário destinado ao almoço é entre 12h e 13h e 15 min. As aulas da tarde são das 13h e 15 min até 17h15, com intervalo de 15 min para lanche. A recreação dos alunos ocorre das 17h e 15 min até 18h e 30 min, normalmente com futebol para os rapazes. As moças optam por voleibol, xadrez, internet ou televisão. Nesse horário, acontece semanalmente, pelo menos numa oportunidade, uma aula prática em olericultura⁵² ou jardinagem com os alunos nas dependências da CFR. O jantar é às 20h. Na sequência há a hora de estudo das 21h (na segunda-feira, seção de filme, cujo tema é de escolha dos alunos) até 22h e encerramento das atividades do dia.

Também são realizadas atividades de capacitação para os alunos, em parceria com outras organizações do município e região. Nas quintas-feiras, é realizado um plano de estudo no qual é definido o programa para a próxima semana envolvendo monitores e estudantes. Também são discutidas algumas questões sobre o tema a ser abordado na semana seguinte. Já na primeira hora de sexta-feira, em reunião com os professores são repassadas as atividades de alternância a serem desenvolvidas pelos alunos. Na sequência é realizada uma avaliação com espaço para os alunos se manifestarem quanto aos aspectos que consideraram positivos e negativos vivenciados durante a semana na CFR, há um espaço para sugestões e encaminhamentos. O encerramento da semana de aulas se dá com o traslado dos alunos para a Rodoviária Municipal às 10h para retornarem à casa de seus familiares.

⁵⁰ Esta nota de desempenho vai incorporar-se às demais avaliações do aluno no decorrer do estudo na Escola, totalizando sete itens avaliados.

⁵¹ De acordo com a CFR, por semana é ministrado um total de 30 horas/aula, distribuídas em 6 horas técnicas e 24 aulas de formação geral.

⁵² É o ramo da horticultura que engloba o cultivo de espécies conhecidas popularmente como hortaliças e constituído por culturas folhosas, raízes, bulbos, tubérculos e frutos diversos.

O sistema de ensino da instituição é a Pedagogia da Alternância; em 2011, conta com as três turmas, totalizando 32 alunos distribuídos na 8ª série fundamental e 1º e 2º anos do nível médio. Realizamos entrevista com 25 deles devido à ausência dos demais. A estrutura, em julho de 2011, computava três monitores, (dois profissionais da Medicina Veterinária e um Engenheiro Agrônomo) e cinco professores da rede estadual com a responsabilidade de ministrar as disciplinas curriculares, consideradas normais dentro do ensino tradicional. Essa modalidade de ensino teve início no ano de 2006.

A partir de 2012, esta unidade da CFR disponibilizará somente vagas para as três turmas do Ensino Médio, correspondentes aos 1º, 2º e 3º anos. Portanto, no ano de 2011, a CFR de Francisco Beltrão está em fase de transição, processo este que se consolidará em definitivo com o nível médio a partir de 2012.

Quanto ao Plano de Formação desenvolvido pela CFR de Francisco Beltrão, encontrado anexo, consta de disciplinas de acordo com a realidade e demanda das necessidades das propriedades rurais dos alunos. A carga horária para os três anos do curso totaliza 2.100 horas aula, distribuídas entre 37 disciplinas. Totalizam vinte semanas de aula/ano. Semanalmente são ministradas 35 aulas, distribuídas em 25 aulas da Base Nacional Comum e 10 aulas técnicas em agropecuária conjugando teoria e prática.

4.3 AJUSTE E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA REALIZADA NA CFR DE FRANCISCO BELTRÃO

Ajustamos junto à direção da Escola a possibilidade de realização da pesquisa nesta unidade da CFR. A ideia foi, desde o início, bem acolhida. A partir daí realizamos vários contatos e obtivemos muitas informações da CFR que contribuíram para estruturar o questionário que seria aplicado.

Foram entrevistados 25 alunos das três turmas, sendo 21 do sexo masculino e 4 do sexo feminino, atualmente estudando na Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão. No ano de 2011, quando realizamos a pesquisa, havia três turmas: 8ª série (Fundamental), 1º e 2º ano do Ensino Médio.

Após a análise de cada entrevista, identificamos respostas que dificultavam a compreensão das reais intenções dos jovens alunos. Foram problemas de interpretação

referente à escrita e opinião que estava sendo trabalhada pelos estudantes, que dificultavam a compreensão das opiniões formuladas no questionário. Retornamos à Escola e, na oportunidade, individualmente, esclarecemos as dúvidas e as interpretações pelos estudantes.

O conteúdo do questionário fez com que obtivéssemos informações bem amplas dos alunos entrevistados. Embora o ponto principal fosse detectar questões relacionadas à sucessão familiar, outras informações também foram recolhidas com os estudantes, filhos de agricultores, possibilitando-nos uma visão mais sistêmica, abrangente da realidade em que estão inseridos, tais como: escolaridade e idade dos pais, composição e renda familiar, lazer, recursos disponibilizados, continuidade ou não na agricultura, como veem o futuro do campo, participação e inserção nos assuntos e problemas da comunidade e outras ações que serão abordadas na sequência. Entrevistamos também um monitor da CFR de Francisco Beltrão, que tem a função de acompanhar os alunos da Casa Familiar de Francisco Beltrão em todas as atividades desenvolvidas no período em que eles se encontram na Escola bem como o acompanhamento de atividades junto às propriedades rurais de origem dos educandos.

4.4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA COM OS ALUNOS

As pesquisas foram conduzidas de forma a preservar a identidade das pessoas participantes, atitude esta discutida logo por ocasião da proposição deste trabalho junto aos alunos, egressos, pais de alunos e monitor. Com tal procedimento, os entrevistados mostraram-se mais à vontade para manifestarem suas percepções e convicções sobre a CFR de Francisco Beltrão, contribuindo para que obtivéssemos informações mais próximas daquelas sentidas e vivenciadas.

Nas entrevistas, identificamos diversas características dos alunos, seus familiares e os benefícios que a Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão proporciona a eles e à comunidade. Identificamos também os desafios que a unidade enfrenta, principalmente a sustentabilidade econômico-financeira, interferindo em toda a comunidade escolar.

4.4.1 Abrangência e caracterização dos entrevistados

Quanto à abrangência, participaram das entrevistas 25 estudantes (21 alunos e 4 alunas), com idade entre 13 e 19 anos. Em relação à escolaridade estão assim distribuídos:

- oito alunos da 8ª série (Fundamental), com idade entre 13 a 17 anos;
- nove alunos do 1º ano do Ensino Médio, com idade entre 14 e 16 anos;
- oito alunos do 2º ano do Ensino Médio com idade entre 15 a 19 anos.

Além de identificar os principais cultivos e criações das propriedades, caracterizamos também o atual público da CFR, bem como perfilamos a estrutura e a composição familiar. Os estudantes manifestaram-se em relação ao desenvolvimento de algumas atividades, especialmente aquelas que exigem mão de obra intensiva, entre elas a atividade leiteira, que é a principal da região em termos de abrangência de agricultores, que tem a necessidade de trabalho diário, não permitindo aos proprietários a ausência, especialmente no período da manhã e final de tarde. Foi promovida a problematização desta questão junto aos estudantes, identificando possibilidades de solução para o problema de intensa e permanente precisão de mão de obra, já que a alegação do trabalho ininterrupto, ou presença constante junto ou próximo às atividades agrícolas, especialmente aquelas relacionadas à atividade animal é um dos argumentos utilizados pelos integrantes que desejam mudar de atividade, trocando o meio rural pelo urbano.

A distância média que separa as propriedades em relação à sede do município é de 18,7 km. Tal fato não suscitou imediatamente nenhuma questão maior, visto que a distância que separa a comunidade mais distante da sede é de 45 km, ficando, assim, uma distância intermediária da sede em relação às comunidades.

Quanto ao número de filhos, considerando todos aqueles que estão ainda hoje vinculados aos pais e vivem na propriedade, somados àqueles que já saíram de casa de seus familiares, seja para trabalhar, estudar ou alguns que já estão casados, das 25 famílias duas têm apenas um filho; 10 famílias têm dois filhos; 6 com três filhos; 4 famílias têm quatro filhos; outras 4 das famílias têm cinco filhos e uma tem oito filhos, totalizando 74 filhos e representando exatamente 2,96 filhos em média por casal.

Dos 74 filhos, 25 já saíram do meio rural; estão nas propriedades 49 filhos que vivem com os pais, entre eles 25 são estudantes da CFR e mais 24 vivem com os pais. Estes 49 filhos, estão assim distribuídos nas famílias: 9 famílias tem apenas um filho; 10

famílias dois filhos; 4 com três filhos e 2 famílias têm quatro filhos que ainda vivem na propriedade.

Portanto, a sucessão das propriedades, pelo menos para estas 25 famílias, parece que está bem encaminhada, pois, além dos estudantes que desenvolvem os estudos na CFR, há um potencial de mais 24 filhos de agricultores para decidir onde desenvolver seu projeto de futuro. Acreditamos que devem ser monitoradas as tendências e percepções dos filhos que ainda se encontram nas propriedades.

Avaliando a idade média dos pais dos estudantes da CFR de Francisco Beltrão, verificamos que eles encontram-se na faixa de 46,2 anos. Realizando uma análise separadamente, por sexo, a idade média dos pais é de 49,8 anos enquanto a idade média das mães é de 42,7 anos. O grau médio de instrução dos pais é de 5,4 anos de estudo. Considerando separadamente por sexo, não houve uma diferença significativa, com ligeira vantagem dos pais que estudaram 5,7 anos, enquanto que as mães estudaram 5,2 anos, o que leva a estimar que os pais dos alunos estudaram em média meio ano mais que as mães, embora esta pesquisa revele a baixa escolaridade dos pais.

A área média das propriedades é de 15,5 ha. Dois alunos são oriundos de comunidade beneficiada pelo assentamento de Reforma Agrária coordenada pelo INCRA. A família de um aluno é beneficiária do Programa Banco da Terra/Crédito Fundiário⁵³ e uma aluna é originária de uma Vila Rural⁵⁴, cuja área de terra é de apenas 0,50 ha. Embora a média das propriedades, próximo a 16,0 ha, represente uma área razoável para o desenvolvimento das atividades rurais para o sustento da família, e próximo ao módulo fiscal do município, existem algumas distorções quanto à distribuição de terra entre as famílias, visto que são apontadas 07 propriedades com área inferior a 10,00 ha e 02 propriedades com área superior a 40,0 ha.

O módulo fiscal estabelecido para o município de Francisco Beltrão é uma área de 18,00 ha imóvel rural. Examinando o quadro dos 25 filhos de agricultores que estudam na CFR de Francisco Beltrão, apenas seis propriedades apresentam área superior ao módulo. Uma família não possui terra, trabalhando em uma área arrendada de 10,0 ha.

⁵³ Programa do Governo Federal de acesso a terra.

⁵⁴ Programa do Governo Estadual de acesso à habitação em lotes de 5.000 m², com localização no meio rural.

Quanto à renda familiar mensal bruta⁵⁵ obtida, considerando a produção vegetal e animal, nas propriedades das famílias dos 25 estudantes, foi analisado como parâmetro o salário mínimo estipulado pelo governo federal. Após análise, as informações mostram que 8 famílias possuem renda familiar mensal bruta de até 2,0 salários mínimos mensais; 6 famílias possuem uma renda mensal entre 2,0 e 3,0 salários mínimos; 4 famílias possuem renda entre 3,0 e 4,0 salários mínimos; uma entre 4,0 e 5,0 salários mínimos e 6 delas, uma renda familiar mensal superior a 6,0 salários mínimos.

Os dados também levam a concluir sobre a fragilidade econômica - pouca renda constatada - entre as 25 famílias pesquisadas, pois 14 delas têm renda bruta de até 3,0 salários mínimos mensais. Pela vivência que temos no município e região, podemos afirmar que este grupo de agricultores é dos mais propensos a vender suas terras e a principiar outras atividades, na maioria das vezes, na cidade e na construção civil. Avançando a análise da renda informada no parágrafo anterior, concluímos que 19 das famílias situam-se numa faixa de renda mensal até 5,0 salários mínimos. Lembramos que, quando se trata de renda bruta, ainda não foi descontado o custo de produção da atividade agrícola, que é variável devido a vários fatores, entre eles, a tecnologia utilizada na propriedade e controle de custos de cada empreendimento rural.

Constatamos que existe uma relação entre pobreza e número de filhos; 100% das famílias que possuem quatro ou mais filhos situam-se entre aquelas cuja renda familiar é de até 2,0 salários mínimos mensais. Há também uma relação entre menor renda, maior número de filhos e escolaridade. As famílias com quatro ou mais filhos têm menor escolaridade, com 5,2 de estudos (a média geral é 5,4 anos). Já uma família com oito filhos possui escolaridade de 3,5 anos, praticamente dois anos menos do que a média dos pais dos 25 estudantes pesquisados da CFR de Francisco Beltrão.

Parte da renda mencionada nos parágrafos anteriores é buscada fora da propriedade. Foi identificado um total de 15 empregos fora da propriedade entre as 25 famílias, através dos pais ou irmãos dos atuais estudantes da CFR de Francisco Beltrão. Os empregos são exercidos em outras propriedades do interior e também na cidade; seis deles em tempo integral. Outros nove, em tempo parcial, utilizando entre um a três dias por semana. No grupo que utiliza tempo parcial encontram-se três atuais estudantes da CFR.

⁵⁵ Quando é desconsiderado o custo na produção de alimentos.

4.4.2 A Pedagogia da Alternância na visão dos estudantes da CFR

A pergunta formulada aos 25 estudantes, em relação à iniciativa e influência de estudar na CFR, possibilitou múltiplas respostas. Houve um triplo empate com 8 citações que relacionaram: “os pais”, “amigos (ex-alunos da CFR)” e “iniciativa própria”; 5 responderam que “houve influência de professores da CFR”, especialmente com a visita dos monitores realizada aos alunos considerados potenciais estudantes. Ocorrem situações em que a iniciativa e/ou influência na decisão não ocorreu de modo unilateral, mas aconteceu por intermédio de mais de uma pessoa.

Na sequência, foi realizada a pergunta quanto à motivação que os levou a estudarem na CFR: 18 respostas estavam relacionadas ao “fato de poder estudar agricultura e pecuária”; 12 respostas apontaram “o fato de estudar pelo sistema de alternância, não havendo interrupção das atividades no meio rural, possibilitando conciliar estudo e trabalho na propriedade”; 4 mencionaram o “fato de os professores estarem mais presentes”; 3 responderam que “foram motivados pelos pais”; 2 citaram “o sistema de internato” e um aluno fez referência ao “estímulo de ex-aluno” como recomendação e por terem boas referências.

Posteriormente foi perguntado se na concepção dos alunos existem diferenças entre outra escola tradicional em que estudou anteriormente e a CFR; 100% das respostas foram positivas, ou seja, existem diferenças. Questionamos, então, quais seriam as diferenças e assim se posicionaram: 13 disseram “que na CFR tem maior acompanhamento e dedicação dos Professores”; 11 afirmaram “que a CFR tem matérias técnicas voltadas para a agricultura”; 9 relataram “a possibilidade de estudar e trabalhar na propriedade (alternância)”; 6, que “o ensino é melhor”; 3 alunos postaram duas citações: “melhor comunicação entre Professores e alunos” e “as amizades são mais reais”; 2 alunos responderam com duas citações: “acompanhamento nas propriedades pelos professores” e “melhor aprendizado e na CFR há mais aulas”, com uma citação apareceram três posicionamentos: “na CFR há turma menor de alunos”, “estudo em tempo integral no período de internato” e “podemos aprofundar mais as amizades (passam mais tempo juntos)”.

A CFR dá condições para que ocorra maior interação entre alunos, professores e monitores, permanecendo mais tempo juntos e, assim, facilitando ações de

desenvolvimento. Facilita conhecer melhor as pessoas e o espaço para interação tão importante, especialmente neste período da vida, sendo descrito por uma aluna que “as amizades são mais reais. O ensino é melhor, a comunicação com monitores e professores funciona melhor.” (ESTUDANTE, MOÇA, 16 anos, 1º ano). Fazendo uma correlação com as demais escolas e o sistema de ensino desenvolvido, destacamos o depoimento desta estudante:

Nas outras escolas eu aprendia menos. Aqui na Casa Familiar, além de aprender as disciplinas de agricultura, ainda posso ter um relacionamento melhor com meus colegas e professores. Também tenho acompanhamento dos monitores e professores nos auxiliando para aplicar os conhecimentos adquiridos e melhorar as coisas na propriedade (ESTUDANTE, MOÇA, 14 anos, 1º ano).

4.4.3 Aprendizado e prática

Questionados sobre a relação entre o que aprendem e o que desse aprendizado utilizam nas propriedades, 23 alunos responderam positivamente, ou seja, que existe espaço para desenvolver nas propriedades os conhecimentos obtidos na Escola, os dois restantes responderam que não tinham este espaço.

Ao serem perguntados se suas vidas e de suas famílias havia mudado após ingresso na CFR, afirmaram que houve abertura de espaço para expor os conhecimentos adquiridos: “Mudou toda a minha rotina e da família e meus pais passaram a pedir algumas informações para mim (ESTUDANTE, MOÇA, 15 anos, 1º ano da CFR). Também ocorreu progresso pessoal na comunicação, como pontuado neste depoimento: “Eu falava alto e também muito ligeiro. As pessoas não me entendiam bem. Hoje me expresso melhor. Hoje falo mais devagar, mais declarado. Os professores ajudaram a corrigir isso (ESTUDANTE, RAPAÇ, 13 anos, 8ª série da CFR).

Interrogados se há alguma atividade - em que o aluno trabalha na propriedade - que está sob sua responsabilidade, 10 respostas foram positivas, de que havia atividade pela qual eles respondiam no período em que não estivessem na Escola, enquanto 15% responderam de que não tinham responsabilidades exclusivas nos períodos em que se encontravam na propriedade.

Estimulados a responder quanto às atividades e formas de lazer, as que tiveram maior referência foram “jogar futebol” com 18 citações; na sequência, apareceu “passear com amigos” com 12; com 7 citações apareceram duas atividades: “festas” e “baile/matinê”; “assistir TV” apareceu com 5; “jogar vídeo game” com 4; com 3 citações apareceram duas atividades: “computador/Internet” e “ouvir música”; com 2 também apareceram duas citações: “andar de bicicleta” e “viajar” e com uma atividade apareceram citações de 7 alunos diferentes: “celular”, “namorar”, “fazer trilha com moto”, “curtir a vida”, “jogar baralho”, “ficar com a família” e “jogar sinuca”.

Para discutir questões relacionadas às atividades desenvolvidas na propriedade, se ocupam mão de obra intensiva, como a produção de leite, olericultura, frango e outros, 21 das repostas foram afirmativas. Foram relacionadas que a atividade “leite” encontra-se em 21 das 25 propriedades, “olericultura” em 2 propriedades e em uma propriedade surgiram as seguintes atividades desenvolvidas: “frango”, “fumo”, “sericicultura⁵⁶ (no verão)” e “piscicultura”. Portanto a atividade leiteira está presente em 21 propriedades, em 84% das propriedades dos alunos. As atividades agrícolas acima citadas são, de maneira geral, consideradas atividades menos penosas⁵⁷ aos trabalhadores, não necessitando de esforço físico como a produção de grãos, atividade principal desenvolvida no município e região nas décadas anteriores, sendo grande parte do trabalho realizado com tração animal. Com tais mudanças, passa ocorrer maior participação feminina nas atividades agrícolas.

Na sequência, questionamos os alunos se tinham ideia de como resolver questões como lazer, viagem, férias, naquelas propriedades que desenvolvem atividades consideradas com uso de mão de obra intensiva. Ocorreram 18 respostas positivas, de que estavam pensando na situação e, em algumas, já estão resolvendo a limitação da seguinte forma: para 13 é possível o “ revezamento na família”; para 5, “ajustar parentes/vizinhos”; e para 4, “contratar mão de obra”.

Quanto ao desejo ou não de continuar na atividade rural depois de formado, 18 respostas foram positivas, de que têm a aspiração de continuar na atividade rural após concluir a CFR; 6 manifestaram que não desejam continuar e uma pessoa mostrou-se ainda indecisa quanto a esta decisão.

⁵⁶ É a criação do bicho-da-seda. Mais desenvolvido nas regiões mais quentes do país e nas estações quentes na região Sul.

⁵⁷ Atividade que exige grande esforço físico da pessoa que a executa.

Sobre as vantagens identificadas pelos alunos que desejam continuar na atividade rural depois de formados na CFR, 9 afirmaram que “será para continuar aplicando os conhecimentos adquiridos na CFR”; para 3 “trata-se de uma possibilidade de produzir alimento saudável/orgânico”; para 2 menções apareceram três citações: “para continuar atividade dos meus pais”; “por ter o controle no que trabalhar” e “produzir e não precisar pagar água, aluguel e a luz é mais barata”; em 1 resposta também apareceram três citações, a saber: “porque a agricultura está dando bom retorno financeiro”; “porque tenho trabalho na propriedade com apoio dos pais” e “pela baixa qualidade de vida na cidade”.

4.4.4 Renda e consumo

Abrindo a discussão se os jovens estão satisfeitos com a atual renda familiar obtida na propriedade, 10 responderam positivamente, já 15 estariam insatisfeitos com a atual renda alcançada. No entanto, 100%, nestes 25, foram categóricos em afirmar que é possível obter mais renda na propriedade, sinalizando as seguintes atividades: “leite” com 20 citações; “olericultura” com 5; as atividades “piscicultura” e “lavouras” com 2 e “derivados da cana-de-açúcar” com uma citação. Em geral, o aumento da renda será possível com a ampliação da atividade já existente nas propriedades, conforme mencionaram os entrevistados.

O alto índice de participação na atividade leiteira é justificado pela busca de entrada mensal de recurso nas propriedades dos agricultores, além do preço praticado que está acima da média praticada historicamente. Enquanto o preço histórico praticado no país, considerando um período de 40 anos para o Estado de São Paulo, o valor é de US\$ 0,21⁵⁸ pago pelo litro de leite. No ano de 2011, relacionando com a região Sudoeste do Paraná o preço recebido pelos agricultores oscilou entre R\$ 0,75 a R\$ 0,90, duplicando o valor histórico recebido pelos agricultores. Preço este que tem um comportamento ascendente na região, conforme demonstramos na tabela 9. Salientamos, também, que o sistema utilizado

⁵⁸ Informação disponível em http://www.baldebranco.com.br/noticias/pgnoticias_det.asp?MDY6NTk6MD8MTI0 – Acesso em: 28 de fevereiro de 2012.

na região, focado principalmente na produção a pasto, reduz o custo do leite, resultando em maior margem (sobras) de recursos aos agricultores.

Analisando a satisfação em relação à renda obtida na propriedade, considerando o percentual que sobra para os estudantes, fruto de seu trabalho e relação familiar junto à propriedade, somente 6 manifestaram-se “satisfeitos”, enquanto 19 mostraram-se “insatisfeitos”. Esta é uma discussão muito intensa levantada seguidamente pelos jovens e organizações dos agricultores familiares, considerando que são pouco reconhecidos. Argumentam que têm desejos e necessidades de consumo. Aqueles que têm jornada de trabalho na propriedade não possuem um valor estipulado para receber pelo trabalho desenvolvido. Não há garantia de valor monetário no final do mês, assim não dispõe de recursos desejados para, pelo menos, ter um lazer com os amigos, muito menos poder adquirir um veículo (motocicleta ou carro) para se deslocar livremente nos fins de semana. Espelham-se em amigos, parentes e vizinhos que deixaram a propriedade e “conquistaram autonomia financeira”. Este quadro instiga, de alguma maneira, ao jovem que ainda convive com os familiares a percorrer destinos fora do meio rural. Há necessidade de políticas públicas mais agressivas que façam um contraponto à situação vigente, especialmente para os jovens originários das propriedades que não tem assegurado um rendimento mensal e apresentam forte desejo de manter seu projeto de vida no meio rural.

Ao serem questionados se existe discussão na família para desenvolver atividade agrícola e não agrícola, agregadora de renda via implantação de agroindústria, do turismo rural, do artesanato e afins, na propriedade rural, 5 dos entrevistados afirmaram que esta análise familiar existe, passando pelas atividades de “agroindústria de queijo”, “turismo rural”, “artesanato”, “produção pequenos animais” e “olericultura”.

4.4.5 Permanência da juventude nas propriedades

Ao ser interrogado sobre o que é necessário melhorar no meio rural para que a juventude permaneça na propriedade, fazendo dela um projeto de vida, houve múltiplas respostas: 14 menções foram de que “deveria ter melhores preços pagos aos produtos agrícolas”; 12 respostas referiram-se à “necessidade de ter acesso a recursos para investimentos tais como terra, máquinas, equipamentos”; 6 citaram a “melhoria da

tecnologia (máquinas e equipamentos) para facilitar o trabalho”; 5 disseram “agregar qualidade e valor ao produto”; 4 sinalizaram “mais apoio e acompanhamento técnico para o desenvolvimento das atividades agrícolas”; 2 apontaram 4 menções como “assessoria para discutir o assunto”, “apoio para desenvolvimento sustentado”, “produção orgânica” e “aumentar a produtividade”, em uma oportunidade apareceram 4 alusões relacionando o “apoio familiar para desenvolver a atividade”; “não ter poluição”, “ter mais cuidado com as fontes de água”, “possuir espaços para o lazer”.

4.4.6 Vantagens e desvantagens do campo

Quanto às vantagens e às desvantagens do campo na percepção dos atuais 25 estudantes da CFR de Francisco Beltrão, as respostas em relação a esta dicotomia indicaram que, 14 dos jovens “gostam das atividades desenvolvidas no meio rural, seguindo a tradição da família”; 10 sinalizaram pela “melhor qualidade de vida”; para 6 “porque é motivado pelos pais”; com 5 citações surgiram duas menções relacionando “a possibilidade de renda melhor” e “por não ter qualificação para trabalhar na cidade”; com 3 entrevistados apareceram duas citações, “por visualizar avanços na propriedade obtendo mais renda” e “ter terra favorável para trabalhar”; com 2 também apareceram duas respostas “de que gostam de permanecer perto dos pais” e “por já ter algo que está bem desenvolvido”, referindo-se a uma propriedade com bom desempenho econômico. Finalmente, nesta questão apareceram duas citações com um entrevistado mencionando “ser um lugar tranquilo para viver” e “do trabalho no campo ser um trabalho sem patrão, sem horários rígidos”. Neste item podemos constatar que transparece o apego à terra, tradição, qualidade de vida do campo e a motivação vinda dos pais como vantagens apontadas pelos jovens. Portanto, a sucessão das propriedades está relacionada com o momento em que estas vivem, considerando o rendimento, valorização da atividade e também a percepção positiva que os pais passam aos seus descendentes, os potenciais sucessores.

Relacionamos alguns depoimentos dos estudantes expressando qual era a motivação, o que corrobora na decisão da juventude continuar no meio rural: “pela ideia que o pai passa para o filho desde que nasce. Para continuar o “negócio” da família”

(ESTUDANTE, MOÇA, 15 anos, 1º ano). Outra situação, “porque já tem alguma atividade na propriedade dos pais que está bem desenvolvida. Por ter um gosto pelas atividades do campo e tenha as condições necessárias para poder desenvolvê-la” (ESTUDANTE, RAPAZ, 15 anos, 2º ano). No depoimento a seguir também há questões emocionais: “pelas facilidades e pela qualidade de vida além de estar perto da família e das pessoas que você ama” (ESTUDANTE, RAPAZ, 17 anos, 2º ano). Também foi lembrada a segurança de desenvolver um trabalho que já é executado, a lembrança da ‘possível’ autonomia e renda: “por ser uma atividade que os pais fazem e o jovem continua fazendo. Por ser um serviço sem ser mandado e ter uma renda maior com menos trabalho” (ESTUDANTE, RAPAZ, 15 anos, 2º ano).

Quanto à autonomia no desenvolvimento de atividade rural, uma liderança regional, homem, 57 anos, que desenvolve atividade leiteira como a principal em sua propriedade, recentemente, em reunião de avaliação de projetos, ao trabalharem o conceito de liberdade, assim se expressou: “liberdade é eu e minha família poder definir, sem pressão externa, questões da propriedade tais como: o que eu quero produzir, como e o quanto eu quero produzir”. Portanto, esta liderança define como um ponto relevante o trabalho na propriedade rural, o fato de ele e sua família poderem escolher e dimensionar o projeto a ser desenvolvido. Essa fala estabelece uma contraposição direta com alguns setores agrícolas nos quais a decisão vem de fora da propriedade, isto é, vêm das empresas, principalmente aquelas que realizam um “contrato” de integração⁵⁹ com os agricultores.

Na sequência, questionamos ao grupo de estudantes qual era o entendimento quanto à razão do jovem migrar para a cidade. Obtivemos 12 respostas com duas menções: “busca de melhor renda” e “por ter mais oportunidade de trabalho”; 4 respostas com duas outras alusões: “por ilusão de ter uma vida melhor” e “por falta capacitação técnica para desenvolver as atividades agrícolas”; 3 para “ter um trabalho mais satisfatório e mais leve”; em duas entrevistas surgiram três citações: “os pais desejam uma vida diferente aos filhos”, “não precisa trabalhar todos os dias” e “porque faltam políticas públicas e serviços de apoio próximos ao campo”; com uma citação foram contabilizadas oito respostas, entre elas que “o dinheiro está garantido no fim do mês”, “mais possibilidades de lazer”, “preço

⁵⁹ É um sistema de parceria integrada entre agricultores e agroindústrias integradoras, visando planejar e realizar a produção de matéria-prima, bens intermediários ou de consumo final, e cujas responsabilidades e obrigações recíprocas são estabelecidas em contratos de integração. Mais informações disponíveis em <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=92151&tp=1> - Acesso em: 13 de junho de 2012.

baixo dos produtos agrícolas recebidos pelo agricultor”, “por influência de pessoas da cidade”, “acesso a Internet”, “as garotas”, “por facilitar os estudos” e “para curtir a vida”.

4.4.7 Participações em ações comunitárias, organizativas e acesso a políticas públicas

Ao serem perguntados sobre questões pertinentes a sua comunidade, quanto à participação de atividades comunitárias, 16 entrevistados responderam positivamente, tinham algum tipo de inserção e participação em sua comunidade de origem. Relataram suas participações nas seguintes atividades: 8, “ajudando em festa e eventos”; 8 apontaram “a participação em atividades relacionadas com a Igreja”; 4, “com futebol”; 2, “com matinê” e uma resposta citando atividade relacionada “com grupo de jovens”.

Para constatar a percepção do jovem em relação aos problemas mais gerais, perguntamos quais os principais problemas identificados na comunidade em que residem. Nesta questão, 9 responderam que “as estradas estavam ruins”; 7 que “faltam ações de cooperação entre os moradores”; 4 apontaram que “falta campo de futebol na comunidade”; 3 apontaram “pouca orientação técnica aos agricultores e falta de cursos especializados”; em 2 entrevistas apareceram duas citações, “fofocas e intrigas” e “venda e usuários de droga”; com uma citação surgiram cinco menções, sendo elas, “questões pessoais”, “falta de equipamentos de uso comunitários”, “faltam projetos para a agricultura familiar”, “poucas formas de lazer” e, por fim, a posição “não sabe identificar” que traduz neste momento uma impossibilidade de contribuir para o diagnóstico da comunidade.

Ao serem questionados sobre como seria possível resolver tais problemas ou, pelo menos, parte dos problemas identificados em sua comunidade, tivemos 9 respostas definindo “que deveriam reunir a comunidade com as autoridades para conversar”; para 7 “deveriam motivar as pessoas para discutir as questões de interesse local”; em uma resposta houve quatro citações, ressaltando que “é necessário mostrar para as autoridades que a cidade precisa da agricultura para sobreviver”, “melhor acompanhamento técnico”, “assessoria para discutir os problemas” e “existir mais recursos para investimento”.

No que diz respeito à participação das famílias dos jovens estudantes em organizações de fora da comunidade e que possuem inserção nas comunidades, relacionados a sindicatos e cooperativas, 14 afirmaram que seus pais têm ação junto ao

sindicato da categoria, que é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão. Aquelas famílias que não têm participação com a atividade sindical apontaram : 4 como causa “a falta de interesse”; 2 com duas citações: “não sentem necessidade” e “não sabemos como funciona” e uma entrevista aponta que “somos arrendatários e não sentimos necessidade”.

Sobre a participação em cooperativas da categoria, 13 pais estão vinculados à Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL). Quanto às Cooperativas de produção, os alunos entrevistados apontam que 3 famílias são cooperadas da Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF) e 2 participam de ações com a Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar (COOPAFI).

Quanto ao acesso das famílias às políticas públicas, 16 respostas foram afirmativas. A participação tem um nível de engajamento, conforme destacamos, em que acessam ao Pronaf 15 famílias; 4 a habitação rural; 2 acessam à bolsa família; 2 estão em área de assentamento do INCRA e um no Banco da Terra (BT), atual Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

4.4.8 Conceito e recomendação da CFR na visão dos estudantes

Perguntados se recomendariam o estudo na CFR para a juventude rural, 100% dos entrevistados, os 25 estudantes deram respostas afirmativas, portanto, todos os atuais estudantes avalizariam esta CFR de Francisco Beltrão a um jovem em situação semelhante. Quanto às razões desta indicação, 18 respostas foram “pelo aprendizado e valorização do meio rural e ensino de técnicas agrícolas que a CFR proporciona”; 4 respostas indicam que “com o estudo na CFR abre muitas oportunidades”; 2 pelos “ótimos professores e monitores”; com uma frequência apareceram duas citações “mais disciplinas (matérias)” e também o parecer “ótimas comidas”.

A pesquisa neste item que aborda a recomendação da CFR a outros jovens mostra uma concepção forte dos atuais estudantes quanto à importância do ensino, recomendando que outros jovens também cursassem e tivessem a oportunidade de receber os conhecimentos difundidos por esta Escola, especialmente por aqueles candidatos que têm afinidade e querem desenvolver um projeto de vida no meio rural.

4.4.9 Atividades desenvolvidas e aquelas que proporcionam renda

Entre as atividades desenvolvidas na propriedade dos familiares dos estudantes, disparadamente a produção de “leite” aparece em 21 das unidades familiares, a produção de “grãos (especialmente milho)” em 11; a “olericultura” em 7; a “avicultura de corte”, a “sericicultura” e a “piscicultura” em 2; o “eucalipto”, o “fumo” e a “agroindústria da cana-de-açúcar” que realiza a produção de melado e açúcar mascavo aparecem cada uma em uma propriedade.

Fazendo um recorte nessas atividades, considerando aquelas que proporcionam renda, o “leite” representa remuneração em 80% das propriedades, os “grãos” em 28%, em 8% aparecem a “olericultura” e a “piscicultura” e em 4% das propriedades a renda vem da “avicultura de corte”, do “eucalipto”, do “fumo”, da “venda de milho verde” e da “reforma de estofamento (de móveis e veículos)”, uma atividade não agrícola desenvolvida no meio rural. Uma propriedade não tem geração de renda proveniente de atividades agropecuárias, pois ela está localizada em uma Vila Rural, que tem uma área de 0,5 ha.

A produção de leite apontada por 20 (80%) estudantes como atividade que produz renda para as propriedades é relativamente nova no município e na região. Teve incremento maior de produção no final da década de 1990 e com avanço considerável na última década. A bovinocultura de leite vem em substituição à produção de grãos que era a atividade principal nas propriedades familiares. Tal mudança foi incorporada devido à reduzida competitividade da produção desse tipo de cultivo quando praticada em pequena escala.

Dos 25 estudantes pesquisados constatamos que três deles realizam atividade fora da propriedade rural, com assiduidade de dois a quatro dias por semana, realizado naqueles períodos em que não se encontram em sala de aula. Portanto, de forma descontínua. Quanto à característica desses trabalhos, um deles é exercido na cidade e dois no interior, dos quais um é em projeto de turismo rural e outro, trabalho doméstico.

4.5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA COM EGRESSOS DA CFR

4.5.1 Abrangência e Caracterização dos Egressos

Realizamos, durante os meses de novembro e dezembro de 2011, um total de 12 entrevistas com egressos da CFR de Francisco Beltrão; destes, seis desenvolvem a atividade rural atualmente, um deles desenvolve concomitante atividade no meio urbano. Os outros seis ex-alunos, atualmente, estão desenvolvendo atividades no meio urbano de Francisco Beltrão, excetuando-se um que trabalha em empresa localizada no meio rural.

Os 12 jovens entrevistados (10 rapazes e 2 moças) apresentam idade entre 19 e 36 anos e observamos opiniões diferentes entre os 6 jovens egressos (5 rapazes e 1 moça) que, hoje, estão desenvolvendo atividade no meio rural, os quais denominaremos “egressos com sucessão” e aqueles 6 jovens (5 rapazes e 1 moça) que estão trabalhando no meio urbano, os quais enunciaremos “egressos sem sucessão”, motivação pela qual nos levou a avaliar e apresentar separadamente as informações obtidas. No último grupo, dos seis egressos, somente um descartou a possibilidade de voltar ao meio rural, enquanto que os demais avaliam a possibilidade de retorno.

4.5.1.1 Os Egressos com sucessão e as percepções da CFR e da permanência nas propriedades rurais

Ao serem perguntados quanto a motivação que os levou a estudarem na CFR de Francisco Beltrão, as respostas foram unânimes referindo à oportunidade de estudar conteúdos do meio rural e, com alternância, continuarem trabalhando e poderem aplicar imediatamente os conhecimentos nas propriedades rurais de origem. Entre as percepções ilustramos algumas que reforçam a motivação quanto à escolha: “a gente gosta de trabalhar na roça, eu trabalho com vontade de mexer na terra, com o bicharedo”. Também

apareceram um desejo e uma meta: “Eu decidi estudar na CFR porque eu queria melhorar a minha propriedade e queria que ela se tornasse uma propriedade modelo”.

Um dos objetivos da Escola é tratar as necessidades, carências que impedem ao desenvolvimento da agricultura pelos agricultores e seus familiares. Questionados sobre este papel, 100% dos egressos responderam que estas necessidades eram convenientemente equacionadas. O sistema de alternância é apontado como positivo pela junção de teoria e prática, conforme destacadas: “estudava uma semana e vinha pôr em prática em casa, e assim era mais difícil esquecer”.

O papel desempenhado pelos monitores foi ressaltado nas entrevistas, considerando que o ambiente era acolhedor, comparado a uma extensão da família: “Igual família, né. Na verdade nós éramos tudo irmão, não tinha segredo. Ambiente familiar mesmo”. Quanto ao relacionamento com os familiares, os monitores tinham o papel de ajudar na negociação com os pais para implantação de novas técnicas nas propriedades rurais e demais mudanças trabalhadas na CFR, cujos avanços foram-se efetivando com o decorrer do tempo de Escola, conforme essa manifestação, “no começo as famílias não aceitavam algumas coisas”. Quanto à estratégia de trabalho desenvolvida pelos monitores para implementação de mudanças junto aos familiares dos alunos: “tentavam implantar sem ter atrito com a família”.

Os ex-alunos apontaram alguns ajustes e melhoramentos que consideram, em tese, essenciais para o funcionamento da CFR de Francisco Beltrão, destacando-se: “Precisa se adequar sempre mais numa linha de se ajustar à realidade”, considerando a evolução e novas demandas do meio rural. Foi apontada a premência de se realizarem melhorias “na gestão e mais autonomia para a Associação”. Mais alguns avanços foram apontados, porém vários deles tiveram evolução recente, entre eles o “alojamento” que foi o mais citado.

Quanto ao progresso desenvolvido nas propriedades devido aos conhecimentos adquiridos, foram enunciadas melhorias na “lavoura”, “controle de pragas na lavoura”, “manejo leiteiro”, “olericultura”, “administração da Propriedade”, “produção de leite”. Ao nível da vida pessoal os avanços enumerados foram os de melhoria na comunicação, “na época olhava para tudo e já ficava vermelho”, “ajudou bastante porque a gente era meio acanhado, envergonhado, nós fazíamos prática lá na frente para perder o medo” ou “a gente era mais tímido” e no relacionamento com os pais ao discutir ações da propriedade “a Casa ajudou para sentar e resolver os problemas”. Quanto à inserção na comunidade em que seus familiares vivem, citamos como exemplo as seguintes frases “passei a participar

mais da comunidade” ou uma posição mais contundente “proporcionou a CFR condições e facilitou minha inserção de participar em público, falar em público”. Estes seis jovens possuem atividade intensa em suas comunidades, seja com adultos nas Associações de Moradores, seja no grupo de jovens. A CFR propõe-se a formar cidadãos, atores sociais que estejam conectados com a comunidade e desenvolvam ações junto a elas.

Outra situação recorrente, quando se trata de sucessão familiar é quanto ao relacionamento entre pais e filhos e o espaço que estes dispõem para praticarem os conhecimentos adquiridos. Neste item, todos os entrevistados concordaram que havia colaboração e percepção da importância deste momento pelos pais. Às vezes, este espaço tinha que ser conquistado, “eu tinha uma abertura porque minha família era aberta ao novo”. “Às vezes precisava ser comprovado com o teste de uma pequena área”, ou então, em um animal - “aplique nesta bezerra”. Nessa fase, também foi muito decisiva a participação dos monitores “eles vinham e a gente implantava junto com a família” ou, então, as coisas funcionavam assim “devagarzinho a gente foi conquistando o espaço”. Porém, também ouvimos um depoimento que traduzia angústia: “A maioria dos alunos se queixavam que queriam praticar em casa, mas os pais não davam espaço para melhorar a propriedade”. Tal depoimento expressa a realidade vivenciada em propriedades em que os alunos não têm espaço para praticar, desenvolver os conhecimentos adquiridos na CFR.

Questionados quanto ao lazer e como era resolvida a possibilidade de ausentar-se da propriedade rural, especialmente nos finais de semana, já que em cinco propriedades eram desenvolvidas atividades com a produção de leite (bovinos) e/ou frango ou peru (avicultura), consideradas como de uso intensivo de mão de obra, ou pelo menos, era imperioso o acompanhamento diário da atividade, cinco dos entrevistados indicaram a ajuda da família: “Como somos duas famílias, com meu pai, nos dividimos. Cada final de semana uma família fica de folga”, em outra situação “fazemos um planejamento com a família”. Um dos egressos tem namorada na cidade dizendo que planeja com a família que “durante a semana fica o máximo em casa e sai no final de semana”. Questionado se deseja se mudar para a cidade futuramente, respondeu: “Só mesmo se for para morar, mas trabalhar só mesmo aqui na propriedade”. Além de demonstrar sua preferência por trabalhar no meio rural, indica a facilidade de deslocamento que a malha viária permite; o asfalto viabiliza o acesso à cidade, e poderemos enumerar cerca cinco vias de acesso à Francisco Beltrão, além de o interior ter estradas conservadas com calçamento (paralelepípedo) ou então por cascalho, possibilitando trânsito em qualquer período do ano.

Com relação à renda obtida na propriedade, cinco entre os seis entrevistados deste grupo mostraram-se satisfeitos, porém todos projetam realizar investimentos em bovinos de leite e avicultura como forma de ampliar a renda da propriedade. No entanto, o sexto egresso pesquisado está complementando a renda familiar com emprego na cidade argumentando e projetando seu futuro e de sua família no meio rural, salientando que “meu sonho é me organizar financeiramente e me dedicar totalmente à propriedade, realizando produção agroecológica de alimentos”.

Quando o assunto é sucessão familiar, lembramos os principais benefícios disponíveis e perguntamos o que é preciso melhorar no meio rural para que o jovem permaneça e, então, tivemos posições das mais diferenciadas, desde “hoje tem tudo fácil... O que falta é vontade de trabalhar. Nunca estive tão bom para a agricultura”. Também o posicionamento de que “teria que ter um incentivo maior para qualificação técnica e agrônômica”, como também o argumento “ter uma Reforma Agrária que atenda também ao jovem do campo”, referindo-se às propriedades que possuem mais de um filho e a disponibilização de recursos possibilitando que um destes filhos permaneça nesta terra, realizando o pagamento aos demais que não desejam continuar na propriedade. As normas do atual programa de acesso à terra descredencia tal situação e tende para que as propriedades sejam negociadas com outras pessoas, não com os sucessores.

Ao indagarmos aos jovens egressos quanto aos principais problemas que existem na comunidade em que vivem, a preocupação da sucessão das propriedades rurais foi o tema mais recorrente. “O problema é quem vai continuar na propriedade, está ficando uma agricultura de velhos”. Outro jovem expressou o que estava visualizando: “aqui na nossa comunidade está ficando poucos jovens e a comunidade está envelhecendo”. Esta população envelhecida tem na aposentadoria um amparo que dá segurança a um número significativo de agricultores, conseqüentemente estes também reduzem o volume das atividades rurais pela importância que representa o apoio financeiro da previdência. Um comparativo com a população atual e aquela de décadas anteriores, especialmente naquelas propriedades que ainda têm a produção de grãos como única atividade e que produz pouca renda para as famílias, pela reduzida área de terra, além de não possuir atividade agrícola que se traduza em ingresso de recursos mensais:

Sempre vejo comentário que a juventude está ficando muito pouco nesta comunidade. Visto o que era de 20 anos atrás e vendo agora, está ficando pouco jovem. A maioria procura serviço fora, que lá eles trabalhando,

eles podem fazer um “pezinho de meia”, comprar uma terra, alguma coisa, mais tarde. Porque hoje os agricultores vão plantar o milho dá bastante, quando vão vender não paga o custo de produção, eles ficam devendo. Eles não conseguem aquela renda para investir em outras áreas e atividades da agricultura familiar (JOVEM EGRESSO Nº 15).

Indagamos sobre como se resolve esta questão e obtivemos uma resposta que faz referência também ao relacionamento entre pais e filhos bem como o apoio aos jovens, além da disponibilidade de recursos:

Tudo hoje na vida tem uma solução para qualquer coisa. É só um pouco os pais poder incentivar os filhos a permanecer na agricultura familiar e um pouco o governo liberar financiamento. Às vezes fala que tem (recursos), o jovem vai lá, fala para vir tal dia e nunca tem resposta se vai sair ou não. E a maioria acaba desistindo (JOVEM EGRESSO Nº 15).

No próximo depoimento, podemos inferir que esta comunidade está carente de uma assessoria que possibilite o diálogo entre os atores:

Hoje, o problema maior da comunidade é reunir o pessoal. O relacionamento é complicado. Que um tem uma ideia e outro tem outra e no interior não está dando certo, não fecha. O pessoal não consegue se acertar. Na verdade, na comunidade, hoje, cada um quer para si, ninguém mais quer trabalhar para a comunidade. O problema mais sério é este (JOVEM EGRESSO Nº 16).

De acordo com o relacionamento com a comunidade acima descrito, aparentemente há um encontro de novas com velhas ideias, o que já está instituído pelos pais e o avanço possível e desejado pela juventude, o encontro entre gerações novas com os mais velhos que Bourdieu (1983) tem trabalhado como transparece neste depoimento “a comunidade nossa não é muito unida em questão de ir lá, adquirir mais equipamentos, acham que o que tem está bom. O pessoal deveria ter uma visão diferente” (JOVEM EGRESSO Nº 14). Pelas informações corroboradas também pelo trabalho que desenvolvemos anteriormente nesta comunidade, observamos reduzida renovação de lideranças e a juventude está alijada do processo de decisão de questões que fazem referência aos pleitos locais.

Quanto à importância de CFR na vida e nas famílias dos egressos, na percepção dos jovens:

É uma Escola que ajuda a resolver meus problemas. Deu-me sustentabilidade, me deu segurança para chegar em casa e conversar. É uma Escola que dá conhecimentos para tocar projetos na propriedade e na comunidade. Embora eu fosse o único da comunidade que cursou a Escola, se tivesse oportunidade faria tudo de novo (JOVEM EGRESSO Nº 11).

Também foram provocados se recomendariam a CFR para outros filhos de agricultores, pelo que foi lembrado que “se ele quisesse ficar no meio rural, eu recomendo a CFR” ou também uma manifestação que considera e questiona o sistema tecnológico soberano encontrado “diante da realidade, apesar da CRF não atender toda a necessidade do campo, é uma alternativa melhor do que uma educação tradicional, ditada pelo capital, pelo neoliberalismo tecnicista, como tratar isso...” (JOVEM EGRESSO Nº 13).

A importância do apoio dos pais para a permanência dos filhos no meio rural foi discutido anteriormente, quando analisamos o posicionamento dos atuais alunos da CFR. Chama a atenção o depoimento do egresso de que os pais não apostavam no futuro do filho na agricultura e não apoiaram que ele cursasse a CFR:

No começo eles não queriam que eu fizesse, mas aos poucos eles, a mãe queria que eu fosse estudar fora (meio urbano) que aqui não era vida. Acho que estão mudando de ideia. Que aqui a gente leva uma vida boa, sossegada. É uma vida boa no interior, sossegada sem se estressar (JOVEM EGRESSO Nº 14).

Questionados se a cidade, de alguma forma, os atrai, tivemos depoimentos diversos em relação ao tema: “a cidade só uma vez por mês para fazer o rancho” ou então considerando o bom momento que a agricultura vive e lembrando a influência da mídia na escolha das pessoas. “Não tem como dizer que não, mas no momento, não. Estamos satisfeitos com o que estamos fazendo e gosto do que faço. A mídia faz a cabeça dos jovens, porque a mídia leva as pessoas aonde ela quer” (JOVEM EGRESSO Nº 12). Em outro depoimento, é ressaltada a decisão de trabalhar no meio rural, no entanto por namorar uma moça da cidade, pondera: “Não, não me atrai a cidade. Não quero trabalhar lá. Talvez fosse só morar lá. Tenho uma namorada e talvez eu somente more lá, se for necessário. Mas só morar” (JOVEM EGRESSO Nº 14).

Destacando a participação do Governo Federal e sua intervenção no campo, o jovem relata a importância de programa pelo qual foi beneficiado:

O governo incentiva muito a agricultura para o jovem hoje. O PRONAF Jovem foi uma ajuda. Às vezes um jovem não tem como fazer aquelas coisas que quer melhorar na propriedade. Tem alguma coisa que quer que dê melhor, precisa ter recursos financeiros para praticar (JOVEM EGRESSO N° 15).

No depoimento seguinte, o jovem, depois de formado na CFR, teve a experiência de trabalhar por um ano num emprego na cidade. Esta experiência ajudou a definir o futuro que deseja para ele, discorrendo também sobre a menor penosidade para os agricultores e menor carga horária de algumas atividades:

Acho que aqui dá mais lucro⁶⁰ hoje. Na verdade, uma vez que lá [cidade] você é mandado. Você tem cumprir horário, cumprir horário. Aqui, apesar de todos os problemas que tem, você vai para a roça no horário que quer, volta na hora que quer, não tem ninguém que te faça cumprir o horário. Apesar de que o cara vai trabalhar sempre, porque senão trabalhar não vai ter lucro. Uma vez se falava em lavrar era com boi, hoje é com trator. Quando se falava em tirar leite era manual, hoje é com ordenhadeira. Tudo está mais facilitado, as máquinas estão ajudando e bastante. Se uma mulher hoje pode tirar leite, o homem também pode ajudar dentro de casa (JOVEM EGRESSO N° 15).

Embora historicamente “tirar leite” tenha sido uma tarefa quase que exclusivamente feminina, pois era desenvolvida com poucos animais, quase sempre a produção para o consumo familiar, sem muita demanda de mão de obra, no depoimento acima, a referência é para a propriedade que possui quantidade razoável de animais. Na atualidade, devido ao avanço da bovinocultura de leite no município e região, o trabalho quase sempre é realizado com o auxílio de equipamentos, possibilitando que também a mulher, embora numa produção em maior escala, possa ter desempenho tal como o homem. E aí a lembrança na manifestação acima de que o homem poderia substituir a mulher na cozinha, havendo uma troca de papéis entre os parceiros.

Quando discutimos sobre dificuldades, desconforto e predominância do trabalho masculino na agricultura, elas vieram de um período, de acordo com a posição de Brumer e Giacobbo, em que “é preciso reconhecer que, embora as atividades produtivas sejam desenvolvidas em conjunto pelos membros de uma mesma família, em nossa sociedade, essa é uma atividade tipicamente masculina.” (BRUMER; GIACOBBO, 1993). A

⁶⁰ Nesta situação foi usado expressando além de valores unicamente materiais.

ponderação de Brumer (2007) é necessária, quando acreditamos que conforme depoimentos anteriores, “é preciso verificar também em que condições as moças mostram interesse na agricultura, permitindo reverter a tradicional exclusão das mulheres da atividade agrícola” (BRUMER, 2007, p. 7 - 8). Constatamos uma presença maior da mulher nas atividades agrícolas da região, seja pelo auxílio de máquinas e equipamentos que diminui o esforço físico e o trabalho é desenvolvido com menor penosidade, seja nas novas atividades ampliadas na região, entre elas na agroindústria, turismo rural, agroecologia e fruticultura.

4.5.1.2 Os Egressos sem sucessão e as percepções da CFR e da permanência nas propriedades rurais

Neste grupo de egressos, embora desempenhem atividades no meio urbano, três deles (50%) desenvolvem atividades relacionadas com o meio rural, estando em contato constante com agricultores. Quanto à procedência destes seis ex-alunos, dois deles são de família de arrendatários, não dispoem de terras para sucessão, três, de propriedades pequenas, com renda reduzida. O sexto jovem argumentou que, ao optar por estudar na CFR, não tinha claro qual a profissão que visualizava para seu futuro e hoje definiu por trabalhar na cidade, inclusive já cursou Faculdade, em área para desempenho no meio urbano.

Ao serem questionados quanto à motivação que os levou a estudarem na CFR de Francisco Beltrão, as respostas não diferem muito das dos jovens com sucessão em relação “a aprender coisas do meio rural”, “unir teoria e prática”, “poder ajudar em casa” devido à alternância. Nesta questão, aparecem duas citações diferentes. Numa, o jovem, que tinha parado de estudar por algum tempo, relata que “tava mais velho para entrar num colégio normal, a gente grandão e os outros pequeninos. Criava dificuldade. E lá (CFR) falavam todos a mesma língua. Trabalhava coisas diferentes, mas era tudo agricultura” (JOVEM EGRESSO Nº 22). Noutra situação, uma jovem relata que não fôra aprovada na Escola em que estudava e sentia-se constrangida em repetir o ano, em voltar para aquela instituição de ensino. A razão de sua saída do meio rural também foi relatada: deu-se num período em

que a produção de grãos era ponto forte e a renda gerada era insuficiente nas pequenas propriedades:

Olha, naquele período, eu tinha reprovado no 6ª série do colégio regular, então, eu pensei assim, até falei para mim mãe: eu não quero voltar ao mesmo colégio, ficaria até com vergonha. Daí minha mãe falou, oh eu passei na CFR, é para as pessoas que querem aprender para ficar na lavoura, se fizer lá é até a 8ª série. Ah, eu quero. Vim e fiz os três anos. Depois de um ano de formada vim para a cidade, faltavam recursos para viver na agricultura. Produzia só grãos. Hoje, a família tem bovinos de leite (JOVEM EGRESSO N° 26).

Quanto a CFR dar resposta às dúvidas que ocorrem nas propriedades, tivemos somente respostas positivas, porém com a ressalva de que o resultado “depende da dedicação de cada aluno”, ou então “não depende só da Escola” ou ainda lembrando de que, no final da década de 1990, “tinha a ideia, os projetos, mas não tinha os recursos para ser aplicados”, situação esta superada com o Pronaf, que, inicialmente, disponibilizava somente recursos para o custeio, posteriormente ampliado para investimento, este constituindo-se numa válvula propulsora para o desenvolvimento das propriedades rurais, trocando a produção unicamente de grãos para a diversificação das atividades existentes, além de trazer trabalho e renda aos empreendimentos. O papel desempenhado pelos monitores motivou muitas lembranças positivas, corroborando um ambiente positivo para a aprendizagem. Na posição dos egressos havia uma postura diferenciada em relação às demais escolas em que “davam conselhos”, “ambiente familiar mesmo”, “como se fosse um pai, uma mãe para auxiliar”. Nesse depoimento são salientados os avanços conseguidos:

Era uma relação mais próxima, é mais interessante pela liberdade para tirar dúvidas e tal. É quase que nem uma família. Tá mais próxima e convive mais tempo junto, mais objetivo, então, é bem mais produtivo. Ajuda também quem tem dificuldade de aprender e, às vezes, não tem liberdade de perguntar (JOVEM EGRESSO N° 25).

Em relação às melhorias necessárias para que o ensino praticado tivesse melhor aproveitamento, oferecendo melhor formação dos alunos foi apontada a importância de ter um certificado que possibilitasse “atuação como técnico”. Para os alunos, nos primeiros anos de CFR, não havia o colégio regular e quem continuou estudando fez a ressalva de que “teve falta de matéria de colégio regular, apontando dificuldades no 2º grau”. No

entanto, uma questão que apareceu nesta fase da discussão e voltou a aparecer na conversa com os pais de alunos foi uma terra para realizar experimentos, um espaço para práticas e produzir alimentos para a Escola:

Se ela [CFR] tivesse um sítio onde pudesse produzir alimentação para ela se manter seria muito útil, produzindo a alimentação e espaço para os alunos praticarem e até terem uma renda para aquisição de equipamentos. Diminuiria também o que os alunos trariam de casa (JOVEM EGRESSO Nº 22).

As melhorias efetivadas nas propriedades graças aos conhecimentos obtidos na CFR foram citadas: “cultivo de milho”, “espaçamento dos cultivos”⁶¹, “olericultura”, “rotação de culturas”⁶², “consórcio de culturas”, “criação”, “vaca de leite”, “suínos”, “plantio direto”⁶³, “implantação de galpão de fumo”, “redução do uso de agrotóxicos”, “abandono do cultivo de fumo”. Destacamos um depoimento em que poderá estar expresso um conflito de gerações, “a principal melhoria foi a questão de abrir a cabeça para aprender novas coisas. Aceitação de mudanças pela família em si, especialmente do pai” (JOVEM EGRESSO Nº 25). Os jovens relatam que conseguiram vencer a timidez, desenvolveram a capacidade de se expressar. Relatando que “era tímido, era fechado” ou de que a Escola “ensinou a meter mais a cara” culminando com avanços como “aprenderam a cobrar seus direitos” nas atividades e ações do dia a dia.

O relacionamento entre pais e filhos e o espaço para pôr em prática os conhecimentos teve diferentes posicionamentos neste grupo de ex-alunos. Posições como “pais totalmente abertos”, “realizava o que não precisasse de dinheiro” ou então ponderação e muita conversa, vejamos: “tem que se entender. A terra é deles e você quer fazer alguma coisa... É preciso planejamento para que ocorra um entendimento para que as

⁶¹ É o espaçamento de plantio recomendado pela pesquisa de determinado cultivo agrícola em que ocorre maior produtividade.

⁶² É a prática desenvolvida nas propriedades rurais alternando o cultivo de espécies vegetais, numa mesma área agrícola, com o objetivo de recuperação do solo. Mais informações disponíveis: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Soja/SojaCentralBrasil2003/rotacao.htm>.

⁶³ É uma prática conservacionista de cultivo de vegetais com revolvimento mínimo do solo, mantendo-se o solo sempre coberto por plantas em desenvolvimento e por resíduos. Mais informações disponíveis: http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Milho/CultivodoMilho_2ed/mandireto.htm.

partes sejam contempladas” (JOVEM EGRESSO Nº 26). Já noutra situação são relatadas grandes dificuldades:

A dificuldade com o pai é que ele é do tempo meio antigo, ele não queria ouvir a gente. Ele achava que a gente queria mandar, mas a gente queria só praticar os conhecimentos. Ele não confiava muito também nos conhecimentos que eu queria transmitir. Algumas coisas a gente conseguia repassar, consegui aplicar (JOVEM EGRESSO Nº 25).

Brumer (2007, p. 14), ao entrevistar jovens e seus pais que trabalham lado a lado, no interior do Rio Grande do Sul, também percebem que ainda existe tensão entre as gerações; pais que, há muito tempo, empregam técnicas “que estão dando certo”, e jovens com vontade de inovar, de implementar novos conhecimentos.

Tratamos também a questão do que é preciso melhorar para que o jovem permaneça no meio rural. É muito discutida e aclamada o acesso à internet pelos moradores do meio rural, porém, segundo um jovem, “ajuda, mas o jovem só vai permanecer no campo se ele tiver renda”. Outro posicionamento também revela uma preocupação quanto à venda de produtos da agricultura:

Os professores, além de ensinar a produzir, precisam mostrar aos alunos como e onde vender, assim amarra a produção com a venda e geração de renda para possibilitar ao jovem ficar no campo, aproveitando também as linhas de crédito para estruturar as propriedades, especialmente o PAA e PNAE (JOVEM EGRESSO Nº 21).

Novos espaços de venda de produtos diversificados são disponibilizados especialmente no PAA e no PNAE, que precisam ser difundidos entre os potenciais parceiros, entre eles os alunos das CFRs.

Analisando a existência de crédito e as condições facilitadas disponibilizadas, foi avaliado como “hoje tudo está mais fácil. Antigamente era difícil. Antigamente falava-se em financiamento e a pessoa ficava arrepiada na hora. Tentava correr. Hoje não, hoje está tranquilo” (JOVEM EGRESSO Nº 22). Porém o pequeno agricultor tem poucos bens disponíveis e, para o agente financeiro podem ser considerados escassos, ocorrendo frustrações e reclamação; conforme relatadas por um jovem: “eu tinha entrado com uma proposta de financiamento, mas as garantias foram insuficientes. Para o agricultor

pequeno, o Banco já não dá o mesmo valor que para um agricultor maior” (JOVEM EGRESSO Nº 23). E um depoimento contundente já que considera imprescindível diminuir o trabalho penoso na área rural:

Precisava ter mais equipamentos, máquinas para facilitar o trabalho. Diminuir o trabalho braçal para facilitar o trabalho e diminuir para não se matar trabalhando. O jovem também vem para a cidade por causa disso. O jovem quer usar mais a cabeça do que braços (JOVEM EGRESSO Nº 24).

Realizando um comparativo entre os hábitos de os moradores das comunidades do interior se visitarem, foi destacado que, além de haver um número menor de famílias atualmente lá residindo, também mudou a rotina dos agricultores com o acesso a novas tecnologias, de acordo com um ex-aluno, assim entendido:

Hoje, o pessoal não se visita como antigamente. Cada um vive mais para si. Tem televisão, computador, joguinhos no computador, telefone para se comunicar. Hoje, o pessoal do interior mudou também no seu modo de vestir, de se comportar (JOVEM EGRESSO Nº 22).

Esse grupo todo de egressos indica a CFR para filhos de agricultores em idade de estudar, apesar de eles estarem ligados ao meio urbano; e observam “se ele quiser permanecer lá na propriedade” ou ao fato de que a CFR oferece ensino relacionado à agricultura também “prepara para a vida, o que não é possível numa escola normal”. Destacam que, na Casa, tratam questões que vão além da grade curricular, interferem em questões pessoais e familiares que precisam ser trabalhadas para o desejado desempenho do aluno na escola, tais como espaço para os alunos desenvolverem as práticas agrícolas, por exemplo. Neste depoimento: “A CFR dá uma base para definir melhor o que se quer no futuro, seja na agricultura ou em outra atividade” (JOVEM EGRESSO Nº 24).

Questionado se a cidade o atrai, o egresso - que reside e trabalha numa empresa localizada no interior e desenvolvendo atividade relacionada ao meio rural - diz que a cidade não o atrai e relaciona qualidade de vida, lazer, tranquilidade entre os dois meios:

A cidade não me atrai. Hoje você ir e voltar é tão fácil. Só se for para trabalhar e estudar, mas voltar para morar aqui. Só para passear, porque a tranquilidade é aqui. Hoje, está mais fácil na agricultura. Hoje, o pessoal do interior tem mais tempo para o lazer do que o pessoal da cidade, o

pessoal da cidade vive correndo, horário a cumprir. Acho que o interior [oferece] é uma oportunidade muito grande (JOVEM EGRESSO Nº 22).

Quanto ao retorno do jovem ao campo, outro egresso da CFR, que trabalha em empreendimento relacionado ao meio rural, avalia os rendimentos obtidos na cidade e os gastos e a possibilidade de renda no interior e, ainda, a qualidade da alimentação:

O jovem está voltando porque as maiores empregadoras da cidade pagam aproximadamente 1,4 salários mínimos e, aí, precisa pagar aluguel, luz, água e comida. E sobra o quê? Lá no sítio, você trabalha bem menos por dia e tira fácil 2 a 3 salários mínimos. Não tem aluguel e tem o controle de uma alimentação de qualidade (JOVEM EGRESSO Nº 21).

Discutindo questões relacionadas à motivação que levou à saída, ou não continuidade no meio rural após concluir os estudos na CFR, tivemos posicionamentos de dois ex-alunos, cujos pais não eram proprietários de terra, que alegam que não havia programas de acesso a terra: "na época que me formei não havia programas que tem hoje de acesso a terra" (JOVEM EGRESSO Nº 21), no entanto ele sempre trabalhou em estabelecimento relacionado ao rural. O outro egresso, ao ser questionado porque não acessou ao programa, comentou que "até pensei. A gente trabalha e se acomoda" (JOVEM EGRESSO Nº 22), relacionando o fato de não existir o programa quando se formou. Depois na sequência essa possibilidade foi refutada, devido a uma ocupação, por isso não a considerou prioritária.

Quanto à saída do meio rural esse jovem argumenta que havia realizado um investimento e não tinha como honrar o compromisso trabalhando junto com os pais. Decidiu trabalhar na cidade, no entanto está repensando seu futuro num trabalho que tenha ligação com os dois meios, pensando na liberdade, no lado econômico e abandonando a ilusão do emprego na cidade:

Comprei uma moto e não tinha como pagar. O dinheiro do leite era para pagar as vacas. Paguei a moto e acabei ficando na cidade. Tu melhorar e aplicar em cima lá, tu vai ver que dá resultado. E vai render, e quanto mais rende, mais gosto o cara tem para trabalhar. É que, na cidade, você trabalha de peão, para o chefe. Tu pode tirar o língua de fora para trabalhar, talvez ele nem te olha. Lá estou trabalhando para mim, se investir mais eu vou ter mais. [Aqui] O conforto de vir para a cidade e a ilusão de ganhar um salário bom, tem o salário todo o fim de mês. Só que ele não conta que o gasto dele é maior do que lá no interior. Vai ter dinheiro todo mês, mas paga água, luz, aluguel e acaba o dinheiro e não vai sobrar nada. Mas se ele voltar lá para o sitio e aplicar o que aprendeu

na CFR, ele vai ter mais resultado do que ficar na cidade (JOVEM EGRESSO Nº 23).

Apesar dos argumentos acima, na leitura deste jovem, os demais estariam esperando atingir a maioridade para vir para a cidade, “O jovem está esperando ter 18 anos. Deu 18 anos... tem uns que saem antes”. Ele também expõe a situação de remuneração e gastos com alimentação mensais. “O pai tira R\$ 1.500,00 com leite e gasta R\$ 200,00 de rancho. Eu gasto R\$ 400,00 e ainda como mal” (JOVEM EGRESSO Nº 23).

O depoimento seguinte é de um jovem que se formou na CFR e ficou um ano e meio no interior. Soube de uma oportunidade de emprego na cidade, considerada boa em termos de remuneração, relacionada às demais oportunidades existentes, que pagava um salário de R\$ 1.500,00, porém num trabalho que exige muita dedicação e aperfeiçoamento constante por parte do trabalhador. “Há sete meses estou na cidade. Saí pela renda, lá trabalhava a família inteira para ganhar o que eu ganho sozinho na cidade. É uma oportunidade que eu tinha. Trabalhar braçalmente lá, não leva a lugar nenhum” (JOVEM EGRESSO Nº 23). Ele não deseja viver no meio rural, no entanto muda de opinião “se tivesse recursos para desenvolver atividade agrícola eu voltaria ao interior”. Seu desejo maior é de cursar Universidade na área de Ciências Agrárias que considera o “sonho” a ser realizado e repassar “orientações” aos agricultores.

Os jovens entrevistados que atualmente não são sucessores relacionam a desestruturação da propriedade e a pouca renda como principal motivo da saída do campo, além de não deixar de citar o lazer:

Hoje eu não retornaria. Falta recurso. Mas se tivesse um sítio estruturado eu voltaria. Eu trabalharia com vacas de leite, com umas 15 vacas dando boa produtividade em 4 ou 5 alqueires teria pastagem para elas. Não tinha Pronaf Investimento na época. Não abro mão de sair, do lazer, no caso de viver no meio rural. Se o jovem pensa em renda, se a família estiver bem estruturada ele fica na propriedade rural, se pouco estruturada, ele vem para a cidade (JOVEM EGRESSO Nº 26).

Dos seis jovens, há aquele que decididamente não voltaria ao meio rural, porém comenta o que desenvolveria se não pudesse cursar o que atualmente desenvolve e comenta a importância do estudo na CFR de Francisco Beltrão:

Se ficasse no interior, investiria em produção de leite e derivados, já que o pai faz tempo que trabalha nisso e não mudar para algo que não se

conhece. Foi de grande valia o tempo em que eu estava lá na Casa Familiar Rural, inclusive para a família também ajudou. No período em que eu estava lá, mesmo eu não sabendo que queria fazer, acho que foi de grande valia eu ter participado de lá. O aprendizado que eu tive e também pela questão de mudar, de ampliar a visão da família em si, de adotar novos métodos e enxergar novas possibilidades de trabalhar. Acho que foi de grande valia estes três anos que eu fiquei lá (JOVEM EGRESSO Nº 25).

Em estudo desenvolvido junto à agricultura familiar no Rio Grande do Sul, Brumer (2007, p. 16) identificou a amplitude de motivos que levam ao jovem sair do meio rural. São dificuldades concretamente relacionadas com a atividade agrícola: baixos rendimentos, dificuldade de acesso à terra, dureza do trabalho e das condições de vida e falta de autonomia. A sucessão geracional dos estabelecimentos também é um dos problemas apontados devido aos padrões existentes para a tomada de decisão. Questões que guardam semelhanças com as que encontramos nesta pesquisa junto aos egressos não sucessores da Casa Familiar de Francisco Beltrão – PR.

4.6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA COM FAMILIARES DOS ALUNOS DA CFR

4.6.1 Abrangência e Caracterização dos Familiares

Entrevistamos quatro pais, sendo dois homens e duas mulheres, que exerceram o cargo de direção da Associação da CFR de Francisco Beltrão em diferentes períodos, desde a formação da CFR, em 1996, até os dias atuais. Obtivemos informações quanto ao papel da CFR frente à educação dos alunos e a sucessão das propriedades rurais. Dois destes pais têm filhos com sucessão, o terceiro, sem sucessão e o quarto, o filho ainda se encontra estudando e seu desejo é desenvolver seu projeto de vida no meio rural.

4.6.2 Os Familiares e suas percepções sobre a CFR e da sucessão nas propriedades rurais

Um dos entrevistados, que acompanhou o processo inicial da discussão pela criação da Casa Familiar de Francisco Beltrão, relatou as primeiras dificuldades bem como as parcerias que contribuíram para que o projeto pudesse ser implantado. Houve dificuldades de toda ordem na fase inicial de instalação da Escola:

Primeiro, tivemos debates com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a CIAPA⁶⁴ e também a Emater [...] Por que não formar uma Escola diferente para a agricultura familiar? Como já tinha o exemplo da ARCAFAR/SUL, a gente buscou informação e começamos a estudar para ter uma Casa para os filhos dos agricultores. Uma experiência nova para eles buscar algo para implantar algo em benefício da agricultura familiar. Encontramos um entrave, onde? Não tinha sala de aula, onde fazer? Com os debates, formamos uma diretoria, da qual fiz parte. Surgiu a opção pela comunidade do Rio Tuna que cedeu o Pavilhão da Igreja que foi transformado em dormitório e sala de aula e espaço para refeitório. A comunidade também não cobrava aluguel. E quanto aos professores, fomos buscar parceria junto à prefeitura, fizemos um levantamento de alunos e buscamos os alunos suficientes para esta experiência nova (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, PAI, Nº 1).

Os pais analisam a CFR referenciando a importância na formação de seus filhos, revelando também a inserção e amplitude do trabalho do ensino em outros países, tendo em comum a preocupação com a sucessão das propriedades e produção de alimentos. Ressaltam também que o sistema de ensino envolve toda a família e exerce atividades e práticas junto às propriedades dos alunos:

Ela dá condições para que o jovem permaneça na propriedade. Faz o diferencial. Eu participei num Congresso em Foz do Iguaçu em que participaram mais de 27 países. Em todos eles tinham um trabalho com as Casas Familiares Rurais. Nem todas tinham o mesmo nome, mas com o mesmo objetivo. Esta prática desenvolvida nas propriedades é que eu considero o mais importante da CFR. Não é só o aluno que aprende. Praticamente os pais passam também a ser aluno da Casa (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, PAI, Nº 2).

No depoimento a seguir, o filho, que está atualmente trabalhando na cidade, deseja voltar. A mãe reconhece a importância da CFR para questões além do rural, tais como a sociabilidade, postura e reconhece:

⁶⁴ Ciapa - Central Intermunicipal de Associações de Pequenos Agricultores, a qual teve como sucessora o Crapa (Coordenação Regional de Associações de Pequenos Agricultores).

A importância de a CFR trabalhar as coisas do meio rural. A casa deu condições de aprender. Tem uma mentalidade diferente, ajudou na mentalidade do filho. Comparando com as outras famílias, ele está mais preparado. Tem um sonho. Ele está fora (cidade), mas o sonho dele é trabalhar na agricultura. Ele pára para pensar. Analisa as coisas antes de dar uma opinião e a CFR ajudou nisso. Ele incentiva muito nós. Todos os fins de semana ele vem aqui. Ele saiu, mas o pensamento dele é ter um futuro aqui. Ele acha que lá na cidade ele ia conseguir as coisas dele, mas não deu tão certo. A Escola prepara também para a educação geral, para viver na sociedade, na comunidade (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, MÃE, N° 3).

A situação seguinte apresenta um caso de retorno dos pais ao meio rural. A alegação da volta é relacionada com os problemas na cidade grande, os “assaltos”, “sequestro” de crianças na escola em que os filhos estudavam e “qualidade de vida”. A mãe lembra que o ritmo de estudo e o maior acompanhamento e atenção que é dado aos estudantes ajudou na aprendizagem de seu filho. O fato de nunca terem trabalhado algumas atividades contribui para que os pais também desenvolvessem em conjunto com o filho os conhecimentos transmitidos pela CFR, especialmente na atividade leiteira:

Para ele [o filho] que era um pouco lerdo para pegar nos estudos, para ele melhorou muito, ele era muito quieto, chegava não dizia boa tarde. Agora não, ele cumprimenta as pessoas e nos estudos está muito bem. Também no sítio ele tem mais empenho, na horta, neste tipo de coisa, ele tem mais vontade de trabalhar, a gente conversa muito. Daí vê o que precisa ser feito. O que ele foi aprender e a gente aprendendo junto com ele porque começamos há pouco com vacas de leite (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, MÃE, N° 4).

Entre as dificuldades encontradas pelos pais que estiveram frente à Associação da CFR estão a “financeira”, principalmente no início da implantação da Escola. Faltavam recursos para a manutenção da instituição. Para cobrir os custos, tiveram que realizar “promoções”, “rifas”, “jantar”, “almoço”, “pizza”, como possibilidade de arrecadar recursos e pagar as contas e possibilitar o desenvolvimento da proposição da instituição. Além dessas dificuldades, uma mãe lembra-se de apoiar aquelas famílias com poucos recursos durante o período de estudo do filho e, posteriormente, quando formado, é imprescindível maior apoio com recursos; infelizmente, esta família não pode acessar devido às garantias exigidas pelo agente financeiro, além da lembrança da falta que o filho faz para o trabalho na propriedade:

Gastava bastante para segurar eles lá estudando. Às vezes, gastava mais do que devia para segurar eles lá, pagando passagem de ônibus... Precisava uma atenção especial, porque são famílias que têm muita dificuldade. Eles ficam uma semana lá e outra em casa [...] deixar um filho homem, um rapaz que poderia ajudar na agricultura, então tem que ter um apoio melhor para a gente também se animar na roça. Eu estou dando apoio para o filho estudar, mas depois vai ter um sucesso, um apoio do governo. Ele já fica uma semana fora e quando está em casa tem as tarefas e então não se pode exigir muito; tem as tarefas e tem que fazer (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, MÃE, Nº 3).

Quanto à motivação do jovem permanecer na propriedade, houve diferentes posicionamentos: que é um fato estrutural, dependendo de cada propriedade, da atividade que desenvolve e da renda que produz, fato que independe do esforço da CFR. “Tem pequenas propriedades que não produzem recursos suficientes [...] não tem como ter um sustento digno para a família, com isso o jovem tem que sair e procurar outra atividade (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, PAI, Nº 2). Noutro depoimento, foi lembrada a necessidade de uma remuneração de apoio aos jovens mais necessitados. Falou-se da importância de ter uma bolsa de apoio e da inviabilidade de uso de algumas tecnologias que são de alto custo para determinadas famílias. “Se a atividade não der recursos tem um apoio”. Havia tecnologias para se aplicar na propriedade, com alto custo e que nós não podíamos fazer, nem usar estas tecnologias” (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, MÃE, Nº 3). Neste depoimento, há concordância “pelo que conheço do meu filho e dos demais jovens, acredito que está contribuindo para preparar o jovem no campo” (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, MÃE, Nº 4).

O acesso mais fácil ao crédito também foi mencionado no depoimento deste pai que tem filho sucessor. Ele relaciona o surgimento da CFR de Francisco Beltrão com a CRESOL, Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar, que teria possibilitado o acesso a recursos pelos jovens para desenvolver atividades nas propriedades. Ele relaciona a influência da mídia que repassa uma visão distorcida da cidade, focando apenas nos aspectos positivos bem como a influência exercida por jovens do interior que trabalham na cidade e conseguem uma evolução econômica:

Coincidiu que na mesma época do surgimento da CFR, surgiu o Sistema Cresol. O aluno que quisesse buscar recurso para implantar seu sonho na propriedade, se fosse menor de idade e não pudesse se associar, o pai se associava e buscava os recursos. A mídia mostra que a realidade na cidade tudo é mais fácil. Às vezes tem um colega, que tem um emprego

na cidade e se dá bem. Consegue comprar uma moto e até um carro e tem seu salariozinho. E isso estimula o jovem a sair do campo. Se o jovem tiver um ganho dele, tiver seu dinheirinho, ele fica no campo. Se ele tem o sonho de ficar no campo e tiver oportunidade de desenvolver seu sonho, o jovem fica no campo. Mas o que leva realmente a sair da agricultura é a oferta da própria mídia que fala que você faz as 8 horas e depois está livre, tem seus trocos e 30 dias de férias no final do ano (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, PAI, Nº 1).

Segundo o posicionamento deste pai, sem sucessor, a pouca renda obtida na pequena propriedade deve-se à saída do filho. Houve um trabalho histórico em suinocultura, atividade que excluiu as pequenas propriedades. Possuía em torno de 35 matrizes no auge de sua propriedade, mas houve a exclusão de pequenas unidades de produção desta atividade. “Gostava de trabalhar com suinocultura [...] Não era integrado. Trabalhava com até 35 matrizes. Não tinha uma garantia de preço mínimo, oscilava muito e o insumo é muito caro e isso inviabiliza. Sobra pouco para a sobrevivência do agricultor (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, PAI, Nº 2). Atualmente, inicia o desenvolvimento da atividade leiteira produzindo 800 litros por mês.

Em relação à disponibilidade de emprego para os jovens, avalia que a agroindústria absorve muita mão de obra, porém relata que muitos estão retornando ao meio rural. Antes dos filhos saírem da propriedade, analisou com a família a possibilidade de realizar a produção integrada de aves com uma agroindústria, mas avaliaram que o investimento era alto, embora com disponibilidade de crédito, porém sem garantia de que haveria o retorno desejado. Hoje está feliz porque, dos dois filhos que estão na cidade, pelo menos um tem um bom salário. No seu entendimento:

Hoje é bastante atrativa a oferta de emprego na agroindústria [...] também os jovens são atraídos pela conversa de outros e acabam não ficando na propriedade onde seria o melhor lugar. Tenho notícias de jovens que trabalharam na cidade e hoje estão voltando. Porque a cidade tem duas faces: ela tem o lado bom, mas também o lado que te chuta; o lado bom é o lado atrativo, do serviço, da vida mais na moleza. Mas se perder o serviço está desamparado. A gente tem pouca terra e, hoje, com o sistema de cultivo da terra, facilita bastante para ser feita e a renda não é muita. Eles [os filhos] também têm seus sonhos, tem ambições [...]. Eu dei liberdade para eles, mas se eles quiserem voltar a casa é deles na hora que quiserem. Eles não foram influenciados por ninguém. Eles pediram para nós o que nós achávamos deles sair para trabalhar. Porque a renda que a gente tinha, a propriedade pequena, a renda não oferecia muita expectativa. Precisava um investimento alto, pesado, como se fala, para fazer mais renda, mas não tinha uma garantia em cima do investimento. Não tem uma garantia que você vai fazer o investimento e vai pagar. Daí

eles pediram se podiam sair. Hoje, o mais velho ganha mais do que nós de casa (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, PAI, Nº 2).

Nesta outra situação de não sucessor, os filhos fizeram uma proposta aos pais, condicionando sua permanência ao investimento em avicultura. “Se o pai comprar um aviário, a gente fica na propriedade. Mas é muito investimento para nós” (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, MÃE, SEM SUCESSOR, Nº 3). Nas duas situações relatadas, apareceu o desejo dos filhos de que os pais investissem na atividade avícola, incorporando-se ao sistema de integração, muito difundido na região.

Questionamos os pais quanto à importância de acompanhar, dialogar com os filhos no período de definição do futuro deles, identificando o que os filhos realmente desejam para seu projeto de vida. “Existem pais de todo tipo; pais que procuravam saber como as coisas andavam e outros só iam para matricular o filho e não apareciam mais” (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, PAI, Nº 2). Já neste outro depoimento foi valorizado o diálogo com os filhos:

Realmente, pela experiência neste tempo todo que eu acompanhei, onde teve diálogo e os filhos tinham apoio dos pais, teve sucessão. Mas onde não tinha apoio e os filhos não viam futuro, eles não ficavam nas propriedades. Então, o que precisa realmente é que os pais precisam dar oportunidade aos filhos, que eles enxerguem oportunidade e consigam desenvolver seu sonho (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, PAI, Nº 1).

Perguntamos aos pais se existe outra política pública ou programa que deveria ser implantada para contribuir para a permanência do jovem no campo. Houve manifestações de que, em geral, o que existe precisa ser mais bem utilizado pelos jovens, como: “o que precisa realmente é que o jovem consiga os recursos para conquistar seu sonho. Se ele conseguir isso eu acredito que vai ficar na agricultura (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, PAI, Nº 1). Ou então, “ter acesso a terra e ter recursos, condições técnicas e financeiras para trabalhar em cima desta terra” (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, PAI, Nº 2). Também o posicionamento quanto ao Pronaf Investimento e restrições quanto ao Pronaf Custeio pelo fato de ser disponibilizado em período de alta artificial dos insumos. “O Pronaf Investimento ajuda”. O Pronaf Custeio não ajuda. Pelo contrário, ele suga o pequeno agricultor, porque os insumos são muito caros” (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, MÃE, Nº 3). Para as famílias mais fragilizadas economicamente, impossibilitadas de repassar uma mesada aos filhos, foi lembrado a importância do repasse

mensal de uma bolsa de custeio em 2011 aos alunos e o que representam estes recursos para estes jovens:

Olha, este ano (2011) teve uma coisa bem importante que aconteceu. Tomara que no ano que vem aconteça de novo. O governo cedeu uma bolsa de R\$ 100,00 por mês. Ele comprava as coisas dele e ele ajudava o pai dele, ele nos ajudou em algumas despesas. Para os alunos foi um incentivo muito grande. Assim, eles não dependiam totalmente dos pais para comprar as coisas. Tem pais que dão mesada aos filhos, mas tem também aqueles que não dão, porque não tem condições. Entendo como um incentivo para eles não saírem da Escola. Os jovens, hoje, querem sair, passear e querem ter o seu dinheiro (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, MÃE, Nº 4).

Questionamos se existe algo que precisa ser mudado na CFR para que ela aumente sua eficiência, prepare ainda melhor o jovem para trabalhar nas propriedades rurais, foi citado ter um espaço, uma área de terra para realizar experimentos, item também lembrado por ex-alunos anteriormente: “A CFR deveria ter um espaço na casa para fazer experimentos com produção de sementes com complemento nas propriedades rurais dos pais dos alunos” (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, PAI, Nº 2). Tais experimentos e plantios normalmente são realizados em áreas próximas da CFR, de pequenos proprietários que cedem ou arrendam espaços, porém perde-se devido à descontinuidade do trabalho. Normalmente é plantado num ano e ocorre mudança de área no ano seguinte. Perdendo-se, assim, a continuidade e o espaço didático que o prosseguimento de trabalho numa área de terra específica oferece.

No depoimento a seguir ocorre a sugestão de que o projeto dos filhos deveria ter recursos para investimento e ocorrer concomitantemente ao período de estudo; ao formar-se, a renda já estaria assegurada e o projeto, dando frutos. “Ter recursos para administrar com as famílias; assim, quando eles se formarem já existe um projeto começado e eles poderiam continuar estes projetos” (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, SEM SUCESSOR, MÃE, Nº 3). Noutra situação também é abordada a importância dos recursos: “uma bolsa de apoio no início dos trabalhos que vão desenvolver os projetos no sítio e muito apoio dos pais.” (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, MÃE, Nº 4).

Os pais têm um papel estratégico no fornecimento de alimentos aos filhos que estão na cidade. Espontaneamente eles citam que esta ação é desenvolvida ao retornarem ao lar por ocasião das visitas semanais ou quinzenais. Os produtos citados foram carne, feijão, ovos, frutas, olerícolas e produtos processados que levantamos junto a uma família. O

valor mensal corresponde a R\$ 218,00, caso esses produtos fossem adquiridos no mercado local. Os pais ressaltam a qualidade da alimentação, ausência de veneno e preocupações com a saúde:

Os filhos têm confiança no produto que vem aqui de casa. O produto comprado hoje é dessecado, até o trigo, para emparelhar a colheita, e eu acho que isso, os problemas com a saúde, as consequências vão aparecer. Do jeito que está indo, daqui a 20 anos, a agricultura familiar vai desaparecer. A agricultura familiar hoje é de meia idade acima, precisa ser reformada. Ela está envelhecendo e poderá terminar. Precisa ser renovada (EX-DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, PAI, Nº 2).

4.7 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA COM O MONITOR: AS PERCEPÇÕES SOBRE CFR E A SUCESSÃO NAS PROPRIEDADES RURAIS

Inicialmente perguntamos o que motivou o trabalho na CFR e como se sentiu no trabalho como monitor. Ele indica que não sabia da existência de uma vaga, não tinha exatamente a informação de como funcionava a Casa. A informação inicial era de que se baseava na alternância. Como a Escola teve o início dos trabalhos em 1996, a estruturação e recursos foram conquistados com o tempo, possibilitando melhor acomodação, influenciando positivamente na formação dos alunos:

Vi que o trabalho era parecido com o que sempre quis trabalhar, ligado à área agrícola que eu gostava de fazer. Não tanto pelo salário, mas com o formato que eu iria trabalhar. No início, um pouco frustrante pela estrutura da Casa. Não tinha um mínimo de estrutura, dificultando a realização das propostas. Com o passar dos anos as coisas foram melhorando, até as políticas públicas foram melhorando e foram-se encaixando. Com o tempo, com as melhorias das estruturas, foi possível dar melhor formação. Depois dá pra dizer que valeu a pena este trabalho (MONITOR DA CFR Nº 31).

Antes do início dos trabalhos, na condição de monitores, ocorreu uma “preparação” aos iniciantes para o desempenho das atividades e atribuições que executariam, “todos os temas relacionados com a semana foram abordados por pessoas com longa experiência” (Monitor, nº 31), com o intuito de se apoderarem das informações necessárias para o desenvolvimento da proposta que a CFR propõe. Também aos alunos, antes de iniciarem as aulas, são visitados em suas propriedades pelos monitores e professores, com a

finalidade de esclarecer quanto ao funcionamento e possíveis dúvidas dos estudantes e familiares e a importância destes para o sistema de ensino em alternância:

Realizar uma explanação ao jovem para ele saber o que iria encontrar, porque ocorria do jovem, na primeira semana, evadir-se da Escola. E o diagnóstico era de que ele não sabia o que iria encontrar. O jovem não tinha as informações, por exemplo, o que eu vou fazer, onde eu posso trabalhar? E, posteriormente, traz-se a família mostrando a estrutura da Escola e qual era o papel da família na propriedade. Porque fica bem claro, se não tiver uma sintonia entre pais e filhos, o jovem não fica na propriedade (MONITOR DA CFR Nº 31).

Em relação à construção do conhecimento pela Pedagogia da Alternância na CFR e como são escolhidos os temas a serem trabalhados com os alunos, existe um envolvimento dos pais, já que o objetivo da Escola é trabalhar de acordo com a realidade e demandas sentida pelos alunos e pais, assim enunciados:

Na pesquisa participativa, os pais vão dizer quais os temas que eles gostariam que fossem tratados na Escola. Como a gente começava o bate-papo? Os jovens levantam as questões (plano de estudo) e levam para a família responder. Muito voltado à realidade deles de produção. [...] Após esta etapa a equipe técnica começa a trabalhar, faz a intervenção, resgata como era feito no passado e agora no presente. Como devemos trabalhar no presente para ser um bom produtor de leite, por exemplo. Dependendo do tema ocupa até duas semanas (MONITOR DA CFR Nº 31).

No acompanhamento da Escola, desde o início, constatamos que, na década de 1990 até recentemente, o Ensino Fundamental tinha formação só agrícola, era opção única oferecida pela Escola, fazendo com que jovens com idade menor frequentassem a CFR. No entanto, hoje, após um período de transição, é oferecido a partir de 2012, somente o Ensino Médio. Com isso os jovens com mais idade passam a frequentar os bancos escolares, sabendo o que querem. Na concepção do monitor, esta mudança teve vantagens, no entanto, também trouxe desvantagens, especialmente para o tema sucessão familiar nas propriedades rurais visto que “quantos jovens nesta idade já deixaram a propriedade” (MONITOR DA CFR Nº 31).

A relação desigual entre homens e mulheres é histórica na CFR⁶⁵, constatada nas entrevistas com os egressos, cujo número nunca passou de 7 a 8, para um número três

⁶⁵ Preocupados com esta situação, num trabalho diferenciado realizado na CFR de Sulina, Sudoeste do Paraná, conforme Giovana Martinelli e Hieda Corona (2007) após implementar um Plano de Formação

vezes superior de homens. O índice inferior de moças em relação a rapazes na CFR é reconhecido: “Teve situação em que as meninas queriam estudar na CFR, mas os pais intervinham dizendo que deveria dedicar-se a outra área” (MONITOR DA CFR Nº 31). Uma alusão de que os pais desejam um futuro diferente para as filhas, cerceando, em algumas situações, o interesse de elas desenvolverem atividades no meio rural. De acordo com o mesmo monitor “se a CFR tiver outros atrativos, talvez tivéssemos mais moças”.

Na discussão quanto aos avanços no crescimento pessoal e qualidade de vida pelos alunos, egressos e familiares, observamos várias angústias em relação aos avanços não conseguidos pelas famílias e a desistência de alunos gerava desmotivação. O diferencial econômico das famílias também foi detectado. A evolução como cidadão foi lembrada: inicialmente não sabiam questões básicas de localização na cidade, por exemplo, mas no final do curso encontravam-se frente a frente com o agente financeiro para discussão de projeto de investimento:

Eu diria que os pontos mais atingidos estão mais direcionados com as famílias. Muitas famílias tinham dificuldade de aceitação, era muito complicado. Tinha situação em que levantavam os temas, mas muito pouco de concreto era realizado por esta família. E se insistisse no tema, poderia haver evasão. Já nas famílias com nível cultural melhor, mais abertas, os efeitos da CFR eram mais observados. Dizer o que faltava, onde estamos errando... Quando ocorria desistência, desmotivava. Sempre ocorria alguma situação e era difícil de dizer se a causa era financeira. As primeiras turmas tinham uma estrutura melhor. A partir de certo momento mudou o perfil, então precisava trabalhar mesmo porque as famílias eram menos estruturadas financeiramente. O aluno vinha de um Assentamento e na propriedade tudo estava por fazer. A gente tem o costume, no primeiro dia de aula de tirar uma foto com os pais e também só com os alunos. No último dia, observava-se como estavam e como estão por ocasião da formatura. Via-se a transformação, não só no aspecto físico. No começo, não sabiam nem onde era a rodoviária e, no final, estavam lá no Banco assinando o Pronaf Jovem. De nada adiantaria trabalhar a parte financeira se o aspecto do cidadão não fosse trabalhado. Respeitar os direitos de todos. Esta evolução é satisfatória e, depois, o jovem convidar a gente para o casamento deles (MONITOR DA CFR Nº 31).

diferenciado para moças, que além das disciplinas relacionadas à agricultura e pecuária, com aulas de artesanato e culinária teve aumento expressivo de filhas de agricultores que passaram a frequentar a Escola, “inclusive com número de matrículas de moças e de rapazes praticamente equivalentes”, enquanto o total de jovens formados no período de 1994 a 2005, 83,4% são do sexo masculino e apenas 17,6% do sexo feminino (Martinelli, 2006). Disponível: <http://br.ask.com/web?l=dis&o=14669&qsrc=2873&q=martinelli%20sulina%20corona> – Acesso em 23/10/11.

Analisando como avaliam a Pedagogia da Alternância desenvolvida pela CFR, o monitor questiona e sugere uma atenção às novas demandas vindas do campo, a premência de dialogar com o jovem, atualmente. O estreitamento cada vez maior entre cidade e campo, traz para estes problemas que eram visíveis somente na cidade. Além disso, há novas demandas nas propriedades, que ultrapassam as questões técnicas discutidas em sala de aula:

A metodologia, os passos que são dados, considero ideais para este trabalho. Mas teria que reestruturar as CFRs com uma equipe que estivesse atenta com a realidade do campo. Há muita rotatividade dos monitores nas Escolas. Com as transformações, o campo e a cidade estão muito próximos. Hoje a droga chegou ao interior; as relações são pouco diferentes. Até que ponto a ARCAFAR acompanhou estas modificações. Será que nós, monitores e professores estamos falando a linguagem do jovem da agricultura de hoje? Acompanhar também as relações familiares que estão mudando (MONITOR DA CFR Nº 31).

O perfil necessário, as características que o monitor precisa ter ou desenvolver para execução de um trabalho que siga a Pedagogia da Alternância, foram lembrados, além da premência de uma doação muito grande do monitor além do período escolar, exigindo dedicação no acompanhamento em todo o período em que o aluno esteja na Escola. Interação com os jovens e sua família, colocando-se numa atitude de humildade. Vários monitores não se adaptaram ao ritmo que a Escola exige e desistiram deste trabalho. Em todas as CFRs existem monitoras mulheres com o objetivo de trabalhar assuntos relacionados com as demandas específicas das alunas:

O resultado mais positivo que o monitor alcança não é na sala de aula, mas nos momentos de folga, no frio da noite, ao redor do fogão ou na visita à propriedade. Principalmente se colocar ao nível do jovem e dos pais. Humildade, ser simples. Não ser apenas o profissional que vai para a escola despejar toda a matéria. O tranco não é para qualquer um. O monitor, quando vai acordar os alunos já começa o processo de confiança se houver identificação com o jovem. Tivemos diversos monitores que vieram e desistiram. Tem mulheres monitoras para trabalharem questões mais relacionadas com a higiene pessoal e sexualidade das alunas (MONITOR DA CFR Nº 31).

A visita às propriedades foi apontada como um dos instrumentos que a CFR utiliza no processo de ensino/aprendizagem, o que é considerado imprescindível. Foi destacada a importância da socialização dos jovens, com grande atenção a todos os trabalhadores da Escola desde a chegada até a saída dos jovens na semana em que estão em aula, com

recepção e despedida cordial e a recomendação de que agissem assim também com seus familiares:

Todos são importantes, mas como preciso citar um, é a visita às propriedades. Quando havia problemas de combustível, sempre escasseavam as visitas e se sentia a diferença. Se você analisar o pessoal que inventou a Pedagogia da Alternância pensou muito bem. Desde a recepção em que todos os funcionários largam o que estão fazendo para [receber na segunda-feira e] se despedir deles [na sexta-feira]. Desta forma também queremos que deem um abraço nos pais na chegada e saída. Isso também começou a mudar o relacionamento na família (MONITOR DA CFR Nº 31).

Discutimos com o monitor se os alunos e egressos da Escola têm espaço para trabalhar o aprendizado na propriedade de seus pais, fator necessário para que se cumpra o ciclo de aprendizado proposto pela CFR, que parte dos problemas da propriedade, discussão em sala de aula e retorno às propriedades. O monitor relaciona a falta de oportunidades dada pelos pais como motivação da saída de muitos jovens da CFR:

Este é um grande desafio com que nos deparamos: pais com posições mais firmes. Como algumas outras propriedades que os pais estavam mais abertos. Uma desconfiança para saber se o jovem era capaz. Muitos jovens também não conseguiam e acabaram saindo. Acredito que a saída seja por não encontrar espaço na propriedade (MONITOR DA CFR Nº 31).

Na percepção do monitor, a sucessão familiar é pouco discutida, pouco enfrentada pela importância do tema; há necessidade de se estudar mais com os pais e contemplar essa temática no Plano de Formação⁶⁶ da CFR:

Acho que os passos da Pedagogia da Alternância estão preparando para o trabalho, mas não para a sucessão. Até troca de informações, o que tal escola está realizando e que possa se repassado para outra escola. No Plano de Formação das famílias, aí era o espaço para trabalhar. No contato com as famílias, acaba interagindo, qual a expectativa da família? O que um ou outro está pensando? Em termo geral não está dentro do Plano de Formação (MONITOR DA CFR Nº 31).

Foi perguntado, ainda, sobre a percepção dos monitores em relação ao que tem levado os jovens a saírem de casa e quais são os dificultadores para realizar a sucessão

⁶⁶ O Plano de Formação dos três anos curriculares encontra-se disponível nos anexos

familiar das propriedades rurais. A saída estaria relacionada à dificuldade de adquirir renda, convívio difícil, a estiagem que limita a produção agrícola, a ilusão de que na cidade as coisas são melhores e a grande disponibilidade de empregos. Em resumo, a falta de recursos disponíveis para o jovem. Alguns pais aceitam a saída do filho, alegando que é para conhecer a realidade e colocando-se disponível para quando desejarem retornar, conforme depoimento:

Um dos fatores na troca de conversa com a piaçada, a lavoura é uma insegurança, seca e a cidade de Francisco Beltrão têm facilidade do emprego, o que dá garantia de salário no final do mês. Os atrativos da cidade acabam iludindo os jovens. A falta de renda nas propriedades em geral já que a renda que a família conseguia era para pagar a luz e não sobrava o dinheiro para o jovem se deslocar no final de semana. Ele acaba comprando uma moto, possibilitando se deslocar. Fundamentalmente a falta de renda e a ilusão da cidade. Alguns pais relatam: o meu filho quer ir para a cidade; se não der certo, as portas estarão abertas. Deixo ir para ele ver a realidade (MONITOR DA CFR Nº 31).

Existem várias políticas públicas que contribuem para que o jovem permaneça no meio rural. Na percepção do monitor existe política pública que precisa ser implementada para que contribua com a sucessão familiar nas propriedades rurais:

A saída do jovem, permanência ou não no campo, está relacionada com a ausência ou área reduzida de terra. O PNCF que existe ainda dificulta o acesso. Se tivesse alguma associação dos jovens da CFR que, ao terminar o curso, pudesse ter acesso à terra, eu acho que facilitaria bastante. Seria um apoio maior aos egressos da CFR. Há diversas políticas públicas, mas se tem pouca terra, não resolve. Um atrativo, um estímulo grande ao jovem [seria] se ele tivesse acesso a terra (MONITOR DA CFR Nº 31).

Portanto, a possibilidade de acesso a terra para aquelas famílias sem terra ou com pouca área faria com que maior contingente de egressos da CFR pudesse ser beneficiado. Ao se organizarem numa associação, teriam maior desenvoltura tanto para localizar áreas disponíveis para compra e fazer o encaminhamento dos projetos para aqueles que necessitassem de terra para realizar seu sonho de vida.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A continuidade da sucessão familiar nas propriedades rurais é inquietante. O que observamos nas comunidades do interior, corroborado pelas estatísticas disponíveis é que os jovens procuram empregos e projetos de vida fora do meio rural. A opção das famílias terem menor número de filhos diminui a mão de obra disponível nas propriedades, diminuindo a disponibilidade de candidatos para continuar o projeto dos pais, colocando em risco a produção diferenciada e qualificada de alimentos, especialmente oriundas da agricultura familiar, com um número menor de propriedades produzindo alimentos, fato este que poderá afetar a segurança alimentar e o atributo dos alimentos disponíveis.

Muitas políticas públicas e programas estão disponíveis para apoiar o desenvolvimento da agricultura, entre eles o crédito pelo Pronaf para custeio e investimento e habitação rural. Além disso, há programas que apoiam a comercialização de alimentos da agricultura familiar como o PAA e PNAE. O Crédito Fundiário que possibilita o acesso a terra, além do seguro da safra agrícola e a possibilidade de acesso à assistência técnica para o desenvolvimento das atividades rurais na UPVF. Papel importante também tem a seguridade social que faz com que o agricultor e a agricultora aposentados tenham uma vida digna.

Existe, porém, uma série de novos espaços de trabalho fora do meio rural, interferindo intensamente no processo sucessório das propriedades rurais. Em nossa pesquisa, ficou evidenciada a necessidade de o jovem ter espaço na gestão da propriedade, como um processo de aprendizagem, dialógico, além de participar da renda, para disponibilizar recursos para seus interesses imediatos, entre eles, veículo para locomoção, lazer, etc.

A mudança do manejo de grãos para outras atividades, no município e na região, além de proporcionar maior sustentabilidade às propriedades rurais, trouxe novas oportunidades de emprego e renda que surgem com a pecuária leiteira, agroindústria, fruticultura, turismo rural, avicultura, entre outras, possibilitando que jovens e mulheres insiram-se no processo de desenvolvimento deste novo momento pelo qual passa a agricultura, especialmente pelo menor esforço que estas atividades oferecem e pela disponibilidade de máquinas e equipamentos para desenvolver o trabalho.

Novos elementos, tais como: menor esforço na realização do trabalho, melhor remuneração, facilidade de locomoção, transporte, universidades mais próximas - possibilitando trabalhar em casa e estudar - acesso facilitado para adquirir moto, ou carro estão proporcionando melhoria na autoestima da população do meio rural. Ocorre rapidamente uma diluição da dualidade rural e urbana, diminuição das fronteiras e o jovem circula entre estes “dois mundos”, desejando aproveitar o melhor em cada um deles.

No campo, a redução da população tem alterado as formas tradicionais de lazer, tais como formar um time de futebol ou participar de um. Poucas comunidades ainda conseguem preservar tradições como essas. A falta de alternativa de lazer leva parte da população rural a deslocamentos para comunidades mais distantes ou sede dos municípios, perdendo-se a sociabilidade e o caráter de comunidade entre os habitantes próximos à sua residência. O deslocamento, porém, é favorecido por haver boas estradas e disponibilidade de veículo.

Acreditamos ser imprescindível desenvolver uma metodologia para esclarecimento das diferenças existentes entre o meio urbano e rural, trazendo à tona os prós e contras, ouvir depoimentos de jovens e mulheres, por exemplo, que vivenciaram os dois lados para que haja uma escolha consciente quanto ao futuro. Discutir especialmente os itens qualidade de vida, lazer, renda entre outros de interesse do público envolvido. Assim teremos uma decisão da juventude com base em dados reais e não somente em análise parcial ou aparente da realidade.

Ao coletarmos o depoimento dos alunos, egressos, familiares e monitoria podemos ter um perfil quanto à influência que a CFR de Francisco Beltrão exerce junto aos filhos de agricultores, instrumentalizando-os para desenvolver os projetos nas UPVFs. Existe um uníssono em relação ao ambiente plenamente adequado e receptivo para que seja desenvolvido o processo ensino-aprendizagem.

Todos os egressos que entrevistamos - e que continuam no meio rural - têm participação efetiva nas comunidades, seja coordenando grupo de jovens ou participando da direção de grupos de igreja, associação recreativa e de representação política. A Escola possibilitou que o jovem tenha condições de se sentir cidadão e mostrou a importância de sua integração frente ao grupo ou comunidade a que pertence.

É importante, também, a adequação dos currículos para as filhas dos agricultores nas CFRs, o que poderá colaborar para a sucessão nas propriedades, conforme experiência demonstrada. Para maior autonomia, as mulheres do campo buscam habilitação para dirigir

veículos, conquistando liberdade de ir e vir, resultando num reforço ao desenvolvimento do campo, possibilitando diminuir o déficit da população feminina no meio rural.

Considerando que 80% das propriedades dos atuais alunos da CFR de Francisco Beltrão possuem como atividade o leite e somente 20% das famílias pensam em diversificar, a curto ou médio prazo, as atividades produtivas, expressamos preocupação quanto a sustentabilidade das UPVFs, diante da possibilidade de uma eventual crise do setor. Hoje, existe disponibilidade de recursos a um custo praticamente zero para desenvolver um projeto nas UPVFs, para adquirir a terra, estruturar a produção, melhorar a habitação, contratar assistência técnica, vantagens impensáveis há pouco mais de 10 anos atrás.

Quanto ao desenvolvimento de atividades que exigem mão de obra intensiva, entre elas a produção de leite e avicultura, o parecer dos atuais estudantes e egressos da CFR é de que eles podem organizar-se com os pais ou irmãos, permitindo, assim, o lazer para toda a família e ainda aventam a possibilidade de permuta com parentes e vizinhos.

A CFR prepara os jovens para desenvolver as atividades no meio rural, valoriza o meio em que vivem, além de envolver estrategicamente toda a família desde o diagnóstico até a busca de soluções para as dificuldades existentes no desenvolvimento das atividades nas propriedades rurais. No entanto, cremos que questões como a discussão com as famílias quanto à sucessão nas propriedades precisa de um ajuste. Acreditamos que deve estar na agenda de todas as instituições que desenvolvem atividade com o meio rural.

As mudanças, cada vez mais rápidas, exigem dos monitores, dos professores, das CFRs e da ARCAFAR/SUL adequações constantes para dar respostas eficientes e de acordo com o que é esperado deste setor de ensino para seguir contribuindo com a preparação do jovem para desenvolver as atividades rurais.

Considerando o capital social da região manifestado pela formatação de diversas organizações de representação já instituídas, cujo desenvolvimento atualmente ocorre pelo viés dos municípios, por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e territorialmente, pelas 25 organizações que compõem o Grupo Gestor do Território do Sudoeste do Paraná, julgamos que as ações devam continuar também nessas instâncias, sempre proporcionando inclusão, qualidade de vida e renda para jovens, mulheres e homens, agindo estrategicamente para estruturação de trabalhos agrícolas e não agrícolas.

Lutar para que a sucessão familiar seja um processo planejado e desenvolvido por todas as organizações que desempenham alguma função no meio rural, discutindo os

conflitos que ocorrerem entre pais e filhos, realizando uma reflexão, em conjunto, sobre como equacionar as controvérsias, tendo como mote uma sucessão qualificada nas propriedades rurais.

Entendemos que o meio rural passa por um momento peculiar. Se existe uma parcela da juventude e da população rural visualizando novas perspectivas na cidade, aqueles que pretendem ficar dispõem de condições reais de desenvolver um projeto de vida com novas perspectivas. Também existe um diferencial econômico que pode aumentar renda dada a valorização dos produtos agrícolas e a ampliação dos espaços para comercialização de alimentos mais puros, saudáveis desejados por parte da população.

Amparados no conteúdo das 42 entrevistas realizadas, pontuamos limitações no trabalho da CFR, especialmente na unidade de Francisco Beltrão, objeto empírico desta pesquisa. Percebemos que, para avançar como espaço de referência para preparar a juventude para sucessão familiar nas propriedades rurais, algumas ações devem ser melhor adequadas, entre elas: desenvolver um ambiente fixo para aulas práticas; discutir passo a passo com a família dos estudantes o processo sucessório nas propriedades; melhorar a sustentabilidade salarial dos monitores e custeio da instituição; promover constante diálogo com os participantes de todas as áreas ligadas para realização de planejamento estratégico para sustentabilidade deste sistema de ensino. Nesse sentido, a Pedagogia da Alternância é uma oportunidade para preparar a juventude para trabalhar com a terra, ou, pelo menos, se optar em sair do meio rural, ficar mais preparada para enfrentar os desafios em outros espaços.

Embora parte da população rural opte por desenvolver atividades no meio urbano, características positivas do meio rural como: qualidade de vida, acesso a alimento sadio, valorização da cultura, comunicação (quase) sem fronteiras, facilidade cada vez maior de locomoção, seja pela disponibilidade de veículo, acessos e universidades mais próxima são ingredientes que o tornam um espaço privilegiado. Considerando o papel estratégico da agricultura familiar nesta nobre tarefa de produzir alimentos diversificados e com qualidade, depende essencialmente de políticas públicas - além das já existentes - cada vez mais adequadas às necessidades da juventude por meio de um monitoramento constante, disponibilizando espaços para interlocução e efetivação das demandas necessárias à permanência da juventude no campo.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A., **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**, S. Paulo, 1999.

ABRAMOVAY, R.; JUNQUEIRA, R. G.. **A sustentabilidade das finanças solidárias**. RAUSP. Revista de Administração, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 19-33, 2005.

ARAUJO, M. C. (2005). **O Bairro Santa Felicidade por ele mesmo. Espaço Urbano e Formas de Representações Sociais em Maringá, Paraná**. (Tese de Doutorado), UNESPARARAQUARA, 2005.

ARCAFAR/SUL. Disponível em: www.arcafarsul.org.br/novo/?content=conteudos&id=3 - Acesso em 27/08/2011; <www.arcafarsul.org.br/novo/%3Fcontent%3Dconteudos%26id%3D3>. Acesso em: 27 de agosto de 2011.

ASSESOAR. PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste do Paraná. Disponível em: <http://assesoar.org.br/wp-content/uploads/2011/10/PTDRS_2011.pdf>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil**. Ruris; V. 1; N 1; março 2007, p. 37-64.

BRASIL. PALÁCIO DO PLANALTO - Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm>. Acesso em: 24 de novembro de 2011.

BIANCHINI, Valter. Alternância: **Anais: Uma Educação Para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Puerto Iguazú (AR)/ Foz do Iguaçu (BR): ARCAFAR/SUL, 2005. P. 33 - 48

BOURDIEU, Pierre. **A juventude é apenas uma palavra.** In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade.** In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, Elisa G. de. (orgs) Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CALVÓ, P. P. **Los centros de formación por alternancia: desarrollo de las personas y de su medio - La importancia de la formación y de La investigación en lãs instituciones.** TESIS DOCTORAL 2006. UNIVERSITAT INTERNACIONAL DE CATALUNYA. Barcelona, 2006.

CARNEIRO, M. J. **O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais.** In: Silva, F.C.T.; Santos, R.; Costa, L.F.C. (Org.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares.* Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural.** Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

_____. **Os jovens estão indo embora?: Juventude Rural e Reforma Agrária,** in Revista Proposta nº 107/108 dez 2005/mar 2006.

CASTRO, E. G.; Almeida, S; Martins, M; Rodrigues, M.E.; Carvalho, J, **Os jovens estão indo embora?”– Juventude rural e a construção de um ator político”.** Rio de Janeiro: EDUR/MAUAD, 2009.

CRESOL – Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/conteudo.php?id=1>>. Acesso em: 22 de julho de 2011.

DOURADO, Simone Pereira da Costa, **Formas de sociabilidade e padrões de comportamento nas “cidades agropecuárias” do Norte do Paraná.** Porto de Galinhas,

PE. 2010. Disponível <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT-1-Simone-Pereira-da-Costa-Dourado.pdf>> - Acesso em: 28 de Fevereiro de 2012.

DUARTE, Valdir. **Escolas Publicas do Campo: problemática e perspectivas: um estudo a partir do Projeto Vida na Roca.** Francisco Beltrão, Paraná, ASSESOAR, 2003.

ESCHER, F.; SCHNEIDER, S. **Os "contramovimentos" da agricultura familiar: atores, instituições e processos de desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná,** Brasil. 2010.

FETRAF-SUL/SUT. **Documento final do III ENCONTRO DA JUVENTUDE DA FETRAF-SUL/CUT,** Concórdia – SC em 27, 28, 29 de Abril de 2011. Disponível <http://unaic.blogspot.com.br/2011/05/iii-acampamento-da-juventude-da.html> - Acesso em: 30 de setembro de 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17^a. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRITZ, Nilton Luiz. **Agroecologia: o desenvolvimento no Sudoeste do Paraná.** In: ALVES, Adilson Francelino, CARRIJO, Beatriz Rodrigues, CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (Org). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia.** 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FRITZ, Nilton Luiz. **A extensão rural oficial e construção de propostas de desenvolvimento sustentável no campo.** In: ASSESOAR. **Desenvolvimento do campo: concepção e método. Referencias a partir do Projeto Vida na Roça.** Francisco Beltrão, Grafibem, 2011.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. **A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro.** *Estudos, sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: 2002. p. 40-72

GIMONET, J. C. **Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de educação e de orientação.** In: Seminário Internacional de Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento. Salvador. Anais. Salvador: UNEFAB, 1999. p. 39-48.

GIMONET, J. C. **Perfil, estatuto e funções dos monitores.** In: Seminário Internacional de Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento. Salvador. Anais. Salvador: UNEFAB, 1999. p. 124 - 131.

GIMONET, J. C. **Alternância, adolescência e pré-adolescência.** In: Revista da Formação por Alternância. n.1. Brasília: UNEFAB, 2005, p. 5-21. GNOATTO, A. A. **A Casa Familiar Rural e a Pedagogia da Alternância.** Marília, 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista. Campus de Marília.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pr>>. Acesso em 21/11/2011; Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=0&cod2=&cod3=0&frm=urb_rur>. Acesso em: 06 de março de 2012.

IPARDES. **Paraná em Foco.** <http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=86> - Acesso em 14/10/2011; Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85600&btOk=ok>. Acesso em: 06 de março de 2012.

LANNON, Christophe Gabriel de. **O Nascimento do Sistema CRESOL: a origem de uma inovação organizacional.** 2006. In: <http://www.cresol.com.br/site/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2012.

MÂNFRIO, Antônio João. **Conscientização e Pedagogia da Alternância**, In: Revista da Formação por Alternância. UNEFAB, 1999. p. 49-55.

NAVARRO, Z. e PEDROSO, M. T. M. **Agricultura familiar. Um passo à frente, dois atrás. É preciso mudar para avançar.** Série “Textos para discussão”, Embrapa Informação Tecnológica. Brasília, 2011.

PERONDI, Miguel Ângelo. **Agricultura, riscos e conflitos ambientais - II** Encontro Anual da ANPPAS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade), 26 e 29 de maio de 2004 em Campinas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO. Disponível em: <<http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/omunicipio/historia>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2012.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** Tese de doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. 221 p.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. 346 p.

UNICAFES – Disponível em: <<http://www.unicafes.org.br/unicafes.php>> - Acesso em: 16 março de 2011.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. 2000. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil.** Revista Desenvolvimento e meio ambiente. Número 2. p. 29-37.

ANEXOS

A - ENTREVISTA COM ALUNOS DA CASA FAMILIAR DE FRANCISCO BELTRÃO – PR.

1. IDENTIFICAÇÃO:

Aluno/a: _____ **Idade:** _____

Estado Civil: _____ **Comunidade que reside** _____

Distância da sede do município: _____ **Ano ou série na CFR:** _____

Composição familiar: _____ **pessoas**

Nome do pai: _____ **Idade:** _____ **Grau de Instrução:** _____

Nome da mãe: _____ **Idade:** _____ **Grau de Instrução:** _____

Identificação dos irmãos e irmãs:

Nome: _____ **Idade:** _____ **Grau de Instrução:** _____

Nome: _____ **Idade:** _____ **Grau de Instrução:** _____

Nome: _____ **Idade:** _____ **Grau de Instrução:** _____

Todos residem na propriedade? Sim () Não ()

Quem reside fora da propriedade?

Nome: _____ **onde?** _____

Nome: _____ **onde?** _____

Nome: _____ **onde?** _____

Algum membro da família saiu da propriedade e voltou? _____

Quem? _____

Quem trabalha fora da propriedade?

Nome: _____ **onde?** _____

Nome: _____ **onde?** _____

Qual é área da propriedade (ha): _____ **Possui área Arrendada (ha):** _____

Qual é a renda familiar mensal da família (R\$): _____

Você possuiu área própria? Sim () Área (ha): _____ **Não ()**

A iniciativa de estudar na Escola foi de quem? _____

2. O que motivou você estudar na CFR? _____

- O que mais interessa na escola para você? _____

- O que você considera menos interessante? _____

- Em sua opinião tem alguma coisa que precisa ser melhorado na CFR? Sim () Não ()

O que? _____

3. Quanto às disciplinas:

- Qual (ais) a (s) que você mais gosta de estudar? _____

Por quê? _____

- Quais as que você menos gosta de estudar? _____

Por quê? _____

4. Existem diferenças para você com escola tradicional que estudou e a CFR?

Sim () Não ()

Se existem diferenças, quais? _____

5. Seus pais têm interesse na sua formação na CFR? Sim () Não ()

- Como isso pode ser identificado? _____

6. Tiveram melhorias na propriedade com o conhecimento de novas tecnologias de produção, novas atividades de exploração? Sim () Não ()

- Se houve mudanças, quais melhorias? _____

7. Sua vida e de sua família mudou após ter estudado na CFR?

- Se mudou, em que aspectos? _____

8. Você trabalha na propriedade? Sim () Não ()

- Em que atividades? _____

- Você tem espaço para trabalhar na propriedade aquilo que aprendeu na CFR?

Sim () Não ()

9. Você tem alguma atividade que você trabalha na propriedade que está sob tua responsabilidade? Sim () Não ()

- Em caso positivo, qual atividade? _____

10. Quais são tuas formas de lazer atualmente? _____

11. As atividades desenvolvidas na propriedade ocupam mão de obra intensiva (leite, olericultura, frango e outros)? Sim () Não ()

- Qual (ais) atividade(s)? _____

- Tem idéia como resolver questões como lazer, viagem, férias? _____

12. Deseja continuar na atividade rural depois de formado? Sim () Não ()

- Por quê? _____

13. Você está satisfeito com a atual renda obtida pela família na propriedade?

Sim () Não ()

- É possível obter mais renda na propriedade? Sim () Não ()

- Em caso positivo, em que atividade (s)? _____

14. Você está satisfeito com a atual renda que sobra para você? Sim () Não ()

15. Existe discussão na família quanto a desenvolver atividades conhecidas com não agrícolas agregadoras de renda (agroindústria, turismo rural, artesanato...)?

Sim () Não ()

- Se existe, qual? _____

16. O que é necessário melhorar no meio rural para que o jovem permaneça na propriedade? _____

17. Em sua opinião, por que o jovem fica no campo? _____

18. Por que o jovem migra para a cidade? _____

19. Você participa das atividades da sua comunidade? Sim () Não ()

- Qual (ais)? _____

20. Você participa de organizações de fora da comunidade?

- () Sindicato: () Não. Por quê? _____
- () Cresol: () Não. Por quê? _____
- () Cooperativa de Produção: Qual _____ () Não
- () Outra(s): Qual(is) _____ () Não

21. A família acessa alguma política pública (Pronaf, Habitação Rural, PAA, PNAE, Crédito Fundiário, outros)? Sim () Qual: _____

Não () Por quê? _____

22. Quais os principais problemas que você identifica na sua comunidade? _____**23. Em sua opinião como se resolve estes problemas? _____****24. Você recomendaria o estudo na CFR para um jovem rural? _____**

- Por quê? _____

25. Quais são as atividades desenvolvidas na propriedade de seus familiares? _____**26. Quais destas atividades que produzem renda na propriedade? _____**

**B - ENTREVISTA COM JOVENS EGRESSOS DA CFR DE FRANCISCO
BELTRÃO – PR**

1. IDENTIFICAÇÃO:

Aluno/a: _____

Idade: _____ Estado Civil: _____

Tem filhos: Sim () Quantos: _____ Não ()

Comunidade:_____Distância da Sede:_____

Formou-se em que ano na CFR:_____

Estuda atualmente (o quê):_____

Após concluir a CFR, estudou em outra Escola? _____Qual?_____

Fez vestibular ou pretende fazer, em que Curso?_____

Ocupação atual:_____

Nº de Pessoas na Propriedade:_____ Quem está na Propriedade:_____

Nome do pai:_____Profissão:_____ Idade:____Grau de Instrução:_____

Nome da mãe:_____Profissão:_____ Idade:____Grau de Instrução: _____

Identificação dos irmãos:

Nome:_____Profissão:_____ Idade:_____Grau de Instrução:

_____Onde reside atualmente:_____

Nome:_____Profissão:_____ Idade:_____Grau de Instrução:

_____Onde reside atualmente:_____

Pais residem onde:_____Há quanto tempo residem neste local:_____

Como foi adquirida a terra?_____

Qual é área da propriedade (ha)?_____ Possui área Arrendada (ha)?_____

Qual é a renda média mensal (R\$)?_____

Você possuiu área própria? Sim () Área (ha): Não ()

2. O que motivou você estudar na CFR? Tinha outra opção na época?_____

3. A Escola consegue traduzir as necessidades dos agricultores e trazer para discussão estas necessidades para a sala de aula?_____

4. Como é a relação entre monitores (as) e os alunos (as)?_____

5. Na tua opinião tem alguma coisa que precisa ser melhorado na CFR?

Sim () Não () O quê?_____

5.a) Entidades que apoiam a CFR?_____

6. Tiveram melhorias na propriedade com o conhecimento de novas tecnologias de produção, novas atividades de exploração? Sim () Não ()

- Se houve mudanças, quais melhorias? _____

7. Sua vida e de sua família mudaram após estudo na CFR? Sim () Não ()

- Se mudou, em que aspectos? _____

8. Você tem espaço para trabalhar na propriedade aquilo que aprendeu na CFR?

Sim () Não ()

10. Você tem alguma atividade que você trabalha na propriedade que está sob tua responsabilidade? Sim () Não ()

- Em caso positivo, qual atividade? _____

11. Quais são tuas formas de lazer atualmente? _____

12. As atividades desenvolvidas na propriedade ocupam mão de obra intensiva (leite, olericultura, frango e outros)? Sim () Não ()

- Qual (ais) atividade(s)? _____

- Tem ideia como resolver questões como lazer, viagem, férias? _____

13. Você está satisfeito com a atual renda obtida pela família na propriedade?

Sim () Não ()

- É possível obter mais renda na propriedade? Sim () Não ()

- Em caso positivo, em que atividade (s)? _____

14. Você está satisfeito com a atual renda que sobra para você? Sim () Não ()

15. Existe Planejamento na família quanto a desenvolver atividades conhecidas como não agrícolas agregadoras de renda (agroindústria, turismo rural, artesanato...)? Sim () Não ()

- Se existe, qual? _____

16. O que é preciso melhorar no meio rural para a permanência do jovem? _____

17. Você participa das atividades da sua comunidade? Sim () Não ()

Qual (ais)? _____ É remunerado? _____

18. Você participa de organizações de fora da comunidade?

Sindicato: Sim () Não () Por quê? _____

Cresol: Sim () Não () Por quê? _____

Cooperativa de Produção: Sim () Não () Qual? _____

Outra(s): Sim () Não () Qual(is)? _____

19. Você acessa alguma política pública (Pronaf, Pronaf Jovem, Habitação Rural, PAA, PNAE, Crédito Fundiário, outros)? Sim () Qual (ais): _____

Não () Por quê? _____

20. Quais os principais problemas que você identifica na sua comunidade? _____

Em sua opinião, qual a forma de resolver estes problemas? _____

21. Qual é a importância de se formar na CFR? Esta formação contribuiu para a sucessão familiar da propriedade, AF, família e a comunidade? _____

22. Você recomendaria o estudo na CFR para um jovem rural? Sim () Não ()

Por quê? _____

23. A cidade atrai vocês de alguma forma? Sim () Não ()

Que tipo de atração ela exerce? _____

Questões específicas para os egressos da CFR que trabalham fora do meio rural:

A) Exerce atividade relacionada com a formação na CFR? Sim () Não ()

Por quê? _____

B) O que motivou a saída do campo? _____

C - ENTREVISTA COM EX-PRESIDENTES DA ASSOCIAÇÃO DA CFR DE FRANCISCO BELTRÃO – PR.

- 1) Qual a importância da CFR no contexto da educação ao meio rural?
 - 2) Quais as principais dificuldades para condução da CFR?
 - 3) A CFR realmente prepara o jovem a ficar na propriedade?
 - 4) O que faz que o jovem não fique na propriedade?
 - 5) Qual é a importância do incentivo dos pais para ficar na propriedade?
 - 6) Quais as políticas públicas que ajudam na sucessão familiar?
 - 7) Que outra política pública deveria ser implantada?
 - 8) O que precisa melhorar na CFR para melhorar sua eficiência?
-

D - ENTREVISTA COM MONITOR DA CASA FAMILIAR RURAL DE FRANCISCO BELTRÃO - PR

1. Monitor - Caracterização:

1.1 Idade: _____ 1.2 Origem: _____

1.3 Função na CFR: _____ 1.4 Período de Monitoria: _____

1.5 Formação: _____ 1.6 Ano: _____

1.7 Onde se Formou: _____

1.8 Experiência anterior a Monitoria: _____

- 2. O que motivou você trabalhar na CFR e como se sentiu como Monitor da CRF?**
- 3. A capacitação que você recebeu foi necessária para desempenhar as atividades que executa?**
- 4. Como ocorre o processo de educação (construção do conhecimento) pela Pedagogia da Alternância na CFR?**
- 5. Podemos identificar uma mudança da CFR em relação à década de 1990 em que era oferecido somente o ensino Fundamental, formação só agrícola. Hoje é oferecido e ensino completo e também o ensino médio. Por que esta mudança?**
- 6. Existe um índice inferior de moças em relação a rapazes na CFR. O Mesmo ocorre no campo numa relação desigual. Existe algum trabalho para trazer mais as alunas para a Escola?**
- 7. Ocorreram avanços no crescimento pessoal, qualidade de vida, renda pelos alunos e egressos da CFR (entre outros ganhos: mudança de hábitos alimentares, saúde, espírito de cooperação, outros)? Relacione:**
- 8. Considera a Pedagogia da Alternância desenvolvida pela CFR válida para a realidade dos jovens rurais?**
- 9. O que você considera positivo na Pedagogia da Alternância desenvolvido pela CFR e o que precisa ser melhorado, na sua concepção, para melhoria da formação dos alunos?**
- 10. Quais as diferenças fundamentais que podem ser relacionadas entre a CFR e as Escolas tradicionais?**
- 11. Pela tua experiência quais são as características necessárias para que um Monitor atinja os objetivos propostos pela Pedagogia da Alternância?**

12. Como o Plano de Formação (PF) é trabalhado na CFR? Quem participa? Ele atinge os objetivos propostos pela Pedagogia da Alternância?

13. Dos instrumentos que a CFR utiliza no processo de ensino aprendizagem, quais você considera imprescindível e que você melhoraria ou agregaria?

14. Como você avalia a participação do Conselho Administrativo da Associação, as Famílias e as organizações apoiadoras da CFR?

15. Na sua percepção os alunos e egressos da Escola têm espaço de trabalhar o aprendizado na propriedade de seus pais?

16. Uma das concepções da CFR é de desenvolver ações também junto à comunidade de origem. Está sendo possível atingir este objetivo?

17. A Escola prepara os alunos para realizar a sucessão familiar das propriedades rurais? De que maneira? Este assunto é tratado com os pais?

18. Na sua percepção o que tem levado os jovens a saírem de casa e quais são as dificultadores para realizar a sucessão familiar das propriedades rurais?

19. Existem várias políticas públicas que contribuem para o meio rural. Na sua percepção existe uma (ou mais) política pública que pode contribuir para a sucessão familiar e que precisam ser implementadas?

E – PLANO DE FORMAÇÃO DA CFR DE FRANCISCO BELTRÃO (1ª, 2ª e 3ª Séries do Ensino Médio)

PLANO DE FORMAÇÃO													
										Turma: 1ª Série Ensino Médio			
		CONTEÚDO DISCIPLINAR E TÉCNICO											
	Temas Dominante	Agropecuária	Filosofia	Português	Matemática	História	Geografia	Física	Artes	Sociologia	Ed. Física	Biologia	Química
1ª Alternância	AGROPECUÁRIA	Introdução e conceitos	1. Descobindo a Filosofia 1.1 A experiência filosófica.	Apólogos, conceito de Literatura. Linguagem formal e informal.	Geometria Métrica Plana. Segmentos Proporcionais. Semelhança, Relações Métricas no triângulo Retângulo	1. Introdução aos Estudos Históricos.	Os princípios e conceitos de Geografia	Movimento, mecânica	Artes visuais: cores, ponto, figura, fundo, figurativo, abstrato, semelhança, contraste, deformação, técnicas. Impressionismo e Expressionismo	O surgimento da sociologia	Alongamentos	Origem abrangência e a importância da Biologia.	Transformação da matéria, fenômenos físicos e químicos
2ª Alternância	PRODUÇÃO DE MUDAS DE HORTALIÇAS	Técnicas de produção de mudas	1.2 A consciência mítica.	Apólogos, conceito de Literatura. Linguagem formal e informal.	Medidas Agrárias. Circunferência. Coordenadas de um ponto.	1. Introdução aos Estudos Históricos.	Os princípios e conceitos de Geografia.	Repouso	Teatro: máscaras.	O surgimento da sociologia.	Alongamentos	Origem abrangência e a importância da Biologia.	Transformação da matéria, fenômenos físicos e químicos.
3ª Alternância	FORMAÇÃO E TIPOS DE SOLOS	Tipos e composição de solos	1.3 O nascimento da filosofia.	Conto, Texto literário e não literário.	Trigonometria nos triângulos, Razões trigonométricas de um ângulo. Seno e Cosseno	1. Introdução aos Estudos Históricos.	Conceitos de lugar, paisagem, território, região e natureza	Trajatória	Gêneros teatrais	Teorias sociológicas.	O corpo humano	Níveis de organização dos seres vivos.	Substâncias puras e tipos de misturas.
4ª Alternância	QUALIDADE DA ÁGUA	Composição, pH.	2. Teoria do conhecimento: 2.1- O que podemos conhecer	Estilo de época e estilo individual.	Lei dos Cossenos. Leis dos senos. Área de um triângulo qualquer	1. Introdução aos Estudos Históricos.	Os movimentos da Terra e suas influências	Trajatória	Idade Média, Idade contemporânea Teatro greco-romano, Arte moderna.	Formação e consolidação da sociedade capitalista e o desenvolvimento do pensamento social.	Futebol sete	Composição química da célula	Processo separação das misturas.
5ª Alternância	HORTICULTURA	Construção de canteiros, manejos do solo.	2.2- Ideologias	Gêneros literários periodização literária.	Conjuntos: Noções básicas. Operações. Conjuntos Numéricos. Intervalos	2. Conceito de Trabalho	Rotação e translação – inclinação do eixo e suas consequências	Força	Artes visuais.	Formação e consolidação da sociedade capitalista e o desenvolvimento do pensamento social.	Futsal	Teorias Evolutivas.	Matéria e sua natureza.
6ª Alternância	HORTICULTURA DE INTERNO	Hortaliças de inverno.	2.3- Lógica Aristotélica	Língua, linguagem, fala, discurso.	Funções: ideia e conceito de função. Dominio e Contradomínio e imagem de uma função	2. Conceito de Trabalho	Coordenadas geográficas e Projeções	Lei fundamental dos movimentos	Dança: melodia, coreografia, etc.	Pensamento social brasileiro.	Futsal	Origem da vida.	Biogeoquímica
7ª Alternância	PRODUÇÃO DE MUDAS FLORESTAIS	Técnicas de produção de espécies florestais, produção de mudas como alternativas de renda na propriedade.	2.4- Lógica simbólica	Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos, paráfrase.	Gráfico de uma função. Função composta. Função inversa	3. O Mundo do Trabalho em diferentes Sociedades	Escala e Legenda	Lei de Newton, ação e reação, inércia e conservação da quantidade de movimento	Dança clássica.	Processo de socialização.	Voleibol	Classificação dos Seres Vivos	Química Sintética.

8ª Alternância	SILAGEM E PASTAGENS	Produção de Silagem; Manejo de pastagens..	2.4. A busca da verdade (O que é verdade, dogmatismo e ceticismo).	Notícia, Funções da linguagem.	Função Polinomial. Estudo da função polinomial do 1º grau. Inequação do 1º grau.	3. O Mundo do Trabalho em diferentes Sociedades	Eras geológicas.	Lei de Newton, ação e reação, inércia e conservação da quantidade de movimento	Dança folclórica/ Popular.	Instituições familiares.	Voleibol	Citologia	Ligações Químicas
9ª Alternância	APICULTURA	Manejo de Colmeias para produção comercial ou de consumo; Mel como alternativa de renda; Abelhas sem ferrão.	2.4. A busca da verdade (O que é verdade, dogmatismo e ceticismo).	Formação e estrutura das palavras.	Estudo da função polinomial do 2º grau. Inequação-produto e quociente.	1. O Estado em diferentes Sociedades	Placas tectônicas.	Cinematia vetorial.	Pré-história.	Instituições escolares.	Esportes radicais	Componentes Celulares.	Importância dos elementos químicos e naturais.
10ª Alternância	FRUTICULTURA	Doenças e pragas; formas de poda.	2.5. A metafísica da modernidade	Literatura em Portugal e no Brasil.	Função Modular. Equações modulares. Inequações modulares	2. As Cidades na História	Formas de relevo (Agentes internos e externos).	Cinematia escalar.	Arte brasileira e paranaense.	Instituições religiosas.	Esportes radicais	Funções Celulares.	Identificação, grupo, família. Tabela Periódica.
11ª Alternância	PISCICULTURA	Manejo, tipos de peixes adaptados para região.	2.5. A metafísica da modernidade	Conotação e denotação. Derivação e sufixação.	Função Exponenciais: Rever a potenciação. Equações exponenciais. Função exponencial. Inequações exponenciais.	2. As Cidades na História	Rochas.	Momentum e inércia.	Arte contemporânea	Instituições de reinserção.	Handebol	Avanços da Biotecnologia	Ligações químicas, metal, não metal, ligas metálicas.
12ª Alternância	AGRONOMIA/PASTORIL	Conhecimentos básicos sobre produção de florestas; (pinus e eucalipto)	2.5. A metafísica da modernidade	Classicismo.	Matemática Financeira: Porcentagem, Lucro e prejuízo, Acréscimos e descontos sucessivos	3. Relações Culturais nas Sociedades Grega e Romana na Antiguidade, no Brasil e no Paraná	Recursos minerais e formação dos solos.	Momentum e inércia.	Hip-Hop	O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedades.	Handebol	Avanços Científicos.	Substâncias químicas, constituintes da natureza e os seres vivos.
13ª Alternância	GRANDEZAS CULTURAS, ANIMAIS DE FRAÇÃO	Soja, Milho; raças de animais e cuidados.	2.6. A crítica à metafísica	Figuras de palavra.	Juro Simples. Juro composto. Montante (fórmula)	3. Relações Culturais nas Sociedades Grega e Romana na Antiguidade, no Brasil e no Paraná	Degradação do solo.	Conservação da quantidade de movimento.	Artes visuais.	Desigualdades sociais: estamentos, castas e classes sociais.	Lutas	Histologia.	Ligações químicas, geométricas, proteínas, aminoácidos, carboidratos e glicídios e lipídios.
14ª Alternância	DOENÇAS DO REBANHO LEITEIRO	Identificação e tratamento de doenças que acometem o rebanho leiteiro.	2.6. A crítica à metafísica	Figuras de sintaxe.	Empréstimos Bancários: Valor atual. Valor Futuro	3. Relações Culturais nas Sociedades Grega e Romana na Antiguidade, no Brasil e no Paraná	Poliuição, lixo urbano	Variação da quantidade de movimento, Impulso.	Música.	Organização do trabalho nas sociedades capitalistas e suas contradições.	Lutas	Histologia animal.	Medicamentos, liga metálicas aditivos, semicondutores
15ª Alternância	ADUBAÇÃO VERDE	Tipos e épocas de instalação.	2.6. A crítica à metafísica	Figuras de pensamento.	Trigonometria no Ciclo. Circunferência, Arco, ângulo central. Comprimento.	1. Idade Média. A Alta Idade Média	Atmosfera e Fenômenos Meteorológicos.	2ª Lei de Newton.	Renascimento.	Globalização e Neoliberalismo	Futebol	Histologia vegetal	Composição química do átomo e substâncias.

16ª Alternância	AVICULTURA, AVES DE CORTE	Doenças, manejo, alimentação.	2.7- A crise da razão	Barroco.	Unidades de medida de arcos e ângulos. Circunferência trigonométrica	1. Idade Média: A Alta Idade Média	Elementos e fatores climáticos.	3º lei de Newton e condições de equilíbrio.	Arte brasileira e paranaense.	Globalização e Neoliberalismo	Futebol	Anatomia e fisiologia animal.	Lixos orgânicos e inorgânicos, chuvas-ácidas, agentes poluidores.
17ª Alternância	REBANHO DE LEITE, DOENÇAS EM BEZERRAS	Manejo correto, alimentação, prevenção e cuidados com doenças.	2.7- A crise da razão	Barroco.	Seno e Cosseno de um arco. Tangente de um arco.	2. A Baixa Idade Média	Biomassas.	Gravitação.	Música clássica.	Trabalho no Brasil.	Tênis de mesa	Temas contemporâneo e o Meio Ambiente.	Temas contemporâneo e o meio Ambiente.
18ª Alternância	DOENÇAS EM REBANHO DE LEITE, APLICAÇÃO DE MEDICAMENTOS	Alimentação, cuidados, soluções e prevenção para doenças.	2.7- A crise da razão	Arcadismo, tipos de discursos.	Progressões: Sucessões ou sequência numérica.	3. O Estado Absolutista	Interferência Humana na Atmosfera.	Gravitação.	Música popular.	Relações de trabalho.	Jogos de mesa	Temas Contemporâneo Afro - Brasileiro	Aquecimento Global, Efeito Estufa, Camada de Ozônio.
19ª Alternância	MINHOCA CULTURA	Manejo da Produção de húmus para adubação.	2.7- A crise da razão	Arcadismo.	Progressões Aritméticas. Fórmula de um termo geral de uma P.A. Outras aplicações da fórmula do termo geral.	4. Renascimento Cultural e Científico	Aquecimento global.	Energia, princípio da conservação de energia, Trabalho e Potência.	Surrealismo. Música popular brasileira.	Relações de mercado.	Ginástica	Temas contemporâneo e a sexualidade	Medicamentos, Aditivos, Alimentos, Óxidos produzidos, ácidos e bases.
20ª Alternância	SELEVICULTURA.	Conhecimentos básicos sobre a produção de florestas plantadas (pinus, eucalipto); Manejo da Reserva Legal.	2.7- A crise da razão	Procedimentos de leitura.	Progressões geométricas: Fórmula do termo geral de uma PG. Resolvendo problemas de uma PG. Fórmula da soma dos n termos	4. Renascimento Cultural e Científico	Hidrografia.	Energia, princípio da conservação de energia, Trabalho e Potência.	Música oriental, ocidental e africana.	Organizações não governamentais (ONG'S).	Basquetebol	Temas contemporâneo e a sexualidade	Medicamentos, Aditivos, Alimentos, Óxidos produzidos, ácidos e bases.

Será trabalhado em Língua Portuguesa em todos os trimestres leitura, interpretação, produção e reestruturação de textos, bem como a ortografia, acentuação e pontuação.

PLANO DE FORMAÇÃO

Turma: 2ª série Ensino Médio												
CONTÉUDO DISCIPLINAR E TÉCNICO												
Temas Dominante	Agropecuária	Filosofia	Português	Matemática	História	Geografia	Física	Inglês	Sociologia	Ed. Física	Biologia	Química
1ª Alternância	OVINOS E CAPRINOS	Manejo, alimentação, doenças e prevenção.	1. A Ética 1.1. Entre o bem e o mal	Revisão das classes gramaticais. Fábulas.	Trigonometria: Retomando. Razões trigonométricas no triângulo retângulo.	As Grandes Navegações.	Do processo de industrialização do Brasil à abertura da economia;	Matéria temperatura e calor.	Review present simple.	Como surgiu o Estado moderno.	Alongamentos	Sistema de classificação dos seres vivos. Conceito de reações químicas Leis de Lavoisier.
2ª Alternância	SERICICULTUR, FERTILIDADE DO SOLO E INTERPRETAÇÃO DE ANÁLISE DO SOLO.	Produção e Manejo do bicho-da-seda; Macro e micro nutrientes, composição, estrutura do solo.	1. A Ética 1.1. Entre o bem e o mal	Revisão das classes gramaticais. Debate regrado. Romantismo (poesia).	Seno e cossenos de ângulos suplementares. Lei dos Cossenos. Lei dos senos. Área de um triângulo qualquer.	As Grandes Navegações.	Formação, expansão e caracterização do território brasileiro.	Termometria Conceito de Temperatura e Calor.	Lecture and translate.	Formação e desenvolvimento do estado moderno.	O corpo humano	Sistema de classificação dos seres vivos. Conceito de reações químicas Leis de Lavoisier.
3ª Alternância	APICULTURA DE POSTURA, CULTURA DO MILHO.	Manejo alimentação, doenças, prevenção, sanidade; Doenças e pragas; Época de plantio da cultura do Milho.	1.2. Ninguém nasce moral	Conto, revisão das classes gramaticais.	Circunferência: arco, ângulo central, comprimento. Unidades de medidas de arcos e ângulos	Os Portugueses em Terras Brasileiras.	Aspectos Físicos do Brasil: estrutura geológica.	Variação de temperatura.	Presente continuos.	Conceitos de poder.	O corpo humano	Seres vivos e sua organização. Reinos. Reatividade dos metais e não-metais.
4ª Alternância	DOENÇAS DOS SUINOS; CULTURA DO FEIJÃO.	Manejo, alimentação, doenças e prevenção dos suínos; pragas, doenças e época de plantio.	1.2. Ninguém nasce moral	Período simples e composto. Paródia.	Circunferência trigonométrica. Seno e cosseno de um arco. Tangente de um arco. Equações trigonométricas	Os Espanhóis em Terras Paranaenses.	Aspectos Físicos do Brasil: as classificações do relevo.	Variação de temperatura	Questions tag with verb regulares.	Conceitos de ideologia.	Futebol society/sete	Virus Balanceamento das reações Químicas.
5ª Alternância	SANIDADE DO REBANHO LEITEIRO; PIQUETAMENTO.	Manejo da sanidade do rebanho; formas e direcionamento de piquetes.	1.3. Podemos ser livres?	Paráfrase, verso, rima, refrão, metificação.	Cotangente de um arco. Secante e cossecante de um arco. Relação trigonométrica fundamental. Fórmula da adição de arcos.	O Mundo do Trabalho em diferentes Sociedades Pré-Colôbianas.	Aspectos Físicos do Brasil: hidrografia.	Mudança de estado físico fusão e solidificação	Prepositions.	Conceitos de dominação e legitimidade.	Futsal	Reino Monera Concentração de Soluções e Dispersões.
6ª Alternância	REBANHO LEITEIRO, LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.	Raças e suas exigências; Novas metragens, reserva Legal.	1.3. Podemos ser livres?	Figuras de linguagem.	Fórmula da multiplicação de arcos. Inequação trigonométrica.	A Construção do Trabalho Assalariado.	Aspectos físicos do Brasil: climas, biomas, (problemas ambientais e suas possíveis soluções).	Mudança de estado físico fusão e solidificação	Expressions frequently.	Democracia e autoritarismo.	Futsal	Reino Protista Proporção Molar quantidade matéria.
7ª Alternância	REPRODUTORES (BOVINOS, EQUINOS E SUINOS); FRUTICULTURA ENXERTIA.	Alimentação e Manejo; Técnicas de enxertia.	1.4. Teorias éticas	Romantismo (prosa)	Matrizes: Conceito, Matriz quadrada, Igualdade de matrizes. Adição e subtração de matrizes. Multiplicação de um número real matriz	Formação dos Estados Nacionais.	Organização política e administrativa.	Mudança de estado físico vaporização e condensação.	Expressions frequently.	Estado brasileiro.	Voleibol	Reino Fungi Calor das Reações.

8ª Alternância	PLANTAS TÓXICAS PARA ANIMAIS.	Espécies de plantas tóxicas nas propriedades.	1.4. Teorias éticas	Romantismo (prosa)	Multiplicações de matrizes. Inversão de uma matriz.	Absolutismo na França e Inglaterra.	Regionalização do IBGE.	Dilatação de sólidos, líquidos e gases.	Past progressive: affirmative, negative and interrogative form.	As expressões da violência na sociedade contemporânea.	Voleibol	Reino Animalia e sua classificação	Equação Termoquímica.
9ª Alternância	BOVINOS DE CORTE	Raças, alimentação, manejo e visão de mercado.	2. Filosofia Política 2.1- Política: para quê?	Realismo/Naturalismo, Uso dos porquês.	Determinantes: De uma matriz quadrada, de uma matriz de 2º ordem. Determinante de uma matriz de 3ª ordem	Renascimento	Regionalização geoeconômica e Meio científico informacional (Milton Santos).	Calorimetria, Unidades de quantidade de calor, Calor sensível e calor latente.	Past Progressive: affirmative, negative and interrogative form.	Direitos civis.	Esportes radicais	Anatomia fisiologia reprodução transmissão dos seus caracteres hereditários.	Propriedades Coligativas.
10ª Alternância	DEFENSIVOS AGRÍCOLAS E MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS	Uso, armazenagem e manuseio de medicamentos veterinários e agrotóxicos.	2. Filosofia Política 2.1- Política: para quê?	Realismo/Naturalismo.	Seno e cossenos de ângulos suplementares. Lei dos Cossenos. Lei dos senos. Área de um triângulo qualquer. Simplificando o cálculo.	Reforma Religiosa.	Ciclos econômicos e a formação do Espaço territorial brasileiro (do Pau-Brasil a industrialização)	Calor Específico, Capacidade Térmica de um corpo	Questions formation in the simple present and present continuons.	Direitos políticos.	Esportes radicais	Inter-relações com os seres vivos.	Termoquímica.
11ª Alternância	EQUINOCULTURA	Manejo	2. Filosofia Política 2.1- Política: para quê?	Realismo/Naturalismo, Estrutura do texto jornalístico.	Sistemas Lineares: Equação Linear. Sistemas Lineares Equivalentes. Discussão de um sistema linear.	Revolução Industrial.	Ciclos econômicos e a formação do Espaço territorial brasileiro (do Pau-Brasil a industrialização).	Equação Fundamental da Calorimetria	Auxiliar verbs.	Direitos sociais.	Handebol	Animais vertebrados	Cinética química introdução a Temperatura.
12ª Alternância	NOÇÕES DE PATOLOGIA	Tratamento de doenças	2.2. Direitos humanos	Pansarismo	Análise combinatória. Problemas que envolvem contagem. Princípio multiplicativo. Fatorial.	Revolução Francesa.	Do processo de industrialização do Brasil a abertura da economia.	Princípio da igualdade das trocas de calor, Fases da matéria, Mudanças de fase, Tipos de vaporização	There is/There are.	Direitos humanos.	Handebol	Animais Invertebrados	Cinética Química catalisadores.
13ª Alternância	CULTURA DA UVA	Técnicas de cultivo, comércio.	2.2. Direitos humanos	Pansarismo.	Aranjo Simples. Permutação simples Combinação simples. Número binomial. Binômio de Newton. Termo geral de $(x^m - a)^n$	Urbanização, Industrialização, Economia no Brasil e Paraná no século XIX.	A produção de energia do Brasil (petróleo, carvão mineral, energia nuclear, álcool).	Aplicações da transmissão de calor, Garrafa térmica, Forno eletrônico de micro-ondas	Verb to have.	Conceitos de cidadania.	Lutas	Reino Plantae	Equilíbrio químico pressão e temperatura.
14ª Alternância	VITICULTURA	Fabricação e comércio.	2.3- A política normativa	Simbolismo.	O que é Probabilidade. Espaço amostral. Tipos de eventos.	As Relações Sociais e de Trabalho no Brasil.	* A produção de energia do Brasil (petróleo, carvão mineral, energia nuclear, álcool.	Estudo dos Gases, Lei das transformações gasosas; Lei de Boyle-Manotte	Verb can.	Movimentos sociais.	Lutas	Anatomia fisiológica reprodução dos vegetais.	Equilíbrio iônico hidrólise.
15ª Alternância	CULTURAS DE INFERNO	Trigo, canola, aveia e azevem.	2.3- A política normativa	Simbolismo, resenha, resumo.	Reverso: Cálculo de área. Medidas Agrárias	O Processo de Independência do Brasil.	Espaço Urbano e o processo de urbanização do Brasil.	Lei de Gay-Lussac, Lei de Charles, Equação Geral dos gases	Texts for translates.	Movimentos sociais no Brasil.	Futebol	Tema contemporâneo o Prevenção e o uso indevido de drogas.	Eletroquímica introdução.

16ª Alternância	CULTURAS DE INVERNO	Trigo, canola, aveia e azevem.	2.4. A Autonomia da política	Simbolismo, romance.	Reverendo: Matemática Financeira. Porcentagem, Lucro	A Sociedade Brasileira nos Períodos Impeniais.	Impactos ambientais urbanos.	Termodinâmica, Energia interna, Trabalho em um sistema, 1º Princípio da Termodinâmica	Adjectives	Movimentos ambientalistas e a questão ambiental.	Futebol	Sistema digestório	Eletroquímica potencial do eletrodo.
17ª Alternância	CULTURAS DE INVERNO	Trigo, canola, aveia e azevem.	2.5. Liberalismo e democracia	Crônicas.	Prejuízo. Acréscimos e descontos sucessivos.	Revoltas Sociais	População mundial e brasileira.	2º Princípio da Termodinâmica, Ciclo de Carnot	Possessive form.	Organizações não governamentais (ONG'S).	Ginástica	Sistema Nervoso	Calculo da Diferença do Potencial.
18ª Alternância	PROGRAMAS DE INCENTIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR	Financiamento e enquadramento	2.6. As teorias socialistas	Reportagem	Juro simples. Juro composto	O Governo de D. Pedro II.	Atividades económicas no espaço rural.	Óptica Geométrica e Óptica Física. Teoria seus criadores, sua prática. Fontes de Luz. Velocidade da Luz	Possessive form.	Indústria Cultural.	Tênis de mesa	Sistema Endócrino	Eletrolise.
19ª Alternância	PROGRAMAS DE INCENTIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR	Financiamento e enquadramento	2.7. O liberalismo contemporâneo	Produção de textos dissertativos.	Fórmula do Montante. Valor atual e valor futuro.	Imigração	A agricultura brasileira.	Reflexão da Luz, Espelho Plano, Leis da Reflexão, Formação de imagens, Associações de espelhos	Possessive adjectives	Métos de comunicação de massa.	Jogos de mesa	Tema contemporâneo, Educação Ambiental.	Eletrolise com eletrodos.
20ª Alternância	CONTROLE DE ENDO E ECTOPARASITAS	Manejo	2.7. O liberalismo contemporâneo	Artigo de opinião.	Empréstimos bancários. Resolução de exercicios problemas	Proclamação da República	População mundial e brasileira.	Formação de imagens. Refração da Luz. Índices de Refração, Leis da Refração, ângulo limite, Fibra Óptica. Defeitos de Visão	Possessives pronouns.	Sociedade de consumo.	Basquetebol	Órgãos dos sentidos	Tema contemporâneo Química e o Meio Ambiente
Em Língua Portuguesa será trabalhado nos três trimestres: leitura, interpretação, produção de textos, reformulação de textos, observando os critérios próprios de cada gênero.													

PLANO DE FORMAÇÃO													
Turma: 3º Série do Ensino Médio													
CONTIUDO DISCIPLINAR E TECNICO													
Temas Dominante	Agropecuária	Inglês	Arte	Português	Matemática	História	Geografia	Química	Biologia	Filosofia	Física	Sociologia	Ed. Física
1ª Alternância QUE É O PROJETO PROFSSIONAL DE VIDA.	--	Lecture and translate; Vocabulary: suffix: y, by and ship; Review of verbs tense- Simple Future- Future Continuous; Music.	O que é Arte, para que serve e quem faz Arte.	Gêneros: Romance, conto.	Estatística.	1. Urbanização e Industrialização no Paraná.	Os principais conceitos da geografia: fronteiras, território, territorialidade, paisagem, lugar, região, estado-nação, espaço-tempo.	Revisão - ligações químicas; reações químicas.	Revisão - divisão e classificação dos seres vivos	1- Filosofia das Ciências 1.1- Ciência, tecnologia e valores	Transformação de energia.	1. Cultura e Ideologia - Conteúdos Básicos 1.1 Dois conceitos e suas definições.	Grandes jogos.
2ª Alternância MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA; MEDICINA AVIÁRIA.	MAQUINÁRIOS AGRÍCOLA	Lecture and translate; Vocabulary: suffix: y, by and ship; Review of verbs tense- Simple Future- Future Continuous; Music.	Luz, Cor, círculo cromático.	Gêneros: Romance, conto.	Estatística.	1. Urbanização e Industrialização no Paraná.	Os principais conceitos da geografia: fronteiras, território, territorialidade, paisagem, lugar, região, estado-nação, espaço-tempo.	Química do carbono; cadeias carbônicas	Visão da evolução histórica da genética.	1- Filosofia das Ciências 1.1- Ciência, tecnologia e valores	Transformação de energia.	1.2 Mesclando cultura e ideologia.	Grandes jogos.
3ª Alternância MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA; MEDICINA AVIÁRIA.	MAQUINÁRIOS AGRÍCOLA	Lecture and translate; Vocabulary: suffix: y, by and ship; Review of verbs tense- Simple Future- Future Continuous; Music.	Arte Paranaense – artistas (museu virtual do Paraná).	Gêneros: Romance, conto.	Estatística.	2. A Colonização do Sudoeste do Paraná.	Sistemas Econômicos	Química orgânica. História, propriedades dos átomos de carbono	2ª lei de Mendel e herança dos grupos sanguíneos	1.2- Ciência antiga e medieval	Aparelhos elétricos e suas fontes	1.3 Cultura e indústria cultural no Brasil.	Jogos de salão (tênis de mesa, xadrez, trilha e dominó).
4ª Alternância ESCOLHA DO TEMA DO PROJETO DE VIDA	--	Lecture and translate; Vocabulary: suffix: y, by and ship; Review of verbs tense- Simple Future- Future Continuous; Music.	Conhecer e visitar o museu virtual de Guido Viaro.	Gêneros: Romance, conto.	Geometria de posição.	3. O Trabalho na Sociedade Contemporânea.	Sistemas Econômicos	Classificação das cadeias carbônicas.	Herança do grupo sanguíneo; fator Rh; doenças sanguíneas	1.2- Ciência antiga e medieval	Aparelhos elétricos e suas fontes	2. CULTURA E INDÚSTRIA CULTURAL CONTEÚDOS BÁSICOS 2.1 Diversidade cultural.	Jogos de salão (tênis de mesa, xadrez, trilha e dominó).
5ª Alternância ENSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS. FORMAS DE COLHEITAS, PERDAS NA COLHEITA.	MANEJO DA REPRODUÇÃO DOS BOVINOS; INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	Lecture and translate; Vocabulary: suffix: y, by and ship; Review of verbs tense- Simple Future- Future Continuous; Music.	Modernismo no Brasil. Semana da Arte Moderna e seus artistas. (museus de São Paulo, Programa Traçando Arte.	Gêneros: Romance, conto.	Geometria de posição.	3. O Trabalho na Sociedade Contemporânea.	Sistemas Econômicos	Funções químicas; hidrocarbonetos – petróleo	Genética: herança quantitativa.	1.3- A revolução científica do século XVII	Corrente elétrica.	2. CULTURA E INDÚSTRIA CULTURAL CONTEÚDOS BÁSICOS 2.1 Diversidade cultural.	Jogos de salão (tênis de mesa, xadrez, trilha e dominó).
6ª Alternância APROFUNDAMENTO TEÓRICO DO TEMA ESCOLHIDO	--	Lecture and translate; Vocabulary: suffix: y, by and ship; Review of verbs tense- Simple Future- Future Continuous; Music.	História do Teatro - Teatro grego – máscaras.	Gêneros: Romance, conto.	Geometria de posição.	3. O Trabalho na Sociedade Contemporânea.	Nova ordem mundial: Multipolaridade e internacionalização do capital e organismos internacionais	Funções alcoóis;	Genes e cromossomos	1.3- A revolução científica do século XVII	Corrente elétrica.	2.2 Relações de gênero.	Jogos de salão (tênis de mesa, xadrez, trilha e dominó).
7ª Alternância ANÁLISE DE FORMAS DE INTERCOMUNICAÇÃO: A BÍBLIA; FORMAS DE INTERCOMUNICAÇÃO: O PROJETO DE ORGANIZAÇÃO DE VIDA.	--	Lecture and translate; Linking words; Present Perfect; Simple Past; Present Perfect Continuous; Reflexive pronouns; Tag questions; Adjectives; Past perfect; Past Perfect Continuous.	O jogo e o teatro .	Gêneros: Poesia, receita culinária, reportagem, artigo de opinião.	Poliedros.	1. O Estado Impenialista e a sua Crise.	Nova ordem mundial: Multipolaridade, internacionalização do capital e organismos internacionais	Funções fenóis;	Hereditária: de e cromossomos sexuais.	1.4- O método das ciências da natureza e das ciências humanas	Resistência elétrica.	2.2 Relações de gênero.	Jogos de salão (tênis de mesa, xadrez, trilha e dominó).

8ª Alternância	EXCOLHA DO TEMA DO ESTÁGIO E DA PROPRIEDADE OBJETIVOS, FUNÇÕES E DEPENDAS.	--	Lecture and translate; Linking words; Present Perfect X Simple Past; Present Perfect Continuous; Relative pronouns; Tag questions; Adjectives Past perfect; Past Perfect Continuous.	Barroco na Europa (museu virtual Austrália).	Gêneros: Poesia, receita culinária, reportagem, artigo de opinião.	Poliedros.	1. O Estado Impenalista e a sua Crise.	Blocos econômicos.	Funções aldeias.	Anomalias relacionadas aos cromossomos sexuais.	1.4. O método das ciências da natureza e das ciências humanas	Resistência elétrica.	2.2 Relações de gênero.	Futebol (histórico e fundamentos e regras).
9ª Alternância	BIZERRAS: Tipos de podas; Especies de podas; Epoca de poda.	--	Lecture and translate; Linking words; Present Perfect X Simple Past; Present Perfect Continuous; Relative pronouns; Tag questions; Adjectives Past perfect; Past Perfect Continuous.	Barroco na Europa (museu virtual Austrália).	Gêneros: Poesia, receita culinária, reportagem, artigo de opinião.	Poliedros.	1. O Estado Impenalista e a sua Crise.	Blocos econômicos.	Função cetona.	Biotecnologia: Enzimas e restrições.	2. Estética 2.1. Estética: introdução conceitual	Efeito Joule.	2.3 Cultura afro-brasileira e culturas indígenas.	Futebol (histórico e fundamentos e regras).
10ª Alternância	Atenuações: Viabilidade de projeto; Aplicação dos recursos.	--	Lecture and translate; Linking words; Present Perfect X Simple Past; Present Perfect Continuous; Relative pronouns; Tag questions; Adjectives Past perfect; Past Perfect Continuous.	Barroco no Brasil – Aleijadinho, Minas Gerais, (museu virtual).	Gêneros: Poesia, receita culinária, reportagem, artigo de opinião.	Corpos redondos.	2. Relações de Poder e violência no Estado Nacional.	Conflitos mundiais: As novas migrações, separatismo, minorias étnicas, terrorismo e conflitos religiosos	Função ácido carboulico.	Biotecnologia: mapeamento dos cromossomos, clonagem.	2. Estética 2.1. Estética: introdução conceitual	Efeito Joule.	2.3 Cultura afro-brasileira e culturas indígenas.	Futebol (histórico e fundamentos e regras).
11ª Alternância	ALFACE E TOMATE	CULTURA DA ALFACE, CULTURA DO TOMATE	Lecture and translate; Linking words; Present Perfect X Simple Past; Present Perfect Continuous; Relative pronouns; Tag questions; Adjectives Past perfect; Past Perfect Continuous.	Barroco no Brasil – Aleijadinho, Minas Gerais, (museu virtual).	Gêneros: Poesia, receita culinária, reportagem, artigo de opinião.	Corpos redondos.	2. Relações de Poder e violência no Estado Nacional.	Conflitos mundiais: As novas migrações, separatismo, minorias étnicas, terrorismo e conflitos religiosos	Função éter.	Biotecnologia: Terapia gênica, vacinas gênicas.	2.2. Cultura e arte	Carga, corrente elétrica.	2.3 Cultura afro-brasileira e culturas indígenas.	Futebol (histórico e fundamentos e regras).
12ª Alternância	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO.	--	Lecture and translate; Linking words; Present Perfect X Simple Past; Present Perfect Continuous; Relative pronouns; Tag questions; Adjectives Past perfect; Past Perfect Continuous.	Influência dos negros na Arte brasileira (museu virtual Bahia).	Gêneros: Poesia, receita culinária, reportagem, artigo de opinião.	Corpos redondos.	3. O Mundo Atual.	Oriente Médio	Função éteres.	Teorias e evidências da evolução.	2.2. Cultura e arte	Campo e Ondas eletromagnéticas.	3. CULTURA E INDÚSTRIA CULTURAL CONTEÚDOS BÁSICOS; 3.1 Indústria cultural.	Voleibol (histórico, fundamentos e regras).
13ª Alternância	CONSERVAÇÃO DO SOLO.	TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO.	Lecture and translate; Adjectives; Synonyms; Relative pronouns; Prefix. In; Use: some; any; no; Phrasal verbs; Music.	Impressionismo, Expressionismo.	Gêneros: Poesia, receita culinária, reportagem, artigo de opinião.	Geometria analítica.	3. O Mundo Atual.	Oriente Médio	Função amina.	Genética de populações	2.3- Arte como forma de pensamento	Força eletromagnéticas.	3. CULTURA E INDÚSTRIA CULTURAL CONTEÚDOS BÁSICOS; 3.1 Indústria cultural	Voleibol (histórico, fundamentos e regras).
14ª Alternância	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO.	--	Lecture and translate; Adjectives; Synonyms; Relative pronouns; Prefix. In; Use: some; any; no; Phrasal verbs; Music.	Fauvismo.	Gêneros: Anúncio publicitário, cartum, charge e tira.	Geometria analítica.	3. O Mundo Atual.	Os países Emergentes (China, Índia...)	Aminoácidos.	Ecologia: fluxo de energia.	2.3- Arte como forma de pensamento	Equações de Maxwell (Lei de Gauss para eletrostática/ Lei de Colomb.	3.2 • Meios de comunicação de massa.	Voleibol (histórico, fundamentos e regras).
15ª Alternância	SUBSISTENCIA NA PROPRIEDADE	CRIAÇÃO DE ANIMAIS PARA O CONSUMO DA FAMILIA; PRODUÇÃO DE CULTURAS DE SUBSISTENCIA	Lecture and translate; Adjectives; Synonyms; Relative pronouns; Prefix. In; Use: some; any; no; Phrasal verbs; Music.	Metamorfose na Arte: Escher	Gêneros: Anúncio publicitário, cartum, charge e tira.	Geometria analítica.	3. O Mundo Atual.	Os países Emergentes (China, Índia...)	Nitro composto.	Cadeia alimentar: níveis tróficos, habitat, nicho ecológico.	2.3- Arte como forma de pensamento	Lei de Ampère.	3.2 • Meios de comunicação de massa.	Voleibol (histórico, fundamentos e regras).

16ª Alternância	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO.	--	Lecture and translate; Adjectives; Synonyms; Relative pronouns; Prefix; In; Use: some; any; no; Phrasal verbs; Music.	Cubismo.	Gêneros: Anúncio publicitário, cartum, charge e tira.	Noções de números complexos.	1. Urbanização, Industrialização na Sociedade Atual.	Brasil – da substituição das importações para emergente.	Ácido sulfônico.	Relações entre seres vivos.	2.4- A significação na arte	Lei de Gauss Magnética.	3.3 Sociedade de consumo.	Qualidade de vida.
17ª Alternância	Apresentação do estágio com os colegas e professores.	--	Lecture and translate; Adjectives; Synonyms; Relative pronouns; Prefix; In; Use: some; any; no; Phrasal verbs; Music.	Cubismo.	Gêneros: Anúncio publicitário, cartum, charge e tira.	Noções de números complexos.	1. Urbanização, Industrialização na Sociedade Atual.	Brasil – da substituição das importações para emergente.	Ácido sulfônico.	Ciclo do carbono.	2.4- A Significação na arte	Lei de Faraday.	3.3 Sociedade de consumo.	Qualidade de vida.
18ª Alternância	Apresentação do estágio com os colegas e professores.	--	Lecture and translate; Adjectives; Synonyms; Relative pronouns; Prefix; In; Use: some; any; no; Phrasal verbs; Music.	Artistas brasileiros: * Portinari (museu virtual); * Imael Nery; * Oscar Neumeier (museu virtual – Paraná); * Volpi.	Gêneros: Anúncio publicitário, cartum, charge e tira.	Noções de números complexos.	1. Urbanização, Industrialização na Sociedade Atual.	Aspectos do desenvolvimento econômico, humano e social.	Isomeria do carbono.	Ciclo do nitrogênio.	2.5- Concepções estéticas	A natureza da luz e suas propriedades.	3.4 Indústria cultural no Brasil.	Qualidade de vida.
19ª Alternância	Apresentação do estágio com os colegas e professores.	--	Lecture and translate; Adjectives; Synonyms; Relative pronouns; Prefix; In; Use: some; any; no; Phrasal verbs; Music.	Artistas brasileiros: * Portinari (museu virtual); * Imael Nery; * Oscar Neumeier (museu virtual – Paraná); * Volpi.	Gêneros: Anúncio publicitário, cartum, charge e tira.	Polinômios.	2. Urbanização, Industrialização no Paraná Atual.	Aspectos do desenvolvimento econômico, humano e social.	Química do carbono - adição.	Ciclo da água.	2.5- Concepções estéticas	A natureza da luz e suas propriedades	3.4 Indústria cultural no Brasil.	Qualidade de vida.
20ª Alternância	Apresentação do estágio com os colegas e professores.	--	Lecture and translate; Adjectives; Synonyms; Relative pronouns; Prefix; In; Use: some; any; no; Phrasal verbs; Music.	Artistas brasileiros: * Portinari (museu virtual); * Imael Nery; * Oscar Neumeier (museu virtual – Paraná); * Volpi.	Gêneros: Anúncio publicitário, cartum, charge e tira.	Polinômios.	2. Urbanização, Industrialização no Paraná Atual.	Aspectos do desenvolvimento econômico, humano e social.	Química do carbono; substituição e eliminação.	Equilíbrio ambiental.	2.5- Concepções estéticas	A natureza da luz e suas propriedades	3.4 Indústria cultural no Brasil.	Qualidade de vida.
Será trabalhado em todos os trimestres ARTES VISUAIS.														
Será trabalhado em todos os trimestres de Língua Portuguesa: leitura, produção de texto, interpretação, ortografia, acentuação e pontuação.														